POR UM FASCISMO TOMISTA

Comentário sobre a Doutrina do Fascismo de Benito Mussolini

LOUIS LE CARPENTIER

Libro e moschetto Fascista perfetto

“Esta deve ser, acima de tudo, a preocupação daquele que conduz a comunidade humana: promover a unidade.”
– São Tomás de Aquino, *De Regno*

“ O fascismo não é uma tática — violência — ; é uma ideia: unidade.”
– José Antonio Primo de Rivera, *Textos de doctrina política*

PREFÁCIO

Por um Fascismo Tomista. Um título ousado, se é que algum dia houve um, mas que tem o mérito, por ser chocante, de atrair atenção e, esperançosamente, inteligência.

Num tempo em que toda fala e escrita são higienizadas pelo pensamento dominante, servo do globalismo judaizante, em um contexto onde as mais altas aparentes autoridades da Igreja tornam-se escravas dessa uniformidade mortal para a fé e a inteligência, num tempo em que até mesmo movimentos religiosos tradicionalistas ou "tradicionalizantes" abandonam a esfera política e covardemente e temerosamente inclinam suas cabeças diante do legalismo e do positivismo jurídico, este livro não poderia ser mais oportuno.

Indo contra as onipresentes sereias anglo-americanas, presentes há quase um século já na esfera europeia e política, o autor não hesita em exumar textos desprezados pelo pensamento dominante a fim de analisá-los através da lente de São Tomás de Aquino, o Doutor Universal, de Aristóteles, o Filósofo, ou ainda de autores que são perfeitamente ortodoxos e, ao mesmo tempo, católicos e mais próximos de nós no tempo, como o Padre Louis Lachance, O.P., ou o Abbé Julio Meinvielle.

Certamente, Mussolini tinha suas falhas e seus limites — não há dúvida disso. Mas devemos também considerar que o campo da política tem um lado inextricavelmente contingente que os fatos históricos não podem negar. É quando as paixões humanas e as sensibilidades das autoridades entram em choque que as análises especulativas se tornam mais difíceis e, às vezes, menos objetivas.

É, portanto, uma verdadeira introspecção que se deve realizar antes de abrir este estudo. Pois não devemos esquecer que Pio XI, autoritário como era, disse de Mussolini após a assinatura dos Pactos de Latrão que ele era "o homem da Providência." Isto não é pouca coisa. Basta, além disso, olhar além dos preconceitos humanos e considerar o bem-estar econômico, social, familiar e político alcançado na Itália antes da Segunda Guerra Mundial. Essa realização política na Itália antes da Segunda Guerra Mundial deve-se não apenas a um homem, mas também a um programa. Melhor ainda: deve-se a uma doutrina, uma concepção política — o fascismo.

A presente obra expõe essa concepção política primeiro fornecendo os textos de seus teóricos e depois comentando-os. É suficiente para o leitor atento e perseverante entender que Mussolini não era um tomista no sentido de alguém que hoje seria descrito como tendo tirado diretamente dos escritos de São Tomás, mas que o Duce permaneceu, no entanto, inspirado pelos princípios mais sólidos, os de Aristóteles e Tomás de Aquino, de quem se derivam os melhores conceitos. O realismo de Mussolini, portanto, se baseou nos fundamentos da filosofia tomista, conceitos que o

leitor encontrará espalhados ao longo do texto e que o autor escolheu corretamente destacar.

Uma consequência inevitável desse realismo político é que a verdadeira dignidade humana é restaurada à honra. Não a dignidade humana promovida por modernistas de todos os tipos. Mas, sim, diz respeito ao homem forte da Itália, que traz a dignidade à sua realização através da vida virtuosa. Poder-se-ia parafrasear Maurras da seguinte forma: “A dignidade do homem” (Maurras aqui diz liberdade) “não está no início, mas no fim. Não está na raiz, mas nas flores e frutos da natureza humana, ou melhor ainda, na virtude do homem. Torna-se mais digno (Maurras diz mais livre) na medida em que se torna melhor.”
(De “Au Signe de Flore”)

Nova et vetera, disse Nosso Senhor:

“Todo escriba que se tornou discípulo do Reino dos Céus é como um pai de família que tira de seu tesouro o que é novo e o que é velho.”
(Mateus 13:52)

Assim é com a política, que, mantendo sólidos princípios em conformidade com a ordem natural, também deve saber como se adaptar às circunstâncias históricas, geográficas e outras, a fim de preservar a identidade de sua nação.

Que este livro, publicado no 90º aniversário dos Pactos de Latrão (11 de fevereiro de 1929), abra os olhos de muitos católicos e os motive em direção à eficácia política e prática, para que esqueçam a geração fraca e covarde de católicos que vivem em seu egoísmo espiritual — confortáveis, mas farisaicos.

Thomas A.
Padre

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo certamente não é fazer de São Tomás um fascista. Primeiro, porque isso seria puro anacronismo. Em segundo lugar, porque temos respeito demais pelo Doutor Angélico para fazê-lo dizer o que não disse; deixamos tais distorções para especialistas em engano intelectual.

Tampouco é nosso objetivo fazer de Benito Mussolini, nem mesmo de Giovanni Gentile — o filósofo oficial do fascismo e autor da primeira parte da *Doutrina do Fascismo* de Mussolini — fervorosos tomistas. Isso também seria um tanto desonesto: nem o Duce nem seu filósofo tiveram qualquer formação especificamente tomista, e é difícil ver como indivíduos que não estudaram um pensador poderiam tirar inspiração dele.

Por outro lado, acreditamos que a doutrina do fascismo está em conformidade, ou pelo menos potencialmente em conformidade, com os ensinamentos do Doutor Comum e, mais geralmente, com a filosofia do pensamento político realista; com aquela filosofia política fundada por Aristóteles, desenvolvida por São Tomás, e posteriormente elaborada no século XX por tomistas fiéis ao espírito do Mestre, como o Abbé Julio Meinvielle, Charles De Koninck ou o Padre Louis Lachance.

Autoridade do Líder, unidade orgânica do Todo, economia corporativa, primazia do bem comum sobre os bens particulares, uso da força quando necessário — isto é, necessário para a preservação ou avanço do bem comum — preeminente papel do Estado: todos esses são elementos que se encontram tanto na filosofia política do tomismo integral quanto na doutrina do fascismo, e que, portanto, nos levam a acreditar que é possível — com toda honestidade — ser ao mesmo tempo tomista e fascista.

Que a presente obra, que não consiste em nada além de um comentário livre sobre *A Doutrina do Fascismo* de Mussolini à luz dos princípios da filosofia política realista, demonstre a solidez desta posição.

Capítulo Um

Ideias Fundamentais

(Giovanni Gentile)

1. O Fascismo como Filosofia

Como qualquer concepção política sólida, o Fascismo associa o pensamento à ação. É uma ação animada por uma doutrina.
Essa doutrina nasceu de um sistema particular de forças históricas, ao qual permanece intimamente ligada e do qual extrai seu impulso interior.
Ela tem, assim, uma forma que corresponde às contingências de tempo e lugar, mas ao mesmo tempo contém um conteúdo ideal que a eleva ao nível de uma verdade superior na história do pensamento.

Não se pode agir espiritualmente sobre o mundo como uma vontade humana dominando outras vontades, sem ter uma concepção da realidade transitória e particular sobre a qual se deve agir, e daquela outra realidade permanente e universal à qual a primeira está relacionada em seu ser e em sua vida.
Para conhecer os homens, é preciso conhecer a realidade e suas leis.

Não existe concepção do Estado que não seja, em sua essência, uma concepção de vida.
É uma filosofia ou uma intuição, um sistema de ideias que se expressa numa construção lógica ou sistemática, que sempre — ao menos virtualmente — equivale a uma concepção orgânica do mundo.

“Como qualquer concepção política sólida, o Fascismo associa o pensamento à ação. É uma ação animada por uma doutrina.”

Toda política é uma metafísica em ação. A ação segue o pensamento. Pois todo ato de livre-arbítrio procede da inteligência. Mesmo o mais ínfimo filosófico dos homens políticos age com uma filosofia em mente — senão uma filosofia especulativa específica, então ao menos uma filosofia prática, uma ética, uma filosofia de vida, que por sua vez corresponde a uma certa visão de mundo. Assim, o Fascismo, considerado como uma realização política, é “animado” por uma doutrina; animado, significando ambos trazidos à existência e governados em direção a um fim, assim como a alma dá vida ao corpo e o dirige em suas ações. Aqui vemos que o Fascismo não é cético, mas ao contrário, intelectualista.

★

“Essa doutrina nasceu de um sistema particular de forças históricas, ao qual permanece intimamente ligada e do qual extrai seu impulso interior. Ela tem, assim, uma forma que corresponde às contingências de tempo e lugar, mas ao mesmo tempo contém um conteúdo ideal que a eleva ao nível de uma verdade superior na história do pensamento.”

O fascismo, embora seja acima de tudo uma doutrina — possuindo, portanto, algo intemporal — encarnou-se no tempo, na história, como uma realização concreta; encarnou-se por acidente (*quod accidit*: o que acontece) no século XX, porque todas as condições circunstanciais estavam então presentes para que se encarnasse.

E encarnou-se ainda em um determinado país, a Itália, e depois em outro, a Alemanha — embora o Nacional-Socialismo fosse uma forma muito particular de fascismo — porque esses dois países eram, historicamente, aqueles que ofereciam as melhores condições para sua gênese.

O fascismo, de fato, tem vocação para se adaptar às circunstâncias de tempo e lugar, às eras e países, pois, como qualquer concepção política sólida, leva em conta a realidade contingente. O fascismo não é uma ideologia; ao contrário — nesse sentido — é pragmático.

"Não devemos exigir 'a mesma certeza em todas as coisas'," diz Aristóteles.

Portanto, em matérias contingentes, como realizações naturais ou atividades humanas, uma certeza suficiente para alcançar a verdade na maioria dos casos é suficiente, apesar de algumas possíveis exceções (São Tomás, *Summa Theologica*, I-II, 96, 1).

Em termos aristotélicos, diríamos que o Fascismo é uma forma universal de Estado, ou de regime político, chamado a se individualizar pelos diferentes materiais nacionais e de acordo com as circunstâncias históricas dadas.

E, no entanto, não deixa de ser, fundamentalmente, um sistema, uma doutrina, na medida em que integra tudo aquilo que, em questões políticas, pertence à necessidade — isto é, tudo o que não pode deixar de ser, e que, portanto, é verdadeiro sempre e em todo lugar; contém "um conteúdo ideal que o eleva ao nível de uma verdade superior na história do pensamento."

Assim, o Fascismo, embora pragmático, não deixa de ser intelectualista.

Não cético, nem ideológico, mas intelectualista e pragmático: o Fascismo é, simplesmente, **realista**. Ora, esta é precisamente a posição constantemente mantida pelo Doutor Angélico.

★

"Não se pode agir espiritualmente sobre o mundo, como uma vontade humana dominando outras vontades, sem uma concepção da realidade transitória e particular sobre a qual se deve agir, e daquela outra realidade permanente e universal da qual a primeira extrai seu ser e sua vida. Para conhecer o homem, é preciso conhecer o homem; é preciso conhecer a realidade e suas leis."

O governo dos assuntos políticos consiste, concretamente, em governar homens, vontades livres.

E tal governo deve ser exercido com inteligência, isto é, com conhecimento da questão.
Deve, portanto, levar em conta tanto "a realidade transitória e particular", isto é, as circunstâncias concretas de tempo e lugar com as quais deve se confrontar para agir; quanto "a realidade permanente e universal", isto é, os princípios (ou leis) da realidade, assim como as essências (ou naturezas) das coisas.

O fascismo acredita, em particular, na existência de uma natureza humana, à qual todo homem tem o dever de se conformar; e busca conhecer essa natureza, já que o governo político atua sobre os homens, e para agir sobre algo, é preciso conhecer sua essência: "Para conhecer o homem, é preciso conhecer o homem."

O fascismo, longe de querer "criar um homem novo", como tantas vezes se disse — erroneamente —, quer, ao contrário, que os homens conformem suas ações, tanto individual quanto coletivamente, à Ideia de Homem (ou *ratio aeterna humani* em termos escolásticos), a qual se impõe a eles, isto é, à natureza humana tal como é apreendida pela inteligência.

E o ideal ao qual o fascismo aspira não é senão esta Ideia, no sentido de que os homens devem esforçar-se para realizá-la em suas vidas.

Vemos assim, mais uma vez, o realismo fundamental do fascismo.

★

"Não há concepção do Estado que não seja, em seu núcleo, uma concepção de vida. É uma filosofia ou uma intuição, um sistema de ideias que se expressa em uma construção lógica ou resumida em uma visão ou doutrina, mas é sempre, ao menos virtualmente, uma concepção orgânica do mundo."

Não há concepção do Estado, isto é, da **filosofia política**, que não seja, em sua essência, uma concepção da vida em geral e da vida humana em particular, isto é, uma **psicologia** (no sentido clássico do termo: *logos*, a ciência; *psyche*, o princípio da vida, a alma) ou uma **antropologia**.

O fascismo é, portanto, de fato, um "sistema de ideias"; mas esse sistema não se baseia em princípios *a priori*; funda-se, ao contrário, numa atenta observação da vida humana, de sua natureza, de suas leis, de seus modos de ser e de agir.

O fascismo quer que a vida coletiva corresponda à vida individual, que a alma humana seja, por assim dizer, o paradigma da Cidade. Por exemplo, a alma é tripartida; logo, há também uma "tripartição" na ordem política (cf. Cícero, *A*

República). A alma individual inclui a razão, o irascível e o concupiscível (São Tomás, *Suplemento*, 96, 10); de modo semelhante, a Cidade normalmente compreende três ordens: a ordem dos que contemplam (cientistas, filósofos, sacerdotes), a ordem dos que agem (governantes, magistrados, guerreiros) e a ordem dos que produzem (camponeses, trabalhadores e, de modo geral, todos os que trabalham com a matéria).

O fascismo não busca "criar" uma Cidade utópica — como os socialistas gostariam — mas sim **refundar uma Cidade em conformidade com a natureza humana, com a realidade.**

2. Concepção Espiritualista

“Não se compreenderia o fascismo em muitas de suas manifestações práticas — seja como organização partidária, como sistema educacional ou como disciplina — se não se considerasse à luz de sua concepção geral de vida. **Essa concepção é espiritualista. Pois, para o fascismo, o mundo não é o mundo material que aparece na superfície, onde o homem é um indivíduo isolado de todos os outros, existindo em si mesmo e governado por uma lei natural que, instintivamente, o leva a viver uma vida de prazer egoísta e momentâneo. No que se chama homem, o fascismo considera a nação e a pátria, indivíduos e gerações unidos, dentro da mesma tradição e da mesma missão, por uma lei moral que suprime o instinto de vida mantido dentro do estreito círculo do prazer, a fim de estabelecer no dever uma vida superior, livre dos limites do tempo e do espaço: uma vida em que o indivíduo, através da abnegação, do sacrifício de seus interesses pessoais, pela própria morte, realiza essa existência inteiramente espiritual que lhe dá o seu valor humano.”**

“Essa concepção [de vida] é espiritualista.”

É isso o que corre o risco de incomodar nossos bons conservadores, que colocam fascismo e comunismo lado a lado, afirmando que esses dois movimentos são basicamente apenas duas faces do materialismo.

Não, o fascismo não foi materialista, mas ao contrário, espiritualista.

O fascismo foi, por assim dizer, a própria intuição, em uma época em que a maioria das doutrinas equiparava a felicidade a um bem-estar corporal ou material, enquanto a enteléquia da vida humana era, ao contrário, o domínio do espírito sobre o corpo e a matéria, no superar-se a si mesmo, a serviço de um ideal, e até mesmo na morte.

★

“Para o fascismo, o mundo não é este mundo material que aparece na superfície, onde o homem é um indivíduo isolado de todos os outros, existindo em si mesmo e governado por uma lei natural que, instintivamente, o leva a viver uma vida de prazer egoísta e momentâneo.”

Isso não significa que o fascismo negue a matéria; simplesmente não a considera como a essência da realidade; reconhece implicitamente — ao menos — a existência das formas em geral, e das formas espirituais em particular.

Assim, para o fascista, o homem não se reduz a um animal, isto é, a um indivíduo puramente material, sem relação com os outros e destinado a uma vida de prazer.

★

Mas o homem, sob a perspectiva fascista, é ao contrário um ser fundamentalmente espiritual, feito para entrar em relação com os seres que compartilham a mesma natureza e, em particular, com aqueles que fazem parte da mesma comunidade política, na amizade, no altruísmo e na doação de si.

“No que se chama homem, o fascismo considera a nação e a **pátria**, indivíduos e gerações encontrando-se unidos, na mesma **tradição** e na mesma **missão**, por uma lei moral que suprime o instinto de vida confinado ao círculo estreito do prazer, para estabelecer no dever uma vida superior, liberta dos limites de tempo e espaço: uma vida superior, onde o indivíduo, através da abnegação, através do sacrifício de seus próprios interesses particulares, até mesmo pela morte, realiza esta existência inteiramente **espiritual** que lhe dá sua dignidade humana.”

Algumas pessoas um tanto exigentes poderiam objetar que não há aqui nenhuma menção explícita da alma espiritual do homem, de seu espírito.

Ao que responderemos que é impossível falar de “tradição”, de “missão”, de “lei moral”, de “dever”, de “abnegação”, de “sacrifício”, de “existência inteiramente espiritual”, e até mesmo de “pátria” — a pátria sendo acima de tudo uma ideia — se não se considerar o homem como um ser espiritual, isto é, possuidor de um espírito; pois nenhuma dessas coisas poderia aplicar-se a um ser puramente material, a um animal.

★

“Uma vida onde o indivíduo, através da abnegação, através do sacrifício de seus próprios interesses, **pela própria morte**, realiza esta existência inteiramente espiritual que lhe dá sua dignidade humana.”

Gentile afirma aqui que o homem realiza sua natureza espiritual através da morte. Isso é o que é interessante.

A morte, no ser humano, é a separação do corpo e do espírito. Portanto, a morte não é algo natural, já que o corpo é material, e é da natureza de toda substância material deteriorar-se. Assim, como o homem é naturalmente chamado a morrer; e como a natureza nada faz em vão, devemos dizer que a morte só pode ser uma coisa boa e desejável: através da morte, o homem realiza sua natureza espiritual, alcançando uma enteléquia do espírito — que, sendo imaterial, é naturalmente incorruptível.

Alguns objetarão que a corrupção do corpo é consequência do pecado original, e que não faz parte da natureza, já que São Paulo escreve: “Pelo pecado entrou a morte no mundo” (Romanos, V, 2).

Mas deve-se responder com Santo Tomás que é apenas uma consequência *per accidens* (como a malícia), mas não *per se*; ou seja, que a morte não é má em si mesma e que não é a morte que é o castigo do pecado, mas o estado em que ela deixa o homem: o de um homem privado da imortalidade. Em outras palavras, o homem teria morrido mesmo no estado de inocência, mas de uma maneira melhor, e o Doutor Angélico diz o seguinte sobre o estado de inocência do primeiro homem: “Seu corpo não estava sujeito à dissolução por meio de uma força de imortalidade existente nele; é a alma que possuía uma força sobrenatural, dada por Deus, pela qual poderia preservar o corpo de qualquer corrupção... [...] Essa força que a alma tinha para preservar o corpo da corrupção não era natural; era um dom da graça” (São Tomás, *Suma Teológica*, I, 97, 1).

Outros objetarão ainda que o estado separado da alma e do corpo é imperfeito, e que a alma unida ao corpo é um bem desejável, já que o homem é “um ser composto de matéria e forma” (*ibid.*, I, 76, 1).

Mas, na verdade, essa objeção deve ser rejeitada. De fato, “uma realidade natural alcança seu fim apenas através de sua forma” (*ibid.*, I–II, 18, 2); e a forma ou natureza do homem é seu espírito; e a forma, ou natureza, do homem é essencialmente espiritual. Mas o fim de uma coisa é o que corresponde à sua natureza, e esse fim é alcançado por sua enteléquia, isto é, pela forma que realiza sua essência plenamente, perfeitamente, isto é: quando o intelecto (que é a parte mais elevada da alma) está completamente separado do sensível (a parte mais baixa da alma), isto é, quando a alma se separou do corpo e é colocada junto ao intelecto (*ibid.*, I–II, 4, 5).

“A bem-aventurança perfeita do homem não pode depender do corpo” (*ibid.*, I–II, 4, 5). De modo que a ressurreição dos corpos, na qual os católicos acreditam de forma absoluta e gratuita, e depois da qual essa ressurreição une o corpo ao espírito em seu estado espiritual: “A bem-aventurança perfeita, que consiste na visão de Deus, é o ato de uma alma sem corpo, ou o ato de uma alma unida a um corpo que já não é mais animal, mas espiritual” (*ibid.*, I–II, 4, 7).

★

Se todas essas coisas não são ditas explicitamente por Gentile, não podemos pensar que ele as ignorava — certas formulações indicam muito bem que ele as percebia intuitivamente; e é claro, pela maneira como fala da morte, que ele a entendia explicitamente como a realização da vocação final do homem, isto é, uma vida onde o espírito prevalece sobre a morte.

Vemos aqui que o fascismo, tomado em si mesmo, está em conformidade, ou pelo menos potencialmente em conformidade, com a religião católica.

3. Concepção Positiva da Vida como Luta

“Aqui temos uma concepção espiritualista, nascida da reação geral do século presente contra o materialismo e o positivismo degenerado do século XIX. **Tal concepção é anti-positivista, mas positiva: nem cética, nem agnóstica, nem pessimista, nem passivamente otimista (como geralmente são as doutrinas — todas negativas — que colocam o centro da vida fora do homem que, por sua livre vontade, pode e deve criar seu mundo).**

O fascismo quer que o homem seja ativo e engajado na ação com todas as suas energias.

Consciente, de forma viril, das dificuldades reais e pronto para enfrentá-las, concebe a vida como luta, e sustenta que cabe ao homem conquistar uma vida verdadeiramente digna dele criando, acima de tudo em si mesmo, o instrumento (físico, moral, intelectual) para construí-la. Isso é verdadeiro para o indivíduo em si, para a nação e para a humanidade.

Daí, o alto valor da cultura em todas as suas formas (arte, religião, ciência) e a grande importância da educação. Daí também o valor essencial do trabalho, através do qual o homem triunfa sobre a natureza e cria o mundo humano (econômico, político, moral, intelectual).”

“**Tal concepção é anti-positivista, mas positiva: nem cética, nem agnóstica, nem pessimista, nem passivamente otimista, como geralmente são as doutrinas (todas negativas) que colocam o centro da vida fora do homem que, por sua livre vontade, pode e deve criar seu mundo.**”

Vemos que o fascismo é uma reação saudável a todas as doutrinas degeneradas do século XIX.
O fascismo reafirma a verdadeira natureza do homem, que é razão — isto é, inteligência e vontade — e reafirma que a inteligência é capaz de conhecer a realidade, e que a vontade é verdadeiramente livre, de modo que o homem é chamado a governar sua vida.

Criar seu mundo, isto é, criar um mundo humano, através do trabalho sobre a matéria, transformando-a em algo útil para o bem do homem. A matéria, na perspectiva fascista, deve, portanto, ser “espiritualizada” para conformar-se à natureza espiritual do homem.

★

“Consciente de forma vívida das dificuldades reais e pronto para enfrentá-las, [o fascismo] concebe a vida como luta.”

Como o bem ou a felicidade e a elevação do homem consistem, por natureza, no estado da alma separada do corpo, a vida terrena é uma provação, uma série de provas a serem superadas para alcançar o repouso da alma. Assim, o fascismo considera a vida como luta, assim como o ensinamento cristão.

E isso está em conformidade com o ensinamento da Bíblia: **“A vida do homem sobre a terra é uma guerra”** (Jó VII:1).

No fascismo, a vida animal já é uma luta, onde reina a lei da selva.

“Alguns dizem que os animais que agora são ferozes e matam outros animais com seus dentes e garras foram outrora [no estado de natureza] pacíficos, e viviam com o homem e outros animais. Mas isso não é questão de fé. **De fato, a natureza dos animais não foi mudada pelo pecado do homem da mesma maneira que a natureza humana foi.** O leão é agora o que era no princípio, comendo outros animais com suas presas e garras, assim como faz agora. […] **Por sua natureza, alguns animais são inimigos de outros.**”
(São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I, 96, 1)

Ora, já que o homem é um animal, essa luta existe naturalmente também entre os homens, tanto na escala individual (confrontos) quanto na escala coletiva (guerras).

Entretanto, já que o homem é um animal racional, é preciso reconhecer que a luta entre os homens tem vocação para ser racional.

Além disso, a vida propriamente humana inclui uma segunda luta, ainda maior que a primeira, que é a luta contra si mesmo — isto é, contra as próprias paixões e desejos instintivos.

“**A razão comanda o irascível e o concupiscível por um poder político [e não despótico], pois o apetite sensível é uma potência própria governada pela razão. O apetite sensível, de fato, pode resistir e se opor ao impulso da razão, como se manifesta no caso da continência. Isso não ocorre nos animais, que são movidos apenas pela imaginação e pelos sentidos. Sabemos pela experiência que às vezes somos inclinados ou concupiscentes contra a razão, quando sentimos ou imaginamos algo agradável que a razão proíbe**” (*ibid.*, I-I, 81, 3).

Assim, é natural — e não pecaminoso — que os apetites inferiores resistam à razão; mas cabe ao homem superior submeter os apetites inferiores aos superiores; e, portanto, nessa submissão, consiste a virtude humana. Aqueles que se deixam governar pelos apetites inferiores, em vez de governá-los com a razão, pertencem à

ordem inferior; e**nquanto aqueles em quem a alma sofre dificuldades e combates para evitar certos males pertencem à ordem racional.** (*ibid.*, I-II, 23, 1)

Ora, a virtude da fortaleza é precisamente a virtude que permite essa luta. É por isso que o fascismo faz dessa virtude o fundamento da excelência humana. E, nisso, ele se junta — mesmo que não saiba — ao ensinamento do Santo Doutor:

“A fortaleza, considerada como certa firmeza da alma, é requerida em geral para a condição de qualquer virtude.” (*ibid.*, II-II, 123, 2)

E em outro lugar: **“A fortaleza não é apenas uma virtude em si mesma, mas também mantém a condição necessária para toda virtude, ou seja, a firmeza de fazer o bem” — e é por essa razão que ela é chamada de virtude cardeal** (*ibid.*, II-II, 123, 11).

Santo Ambrósio chega a dizer:

“A fortaleza traz consigo todas as outras virtudes, na medida em que é a mais necessária na vida, que é naturalmente composta de provações e perigos, seja no nível doméstico ou no nível cívico.” (*ibid.*, II-II, 123, 12)

Recordamos àqueles católicos que possam esquecer que o próprio Cristo disse:

“O reino dos céus sofre violência, e os violentos o conquistam” (Mateus 11:12): o reino pertence aos fortes, e é o violento quem o conquista.

Parece, portanto, que a concepção fascista da vida não é tão oposta à moralidade cristã quanto frequentemente se afirma.

★

“[O fascismo] acredita que cabe ao homem conquistar uma vida verdadeiramente digna de si.”

Aqui está uma concepção de dignidade que corresponde, mais uma vez, à de São Tomás. Para ele, **a verdadeira dignidade é a dignidade moral**, isto é, a dignidade do homem (na sua retidão de intenção) ou virtude. Não é algo inato, mas adquirido, através da repetição de atos virtuosos. Assim, o homem deve conquistar sua dignidade.

O homem que se entrega às suas paixões, diz São Tomás, está abaixo de sua dignidade ontológica e se torna **inferior ao animal** — e é por isso que ele pode ser removido, quando o bem comum assim o exigir.

“Pelo pecado o homem desvia-se da ordem prescrita pela razão; e porque falha em sua dignidade humana, que consiste em ser livre e existir para si mesmo; ele cai na escravidão própria dos animais, de modo que se pode dispor dele como se

faz com os animais (...). Daí, o pecador é mau em si mesmo e se torna um homem só na aparência, mas o bom homem é aquele que pode colocar-se à frente de um bem que o bem comum exige."
(*Summa Theologica*, II-II, 64, 2).

Estamos claramente distantes da concepção moderna — e modernista — da dignidade humana.

★

"Do alto valor da cultura em todas as suas formas (arte, religião, ciência) e da grande importância da educação... decorre, **igualmente, o valor essencial do trabalho, através do qual o homem triunfa sobre a natureza e cria o mundo humano (econômico, político, moral, intelectual).**

A cultura, a educação e o trabalho são **todas vitórias do homem sobre a natureza**.

A cultura é a vitória do homem sobre a natureza que o cerca.
A educação é a vitória do homem sobre a sua própria natureza.

O trabalho, finalmente, é tanto uma vitória sobre a natureza exterior quanto sobre a natureza interior: através do trabalho, o homem transforma a matéria bruta em matéria humanizada e também trabalha sobre si mesmo.

Por essa razão, o trabalho é algo natural para o homem:

"O Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden, para o cultivar e o guardar" (Gênesis II, 15).
Portanto, é da essência do homem trabalhar.

E é também **por causa da excelência do trabalho**, e não de seu castigo — é necessário insistir nisso — que o homem continua a trabalhar no Paraíso mesmo depois da criação da mulher e da instituição da procriação — já que é **somente depois do pecado** que Deus diz ao homem:

"Com o suor do teu rosto comerás o teu pão" (Gênesis III, 19);
São Tomás explica claramente:
"Este trabalho [no paraíso terrestre] não teria sido doloroso, mas agradável; teria sido alegre, porque a experiência que o homem teria sido de acordo com a força natural que Deus lhe deu."
(*Summa Theologica*, I, 102, 3).

Mas também fica muito claro: **a dor do trabalho** — assim como a dor relacionada ao parto — é uma consequência do pecado original, mas uma consequência *per accidens*.
Antes do pecado, o homem trabalhava com prazer porque recebia dele um dom

gratuito de Deus e não algo que fosse um fardo de sua natureza. Em outras palavras, a dor não acompanha naturalmente o trabalho, mas apenas acompanha nossa natureza caída e pecadora.

“A imortalidade [do primeiro homem], a ausência de sofrimento, e o estado primitivo de integridade não dependiam das condições materiais, mas de um dom especial de Deus” (*ibid.*, I, 81, 5).

E é graças ao trabalho que o **homem é criado à imagem de Deus**, um ser único, criado à imagem da Trindade — alma, corpo, inteligência e vontade — e destinado à imortalidade.

Mas, acima de tudo, é **através do trabalho que o homem supera a facilidade e a preguiça da natureza caída. É através do trabalho que ele conquista sua dignidade moral. Para a perfeição, consiste em agir.**

“É através do trabalho que a forma vence a matéria — a forma é para a matéria, não importa para a forma: o reverso seria monstruoso” (*ibid.*, I, 89, 1) — e é o espírito racional que triunfa sobre a matéria bruta.

4. Concepção Moral

“Essa concepção positiva da vida é, obviamente, uma concepção ética. Ela abrange toda a realidade, até mesmo a atividade humana, que ela domina. Nenhuma ação escapa ao julgamento moral; nada pode ser considerado valioso se estiver fora dos fins morais. A vida, portanto, envolve uma luta, e o fascismo a concebe como tal: séria, austera, religiosa; ela é vivida inteiramente em um mundo sustentado pelas forças morais e responsabilidades do espírito. O fascismo despreza a vida confortável.”

“Essa concepção positiva da vida é, obviamente, uma concepção ética.”

O fascismo tem sido frequentemente criticado por certo maquiavelismo, uma ausência de moralidade nas questões políticas, uma tendência a justificar tudo — inclusive os maiores crimes — em nome de fins supostos.

No entanto, a concepção autenticamente fascista da vida em geral, e do Estado em particular, é totalmente oposta a tal visão. **Por essa razão, essa concepção é profundamente moral.**

De fato, os regimes fascistas (italiano, alemão, português — até certo ponto) são os únicos, nos tempos recentes, a tentarem restabelecer a honra e a moralidade — uma moralidade rejeitada pelos regimes das democracias liberais e comunistas. **Poderia-se pensar, em particular, na defesa política da tradição familiar, e na sua luta contra a homossexualidade ou a prostituição.**

⋆

“A [moralidade] abrange toda a realidade, até mesmo a atividade humana, que ela domina. Nenhuma ação escapa ao julgamento moral; nada pode ser considerado valioso se estiver fora dos fins morais.”

Se a moralidade abrange toda a realidade, e, portanto, nenhuma ação humana escapa ao julgamento moral, então a ação política em si mesma não pode ser emancipada das leis morais. **É isso que Gentile concebeu ao ver o fascismo como uma realidade moral (e não uma legal).**

A perspectiva fascista, **pensando que o Estado está acima das meras normas legais** (I, 2), afirma que o Estado é o chefe do Estado: não está subordinado a uma lei externa a si, mas deve tornar os cidadãos virtuosos, e deve ser ele mesmo virtuoso.

E aqui, podemos concordar com uma noção filosófica clássica — repetida por todos os pensadores clássicos — que é:

“É evidente que o fim de uma multidão reunida em sociedade é viver virtuosamente; de fato, os homens não se juntam apenas para viver, porque até mesmo animais compartilham isso; mas para viver bem — **e isso é viver segundo a virtude; então, o fim de uma sociedade humana é viver segundo a virtude”** (*De Regno*, I, 1); e em outro lugar:
“A Cidade é a comunidade do bem comum, composta de diversas comunidades, e ordenada a um fim perfeito, que é autossuficiente. [...] Uma ação acontece pela virtude: agir virtuoso de acordo com a lei é a vida mais nobre. Portanto, é evidente que a comunidade política consiste em uma comunicação de justos atos de acordo com as leis, e não apenas em compartilhar coisas materiais. **Está claro que a cidade para a qual a Cidade deve ser ordenada e constituída é a cidade que vive de acordo com a virtude.”**
(*Comm.*, III, 17, 411–412).

Mas, o fim ou o bem comum de uma sociedade deve ser recebido previamente pela autoridade que governa essa sociedade:

“Governar consiste em prudentemente direcionar e ordenar o povo para o fim imposto a ele” (*De Regno*, II, 3). Agora, na Cidade, esse fim imposto é a virtude, e o Estado deve, portanto, se organizar e agir de acordo **com o objetivo de alcançar o bem comum.**
Portanto, é responsabilidade do Estado tornar os cidadãos virtuosos, por todos os meios necessários.

É por isso que, na doutrina fascista, o Estado não é meramente o **garante da liberdade individual**, como na concepção liberal — e ainda menos uma espécie de representação mecanicista ou não orgânica da sociedade — mas **é, acima de tudo, o garante da unidade da Cidade na verdade da virtude.**

E é aqui que o Estado fascista é verdadeiramente totalitário, pois considera que, além da educação das crianças — ou pelo menos de uma parte significativa dela — a responsabilidade retorna a ele.

★

“Nada no mundo pode ser privado de valor, exceto em relação aos fins morais.”

Vemos aqui que o dever moral que o fascismo afirma ser promovido não é um abstrato dever, desligado de todo o suficiente racional — como encontrado em Kant — mas sim um dever que é condicionado pelos **fins morais**, isto é, os fins da vida humana. O que é bom é o que permite ao homem atingir sua **enteléquia**, isto é, a realização perfeita de sua natureza ou forma; o que é mau é o que, em contrapartida, o impede de alcançar esse fim.

Isso também mostra o alinhamento da doutrina fascista com o **finalismo realista** de Aristóteles e São Tomás.

★

“A vida, portanto, como o fascismo a concebe, é uma luta séria, austera, religiosa: é vivida inteiramente em um mundo sustentado pelas forças morais e responsabilidades do espírito. O fascismo despreza a vida confortável.”

O fascismo quer que o homem viva virtuosamente. Mas a virtude nada mais é do que agir de acordo com a natureza; e a natureza do homem é sua razão. Portanto, a virtude do homem consiste em agir de acordo com sua razão:

“Agir de acordo com a razão — isso é o que significa agir virtuosamente.”
(São Tomás, *Summa Theologica*, II-I, 85, 2).

É por isso que o fascismo deseja que a vida seja vivida de maneira racional, séria e austera.

E é também por isso que ele rejeita uma vida confortável, ou uma vida voltada ao prazer, que reduz o homem a um bruto, um animal sem razão:

“Se estivessem dentro do poder dos prazeres tornar os animais felizes, não haveria razão para não chamar os próprios animais de felizes — o que seria absurdo.”
(Boécio, citado por São Tomás na *Summa Theologica*, I-I, 2, 6).

O fascismo **despreza os prazeres da carne**.

5. Concepção Religiosa

“A concepção fascista da vida é religiosa, na qual o homem é visto em sua relação imanente com uma lei superior, dotado de uma vontade que transcende o indivíduo e o eleva à consciência de sua participação em uma sociedade espiritual. Aqueles que não percebem nada além das considerações oportunistas na política religiosa do regime fascista falham em perceber que o fascismo não é apenas um sistema de governo, mas também e acima de tudo um sistema de ‘objetivo’.”

Limitar-nos-emos a duas observações.

Por **“lei superior”**, parece claro que Gentile quer dizer **lei natural** — no sentido tomista do termo, isto é, no sentido de lei moral — **mesmo a lei divina**; em qualquer caso, essa lei certamente não é a lei positiva do homem, uma vez que Gentile afirma claramente que ela é **“superior”** a ele. E isso é confirmado pela expressão **“vontade objetiva,”** que pode se referir apenas a Deus, Autor da Natureza, e, portanto, à lei natural (como sabemos, Gentile era católico).

Além disso, ele contradiz todos aqueles que veem a religião como meramente um elemento oportunista ou acidental do regime fascista; ao contrário, na perspectiva fascista, **a política em si mesma é inseparável da verdadeira religião — isto é, da que une o homem à ordem superior e ao objetivo pelo qual ele deriva sua existência — e, portanto, ao Catolicismo.**

De fato, da perspectiva fascista, os domínios político e religioso, embora distintos, estão, no entanto, intrinsecamente e necessariamente conectados; pois a ordem política é por natureza ou por si mesma ordenada para o transcendente fim do homem — isto é, para a vida do espírito humano após a morte.

E aqui vemos, mais uma vez, como isso está em total conformidade com o ensinamento de São Tomás:

“Como o homem, ao viver de acordo com a virtude, está ordenado para um fim mais elevado, que consiste […] na visão de Deus, e já que o fim da multidão dos homens é o mesmo que o do homem individual, **segue-se que o fim último da sociedade política não é apenas viver de acordo com a virtude, mas alcançar, por meio desta virtude, a visão de Deus.”**
(*De Regno*, II, 3)

Vemos, mais uma vez, como a concepção espiritualista do fascismo se alinha prontamente com o tomismo, e mais geralmente com a visão realista e católica do homem na Cidade.

6. Concepção Ética e Realista

“Na concepção fascista da história, o homem é homem somente em virtude do processo espiritual ao qual ele contribui como membro da família, do grupo social, da nação, e em função da história à qual todas as nações trazem sua contribuição. Daí o grande valor da tradição em registros, na linguagem, nos costumes, nas regras da vida social. Fora da história, o homem é uma nulidade. **O fascismo é, portanto, contrário a todas as abstrações individualistas** baseadas no materialismo do século XVIII; **e é contrário a todas as utopias e inovações jacobinas. Não acredita na possibilidade de ‘felicidade’ na terra, c**omo concebida pela literatura econômica do século XVIII**, e, por isso, rejeita a noção teológica de que em algum momento futuro a família humana resolverá definitivamente todas as suas dificuldades. Essa noção vai contra a experiência que ensina que a vida está em constante fluxo e em processo de evolução. Na política, o fascismo visa ao realismo;** na prática, deseja lidar somente com os problemas que são o produto espontâneo das condições históricas e que encontram ou sugerem suas próprias soluções. Somente ao entrar no processo da realidade e tomar posse das forças que existem nela, pode o homem agir sobre o homem e sobre a natureza.”

“O homem é homem somente em virtude do processo espiritual ao qual ele contribui como membro da família, do grupo social, da nação, e em função da história à qual todas as nações trazem sua contribuição. Daí o grande valor da tradição em registros, na linguagem, nos costumes, nas regras da vida social... O fascismo é, portanto, contrário a todas as abstrações individualistas.”

Frequentemente se diz que o fascismo busca “criar um novo homem,” um Übermensch de Nietzsche, livre de todos os laços e raízes. Isso é completamente falso. O fascismo não acredita na possibilidade de tal homem, pois é realista e sabe que o homem não pode inventar a si mesmo. O homem que o fascismo defende é o homem integrado ao grupo familiar e social, que se une à nação, e à história à qual todas as nações contribuem.

Dentro da família e do grupo social: para o fascismo, a causa material imediata da Cidade não é a totalidade dos indivíduos isolados, mas a totalidade das famílias e dos corpos intermediários que as compõem. O indivíduo, enquanto tal, se relaciona com a Cidade apenas por meio da família, que é o primeiro corpo social.

Isso está completamente de acordo com o ensinamento de São Tomás:

“É próprio do homem viver em sociedade, pois, sendo solitário, sua existência não seria suficiente para si mesmo [...] Uma família, confinada a um domínio

único, a um número determinado de necessidades concernentes à subsistência vital — ou seja, aquilo que diz respeito aos cuidados com a alimentação, a preservação da vida, e as funções necessárias a ela — não seria suficiente para si mesma através de um único trabalho."
(*De Regno*, I, 1)

E fica ainda mais evidente que o pertencimento social do homem não termina com o vínculo com a família e com o meio social. Ele se estende ao pertencimento a uma comunidade política, a uma nação: **"O homem é apenas o que é dentro da nação e na história, e com o qual todas as nações contribuem."**
(Marcel De Corte, *Les Droits de l'homme*). Fora disso, o indivíduo não existe.

Mais uma vez, isso está de acordo com o ensinamento do Doutor Angélico, para quem a única comunidade perfeita é a **Cidade**:

"A Cidade, que é a única comunidade perfeita, basta para si mesma em relação a todas as necessidades da vida, e ainda mais para a província (ou união das Cidades vizinhas), porque só ela pode fornecer ajuda em tempo de necessidade, especialmente contra a resistência dos inimigos"
(São Tomás, *De Regno*, I, 1).

A Cidade é a única comunidade perfeita, não apenas porque só ela pode cumprir todas as necessidades da vida, mas também porque só ela pode fornecer ao homem a boa vida — isto é, uma vida plenamente humana, vivida de acordo com a razão e a virtude. É por essa razão que não existe nem pode existir um **'indivíduo'** fora dela que não lhe pertença.

Esse pertencimento natural à família, ao meio social, à nação, dá ao homem suas raízes. As raízes, que são naturais e não artificiais, são indispensáveis à vida. O homem sem raízes é um escravo; ele deseja um mestre e aceita a servidão. **O fascismo estima o defensor da tradição — nas memórias, nos costumes, nas leis da vida social — e estima a tradição porque é ela que preserva a realidade, e porque é a tradição que dá a força moral da nação.**

★

"O fascismo é contrário a todas as utopias e inovações jacobinas. Não acredita na possibilidade de 'felicidade' na terra [...] e por isso rejeita a noção teológica de que em algum momento futuro a família humana resolverá definitivamente todas as suas dificuldades."

O fascismo tem sido frequentemente criticado por ser uma utopia, digna de uma visão idealista.

A **loucura** da Revolução Francesa e do comunismo, que tentaram trazer felicidade à terra, novamente esta acusação é totalmente infundada. Contudo, o fato é que o espírito do fascismo é profundamente diferente do espírito revolucionário, e ele nunca procurou estabelecer um paraíso na terra. Ele rejeita a **possibilidade de 'felicidade'** na terra. No espírito do fascismo, a verdadeira felicidade só é possível após a morte.

De fato, uma coisa recebe sua essência de sua forma; e a forma do homem é seu espírito; logo, a essência do homem é espiritual. Mas o homem não alcança seu fim enquanto não realiza perfeitamente sua própria essência; por conseguinte, o homem atinge seu fim somente quando um ato do intelecto — a bem-aventurança — é realizado:

"A bem-aventurança é a perfeição do homem no lado do intelecto"
(São Tomás, *Summa Theologica*, I-II, 4, 5).

"Além disso, é claro que o ato do intelecto é tanto mais perfeito no homem quanto consiste em conhecer as realidades inteligíveis em vez de imagens"
(*ibid.*, I, 89, 1); isto é possível somente no estado pós-morte do espírito puro, ou seja, no momento em que o espírito se separa do corpo, e então o homem atinge sua verdadeira felicidade.

O fascismo é, portanto, essencialmente espiritualista.

É por isso que o fascismo não acredita na felicidade terrena, e rejeita **"todas as concepções teleológicas de acordo com as quais, em determinado ponto da história, o ser humano alcançará uma organização definitiva."**

No máximo, o único Paraíso que o fascismo está disposto a aceitar é **"um Paraíso laborioso, disciplinado, irreconciliável; um Paraíso no qual ninguém descansa, e que, por sua vez, tem, em suas portas, anjos armados com espadas"**
(José Antonio Primo de Rivera, *Textos de doutrina política*).

★

"Essa noção vai contra a experiência que ensina que a vida está em constante fluxo e em processo de evolução. Na política, o fascismo visa ao realismo."

No espírito do fascismo — que é radicalmente o do tomismo — a vida é um movimento contínuo, até o ponto em que o que não está em movimento nada mais é do que a morte (*Summa Theologica*, I, 18, 2). Além disso, a existência temporal do homem é uma provação, uma luta; a luta é feita para o exercício das virtudes. **O fascismo não acredita no repouso na terra. O repouso só existe para a alma separada.**

Na terra, o fascismo quer que o homem seja **“ativo e engajado na ação com todas as suas energias”** (*The Doctrine of Fascism*, I, 3, Concepção da vida como uma luta). Pois é certo, segundo a doutrina fascista, que a dificuldade está inerentemente ligada ao mérito; que a miséria só pode ser superada pelo sofrimento sustentado pela coragem, e que essa luta é o **teste supremo**, o **cadinho** no qual o espírito humano é temperado, elevado e purificado.

Neste sentido, o fascismo é profundamente **realista**.

7. Anti Individualismo e Liberdade

“Anti-individualista, a concepção fascista da vida enfatiza a importância do Estado e aceita o indivíduo somente na medida em que seus interesses coincidem com os do Estado, que representa a consciência e o universal, a vontade do homem como entidade histórica.”
Ela se opõe ao liberalismo clássico que surgiu como uma reação ao absolutismo e exauriu sua função histórica quando o Estado passou a ser a expressão da consciência e da vontade do povo. **O liberalismo negou o Estado em nome do indivíduo; o fascismo reafirma os direitos do Estado como expressão da verdadeira essência do indivíduo.** E se a liberdade é o atributo dos homens vivos e não de bonecos abstratos inventados pelo liberalismo individualista, então o fascismo defende a liberdade, e somente a liberdade que vale a pena possuir, a liberdade do Estado e do indivíduo dentro do Estado. **A concepção fascista do Estado é totalmente abrangente; fora dele, nenhum valor humano ou espiritual pode existir, muito menos ter valor. Assim entendida, o fascismo é totalitário, e o Estado fascista — uma síntese e uma unidade que interpreta, desenvolve e potencia toda a vida de um povo.”**

“Anti-individualista, a concepção fascista da vida enfatiza a importância do Estado e aceita o indivíduo somente na medida em que seus interesses coincidem com os do Estado, que representa a consciência e o universal, a vontade do homem como entidade histórica.”

O fascismo é anti-individualista, o que significa que se recusa a colocar o indivíduo acima do Estado. Mas também é — e aqui está sua originalidade em comparação com o absolutismo — uma concepção política comunitária: ela é, nesta terra, a única forma política em que a comunidade é capaz de cumprir perfeitamente sua missão de acordo com a virtude. (*São Tomás, De Regno, I, 1)* Portanto, ele quer que o indivíduo seja ordenado ao Estado como a parte é ordenada ao todo perfeito. E é por isso que o Estado fascista está em total conformidade com o ensinamento de São Tomás:

“O homem inteiro é ordenado ao seu fim e à comunidade inteira da qual ele é parte”
(*Summa Theologica,* II-II, 65).

Já que o homem — que é **“por natureza um animal político”** (Aristóteles, *Política*, I) — é naturalmente parte de um Estado, e já que a parte é ordenada ao todo do qual é parte, o fascismo vê o Estado como a verdadeira forma da sociedade humana para a qual todos os indivíduos são ordenados:
“O Estatismo é essa concepção política na qual o homem é corretamente

ordenado ao Estado como a parte é ao todo”
(*Abbé Julio Meinville, *Conception catholique de la politique*). Não é o indivíduo que é real, mas o **indivíduo** — como veremos mais adiante — **que existe dentro do Estado.**

E já que os indivíduos que compõem o Estado são por natureza políticos, o Estado é, portanto, o guardião da consciência e da vontade desses indivíduos, que nela encontram seu objetivo imanente.

★

“O liberalismo negou o Estado em nome do indivíduo; o fascismo reafirma os direitos do Estado como expressão da verdadeira essência do indivíduo.”

Para o fascista, o indivíduo existe somente através e no Estado. Ele existe somente através do Estado, na medida em que seu interesse é um dos interesses político e social, de modo que um homem não pode ser levado à existência de uma comunidade política perfeita (não de um indivíduo sem família, e não sem Cidade).

Mas acima de tudo, ele existe somente no Estado, uma vez que uma atividade verdadeiramente humana — isto é, aquela que consiste em contemplar, agir e fazer — só pode ser realizada no contexto da comunidade política. O indivíduo é um ser a quem se deve instruir nas ciências e artes necessárias para uma boa vida, e a quem se deve educar na virtude, e então dar a oportunidade de transmitir seus conhecimentos (pois o conhecimento deve ser capaz de ser comunicado), e de lhe dar os meios para praticar a virtude — especialmente a virtude da justiça, que concerne os homens na medida em que estão em relação uns com os outros — bem como a arte na qual ele pode eventualmente se especializar.

“A pessoa humana não tem existência real fora do plano da vida humana, tomada como um todo”
(Marcel De Corte, *Les Droits de l’homme*).

O indivíduo nada é — atualmente — **sem o Estado;** isto é, ele não pode existir a não ser no Estado, e portanto sua verdadeira realidade consiste no Estado; o Estado é a verdadeira realidade do indivíduo.

★

“O fascismo defende a liberdade, e para a única liberdade que vale a pena possuir, a liberdade do Estado e do indivíduo dentro do Estado.”

A liberdade não é um absoluto, um fim em si mesma; ela não consiste em fazer tudo o que queremos, ou tudo o que desejamos, mas sim em nos orientarmos para nossa finalidade como animais políticos, que não é outra senão o **Bem Comum**.

De fato, não se escolhe o próprio fim, pois ele nos é imposto pela nossa natureza. Assim, a verdadeira dignidade do ser dotado de livre arbítrio consistirá não em escolher um fim para si, mas sim em escolher o meio certo que permitirá atingir esse fim. O homem é um animal político, de modo que seu fim é o da Cidade, que é o Bem Comum. Daí segue que a verdadeira liberdade consiste em ordenar-se ao Bem Comum.

Mas somente o Estado, como Estado, é capaz de conduzir os homens ao Bem Comum, pois a multidão não pode seguir por si mesma tal bem. A única liberdade que importa é, portanto, a liberdade do Estado, e que — **conjuntamente** — do indivíduo, na medida em que está no Estado; uma liberdade concebida fora do Estado seria pura e simplesmente ilusória.

“A dignidade humana, a integridade do homem, e a sua liberdade são valores eternos e intangíveis; mas a liberdade só existe dentro de uma ordem.”
(José Antonio Primo de Rivera, *Textos de doutrina política*).

E o Estado sozinho pode dar ao homem a liberdade, ou seja, oferecer-lhe tanto os meios necessários para agir — como já estudamos — quanto a finalidade para a qual deve tender, ou seja, o Bem Comum.

★

“A concepção fascista do Estado é totalmente abrangente; fora dele, nenhum valor humano ou espiritual pode existir, muito menos ter valor. Assim entendida, o fascismo é totalitário.”

Tudo no Estado — isto é, tudo o que pertence ao homem, o animal político, existe no Estado; e nada tem valor, a não ser em relação à sua existência (sendo a existência e o ser conceitos transcendentes) — tudo no Estado só tem valor em relação ao Estado, e, entre as coisas humanas, as que são mais nobres são aquelas que se relacionam mais diretamente com o Estado, ou com a comunidade política.

É por essa razão que o fascismo é “totalitário.”
E ele é totalitário não no sentido de que negaria a vocação pessoal do homem (como faz o comunismo); mas no sentido de que, no único fim que ele reconhece — o da ordem política — o homem e seus atos são referidos a um fim, o Bem Comum (o único fim que pode ser chamado de fim), e, nesse sentido, ao Estado, ou à Totalidade, já que o Bem Comum é o fim imanente do homem.

“O homem é ordenado ao seu fim e à comunidade inteira da qual ele é parte” (*Summa Theologica*, II-II, 65), e é por isso que o Estado é para o Bem Comum, no sentido de que o homem encontra sua felicidade somente nesta terra através do Bem Comum da Totalidade.

Neste sentido, o fascismo está perfeitamente em conformidade com a natureza do homem, que é essencialmente político.

“Há um totalitarismo do Bem Comum, porque o Estado pode comandar todas as ações na medida em que elas estão ordenadas ao Bem Comum”
(Abbé Julio Meinville, *Conception catholique de la politique*); Um Bem Comum que, como São Tomás observa, tem algo do “divino” sobre ele (*Summa Theologica*, II-II, 99, 1) — e que, assim, é neste mundo, aquilo que mais participa da universalidade de Deus.

“O Bem Comum temporal de toda a sociedade é divino porque vem de Deus e conduz a Deus”
(*Abbé Julio Meinville, op. cit.*).

Além disso, o Bem Comum sobrenatural é, para o político, como para o santo, a perfeita felicidade. A graça não suprime a natureza, mas a aperfeiçoa (gratia non tollit naturam sed perficit), de modo que o Bem Comum sobrenatural — para o homem como parte da comunidade política — aperfeiçoa o Bem Comum natural.

Afirma-se que a transcendência da felicidade, segundo São Tomás, reside no fato de que este fim supremo é puramente e simplesmente distinto do bem comum; mas isso é um erro grave. Na realidade, São Tomás não separa os dois; o bem universal comum à comunidade política inteira é distinto dos bens inferiores, pois supera os bens particulares. Pode-se dizer, sem ambiguidade de termos, “particular” e “singular”.

“O bem próprio do homem deve ser um bem comum de acordo com a razão. Pois o bem que o homem possui como homem é o bem que ele tem de acordo com a razão; do que se segue que o artesão está em seu próprio bem quando trabalha, **mas esse bem como homem é o Bem Comum da Cidade”**
(*São Tomás, *Quaestiones disputatae*, II, 2).

Da mesma forma, a felicidade não é o bem do homem como um ser singular, mas, de maneira semelhante, **“felicidade não é o bem do homem como tal... mas como cidadão da Cidade de Deus”**
(Charles De Koninck, *De la primauté du Bien commun contre les personnalistes*).

E o Bem Comum consiste em nada mais do que a unidade da Cidade: o bem e a salvação do homem na sociedade é a preservação dessa unidade, que traz concórdia; sem ela, a sociedade não existe, o bem-estar da sociedade, a própria benesse da vida social, desaparece; além disso, uma sociedade desunida se torna insuportável para seus membros. Isso é o que deve ser aplicado a todos que buscam conduzir a comunidade humana: a procurar a unidade. (*De Regno*, I, 2).

A unidade da Cidade, que também é chamada de amizade política, já que os membros do Estado ou da comunidade política estão unidos na unidade das pessoas: **“A amizade é a principal solicitude dos legisladores, mais do que a justiça, pois os homens unidos não são particularmente necessitados de justiça, enquanto os divididos, inimigos da amizade, têm necessidade constante dela”** (*Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, VIII, 1).

A amizade política, é verdade, é, por sua natureza, algo um tanto contraditório. Por um lado, é a finalidade da comunidade política: se os cidadãos não realizam espontaneamente atos de amizade entre si, o Estado tem o dever de forçá-los a fazê-lo. Mas, por outro lado, a amizade deve, por definição, ser algo voluntário e livre: não se pode forçar ninguém a ser amigo.

No entanto, já que a amizade política é a finalidade natural da sociedade, deve necessariamente haver um meio de superar essa contradição. E a resposta é dada a nós, mais uma vez, por Aristóteles: **“A Cidade é uma pluralidade que, pelos meios necessários de educação, deve ser reconduzida a uma única comunidade”** (*Política*, II, 5).

Portanto, para um Estado, isso não é uma tarefa tirânica, mas uma tarefa social totalitária, ou seja, preocupada com o maior bem dos membros da Cidade — o Bem Comum —, colocando, por meio da educação, aqueles que não são naturalmente e razoavelmente aptos para se tornarem cidadãos do Bem Comum, que é o último fim de todas as pessoas naturais. É por meio do Estado que a sociedade consegue renunciar ao individualismo, desejos que surgem de sua subjetividade, de modo que deseja somente o Universal, que é para onde sua natureza objetiva tende.

A amizade política é o fim imanente do homem, pois somente a amizade torna possível a atualização de todos os poderes de sua natureza — inteligência, vontade, coração — e a amizade política é a mais perfeita das amizades, na medida em que é aquela que melhor atualiza esses mesmos poderes.

Aristóteles diz que a amizade política, também chamada de concórdia, é realizada na Cidade “quando os cidadãos estão unânimes em seus interesses, escolhem a mesma linha de conduta e realizam todas as decisões tomadas em comum” (*Ética a Nicômaco*, IX, 6). Isso é o que parece ser “totalitário”!

Quanto a São Tomás, ele retoma a maravilhosa definição de Cícero sobre a amizade política em *A República*: **“O acordo entre as coisas humanas e divinas, com boa vontade (amor da vontade) e caridade (amor do coração).”**

Aqui vemos a beleza do totalitarismo — o fascismo, é claro —, que, longe de alienar os indivíduos na unidade do Estado, ao contrário, faz com que eles alcancem seu último fim por meio e dentro dessa unidade do Estado.

★

“o Estado fascista ... interpreta, desenvolve e potencia toda a vida de um povo.”

O Estado interpreta e desenvolve a vida do povo na medida em que o Estado — isto é, a autoridade política — é para a multidão o que a alma é para o corpo (*De Regno*, I, 1), e é a alma que dá realidade ao corpo, e que desenvolve sua própria vida.

O Estado, finalmente, governa toda a vida do povo, no sentido de que ele é uma autoridade total, pois, para o povo, como para o indivíduo, não existe outro fim último além da própria unidade — pois a unidade é o fim último — e é na unidade que se encontra, através e no Estado (*ibid.*, I, 2).

Se o Estado fascista governa toda a vida do povo de maneira totalitária, é para o bem do povo, e exclusivamente para o seu bem.

8. Antissocialismo e Corporativismo

“Nem indivíduos nem grupos (partidos políticos, associações, sindicatos, classes) existem fora do Estado. O fascismo se opõe ao socialismo, que congela o movimento histórico das classes na luta de classes, e ignora a unidade do Estado, que incorpora as classes em uma única realidade econômica e moral; e, da mesma forma, é contra o sindicalismo de classe. Mas o fascismo quer que as verdadeiras demandas que deram origem ao movimento socialista e sindicalista sejam reconhecidas, e assegura que, no sistema corporativista, esses interesses se alinhem com a unidade do Estado.”

Nem indivíduos nem grupos (partidos políticos, associações, sindicatos, classes) existem fora do Estado.

Na medida em que, por “Estado”, Mussolini não quer dizer outra coisa senão a própria Cidade, esta afirmação não significa nada além de que todos os corpos intermediários, quaisquer que sejam, pertencem à Cidade, e que seus próprios bens estão ordenados ao Bem Comum da Cidade.

“É o Bem Comum que é o melhor na ordem da sociedade humana. É aquilo em que todos os homens se encontram e pelo qual se tornam uma só coisa; pois é a unidade da amizade, que é a unidade na vontade, a unidade da vontade política. O Bem Comum da Cidade é maior e mais divino do que os bens dos indivíduos, da família e dos grupos intermediários” (São Tomás, *Comm. pol.*, I, III, 32-33).

Assim, os corpos intermediários podem buscar seus próprios bens apenas na medida em que estejam ordenados ao Bem Comum; pode-se até mesmo dizer que eles são bens do Bem Comum. O Estado pode protegê-los, mas apenas na medida em que, e especialmente quando, servem aos corpos intermediários; o verdadeiro bem de um corpo intermediário é cooperar no Bem Comum do Todo.

Ora, esse Bem Comum, que o Estado deve assegurar, não é nada além da unidade do corpo social composto de múltiplos corpos. A ação política, em todos os níveis, consiste em trabalhar pela unidade da Cidade, isto é, em direção à amizade política, já que os membros da Cidade são pessoas, e a unidade das pessoas é a amizade. A unidade política é, portanto, a unidade da amizade entre os corpos que a compõem; e essa unidade é tanto mais forte quanto mais os membros tiverem amizade uns pelos outros.

Assim, a meta última dos corpos de ofício é cooperar com a unidade do Estado.

Alguém pode objetar que os corpos intermediários vêm antes da Cidade, da mesma forma que os membros vêm antes do todo. A isso, deve-se responder, seguindo São

Tomás, que **“o todo é anterior em natureza e perfeição à parte, de acordo com a ordem de geração e de perfeição [...]; as partes são anteriores na ordem de geração, mas o todo é anterior na ordem de perfeição”** (*Comm. pol.*, II, III, 38-39); e a perfeição dos corpos intermediários é serem partes da Cidade. Cronologicamente, os corpos intermediários nascem antes da Cidade; mas em termos de significado e valor, eles são subordinados à Cidade.

O fascismo é corporativista, na medida em que defende a organização estatal dos corpos que unem trabalhadores e empregadores, tanto dentro do ofício quanto no quadro maior da companhia da qual eles trabalham, com o interesse geral orientando a empresa tanto quanto o Estado.

Fica claro a partir disso que o Fascismo é radicalmente oposto ao Marxismo e a todos os seus derivados. O Fascismo busca a unidade do Estado por meio da amizade política, que é o verdadeiro Bem Comum, enquanto o Marxismo, ao contrário, coloca as classes umas contra as outras (“burgueses” de um lado, “proletários” do outro), semeando assim a discórdia e a dissolução da sociedade política.

Aqueles que equiparam Fascismo e Marxismo, portanto, não entenderam, ou então demonstraram uma má-fé extraordinária.

“Mas o Fascismo quer que as reais demandas que deram origem ao movimento socialista e sindicalista sejam reconhecidas; e assegura que no sistema corporativista esses interesses se alinhem com a unidade do Estado.”

No entanto, o Fascismo quer proteger os trabalhadores, assim como eram protegidos nas antigas sociedades econômicas que aboliam os conflitos de classe trazendo o ofício para sob a proteção do Estado e ordenando-o ao Bem Comum. Essa adaptação da vontade fascista à ordem do Antigo Regime, ao mesmo tempo em que se ajusta às circunstâncias econômicas contemporâneas, é digna de nota.

Assim, o Fascismo é corporativista, no sentido de que defende a organização estatal dos corpos que unem trabalhadores e empregadores, tanto dentro do ofício quanto dentro do quadro geral da companhia na qual trabalham, com o interesse geral orientando a empresa tanto quanto o Estado. Finalmente, o Fascismo pretende assegurar tanto a justiça distributiva, quanto a ordem e a unidade do Estado.

★

Se a organização econômico-política da sociedade defendida pelo fascismo está de acordo com a concepção tradicional — e tomista — da ordem social, podemos também acrescentar que ela se conforma ao ensinamento dos Papas e, de modo mais geral, à Doutrina Social da Igreja.

Aqui estão alguns trechos da encíclica *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII, publicada no final do “século liberal”:

“O século passado destruiu, sem substituí-las por nada, as antigas corporações que eram uma proteção para os trabalhadores. Os sentimentos religiosos do passado desapareceram das leis públicas e das instituições e assim, pouco a pouco, **trabalhadores isolados e indefesos encontraram-se, ao longo do tempo, à mercê de patrões desumanos e da cobiça de uma competição impiedosa.**

Os socialistas, assim chamados a fim de curar este mal, incitam o ódio invejoso dos pobres contra os ricos.”

Não há nada mais oposto à verdade do que tal conduta, que a Igreja sempre condenou. Pelo contrário, ela ensina que as distinções de classe são em si mesmas naturais, **que os deveres mútuos os unem,** e que tais deveres são assim ditados pela razão e pela justiça cristã.

Assim, no caso do trabalhador, que se compromete a servir a um patrão, ele está vinculado pela obrigação de cumprir inteiramente e fielmente o que foi acordado, desde que isso não seja contrário à justiça ou à moralidade. Ele não deve prejudicar seu empregador, nem em sua propriedade, nem em sua pessoa. **Mesmo suas reivindicações devem estar isentas de violência e nunca devem assumir a forma de sedição.** Ele deve evitar homens perversos que, em discursos enganosos, incitam esperanças exageradas e fazem grandes promessas que acabam apenas em vãs lamentações e na ruína de fortunas.

Quanto aos ricos e aos empregadores, não devem tratar o trabalhador como escravo; é justo que respeitem nele a dignidade do homem, e ainda mais a do cristão. O trabalho corporal, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser motivo de vergonha, honra o homem, pois lhe fornece um meio honroso de sustentar sua vida.

Mas, entre os principais deveres do empregador, o primeiro é dar a cada um o salário que é justo.

Da mesma forma, então, por todos os meios possíveis, o Estado deve tornar-se útil às outras classes, e do mesmo modo pode melhorar grandemente a sorte da classe trabalhadora. Faz isso com o maior rigor ao preocupar-se em afastar qualquer censura de injustiça; pois em virtude de seu ofício, o Estado deve servir ao Bem Comum. É evidente que quanto mais se multiplicarem as vantagens gerais resultantes dessa ação ordenada, tanto menos haverá necessidade de recorrer a outros expedientes improvisados para remediar a condição dos trabalhadores.

Finalmente, empregadores e trabalhadores mesmos podem contribuir de modo significativo para resolver a questão por meio de todas as obras destinadas a aliviar eficazmente a necessidade e **aproximar as duas classes.** Entre essas obras estão todas as sociedades de auxílio mútuo.

Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias que, em si mesmas, abarcam quase todas essas obras. Nossos antepassados há muito gozaram da influência benéfica dessas corporações. Elas primeiro asseguraram aos trabalhadores vantagens claras. Além disso, como monumentos proclamam, foram fonte de glória e de progresso para as artes em si mesmas. Hoje, as gerações mais cultas, a moral mais regulada, **os requisitos mais numerosos não deixam que essas corporações devem ser adaptadas a novas necessidades.** Portanto, desejamos vê-las formadas a partir de várias profissões, seja entre os membros de um único ofício, seja mistas, reunindo tanto trabalhadores quanto empregadores. Também é desejável que sejam organizadas de tal modo que tornem melhor e mais eficaz o seu trabalho."
O Estado fascista, ao instituir tais corporações, não faz senão conformar-se aos preceitos da Igreja.

Aqui estão agora alguns trechos da encíclica *Quadragesimo anno* (1931) de Pio XI, publicada quarenta anos depois da *Rerum novarum*, como o Estado fascista italiano a via:

"Quanto ao papel dos poderes públicos, Leão XIII ousadamente ultrapassou as barreiras dentro das quais o liberalismo havia contido sua intervenção; **ele não hesitou em ensinar que o Estado não é apenas o guardião da ordem e da lei, mas que deve trabalhar energicamente para que, através de todo o corpo de leis e instituições, 'a constituição e administração da sociedade façam naturalmente florescer o bem-estar do povo'.**

Enquanto os princípios do liberalismo, que paralisaram qualquer intervenção eficaz dos poderes públicos, já vacilavam há muito tempo, a encíclica determinou na mente de muitos um movimento cada vez mais poderoso em favor de um franco e vigoroso retorno do Estado ao domínio da economia social.

Quanto à reforma das instituições, é bastante natural que o Estado lhe dedique todos os seus cuidados. Reconhecemos que as reformas devem ser realizadas de acordo com as necessidades e condições do tempo, e que só serão plenamente cumpridas pelo florescimento harmonioso dos grupos e corporações, sob a estreita e constante colaboração dos indivíduos e do Estado.

Dada a evolução das condições sociais, é agora evidente que muitas coisas que antigamente eram realizadas por pequenas associações já não podem ser feitas senão por grandes e poderosos coletivos.

O objetivo que o Estado e a elite dos cidadãos devem, acima de tudo, estabelecer para si mesmos, e ao qual devem aplicar todos os seus esforços, é pôr fim ao conflito que divide as classes e provocar e incentivar a colaboração cordial entre as profissões.

‘A política social deve, portanto, empenhar todos os esforços para reconstituir as corporações.’

A cura perfeita só ocorrerá se, para essas classes opostas, substituírem-se corpos bem constituídos — “ordens” ou “profissões” — que agrupem os homens não segundo a posição que ocupam no mercado de trabalho, mas segundo os diferentes ramos da atividade social a que pertencem.

“A ordem resultante,” como Santo Tomás claramente explica, “da unidade dos diversos elementos variados harmonicamente ordenados, **não será verdadeiramente ordenada a menos que haja verdadeira unidade em relação ao bem comum de todos os elementos que a constituem.**”

Uma união real só será encontrada — para cada profissão, em cada uma de suas categorias, tanto para todos os trabalhadores quanto para todos os empregadores — no bem comum ao qual todos devem contribuir coordenando seus esforços.

Disso, é fácil concluir que, entre os agrupamentos profissionais, a primazia pertence inquestionavelmente aos interesses comuns à profissão; **no entanto, o mais importante é assegurar que a atividade coletiva se volte sempre para o Bem Comum da sociedade política.**

“Recentemente, como todos sabem, foi inaugurado um novo tipo de organização sindical e cooperativa.”

O Estado concede ao sindicato o reconhecimento legal que não lhe confere um monopólio como tal, já que apenas o sindicato reconhecido pode representar empregadores e trabalhadores perante o Estado, e somente ele está autorizado a concluir contratos de trabalho ou acordos coletivos de trabalho.

A filiação sindical é opcional, e é nesse sentido que se pode dizer que o sindicato não possui monopólio, já que o pagamento de cotas a outras associações especiais é obrigatório apenas para aqueles que pertencem a um sindicato reconhecido. Empregadores ou trabalhadores que não pertencem não estão vinculados pelos acordos coletivos concluídos pelo sindicato reconhecido.

É verdade que há um monopólio oficialmente declarado do sindicato reconhecido, mas isso não exclui a existência de associações profissionais de fato.

“As corporações são compostas de representantes dos sindicatos de trabalhadores e de empregadores da mesma profissão ou do mesmo ramo e, atuando como verdadeiros e próprios órgãos das instituições estatais, dirigem e coordenam a atividade dos sindicatos em todas as questões de interesse comum.

As greves e os lockouts são proibidos; se as partes não chegarem a um acordo, é a autoridade que intervém.

Não é preciso muita reflexão para ver as vantagens da instituição, mesmo que tão brevemente como a descrevemos: colaboração pacífica entre classes, eliminação da ação e das organizações socialistas, influência moderadora de uma magistratura especial.”

É bastante evidente que Pio XI está aqui aludindo ao sistema corporativista fascista.

★

Concluiremos este capítulo com estas palavras retiradas de *A Concepção Católica da Economia*, do Abbé Julio Meinvielle:

“Concretamente, o fascismo é o único movimento que restaurou os princípios tradicionais da economia política.”

Esses princípios tradicionais não são outros senão os de São Tomás de Aquino e, de modo mais geral, da filosofia política realista.

9. Democracia e Nação

“Agrupados segundo seus diversos interesses, os indivíduos formam classes; formam sindicatos quando organizados de acordo com suas diversas atividades econômicas; **mas, antes de tudo, eles formam o Estado, que não é mera questão de números, a soma dos indivíduos formando a maioria. O fascismo, portanto, se opõe àquela forma de democracia que equipara a nação à maioria, rebaixando-a ao nível do maior número;** mas é a forma mais pura de democracia se a nação for considerada como deveria ser, do ponto de vista da qualidade em vez da quantidade, como uma ideia, a mais poderosa porque a mais ética, a mais coerente, a mais verdadeira, expressando-se em um povo como a consciência e a vontade de poucos, senão mesmo de um, e terminando por se expressar na consciência e na vontade da massa, de todo o grupo etnicamente moldado pelas condições naturais e históricas em uma nação, avançando, como uma só consciência e uma só vontade, ao longo da mesma linha de desenvolvimento e formação espiritual. Não uma raça, nem uma região geograficamente definida, **mas um povo, historicamente perpetuando-se; uma multidão unificada** por uma ideia e imbuída da vontade de viver, da vontade de poder, da autopercepção, da personalidade.”

“os indivíduos formam classes; formam sindicatos quando organizados de acordo com suas diversas atividades econômicas”

O fascismo foi frequentemente acusado de querer abolir todos os corpos intermediários entre o indivíduo e o Estado. Essa acusação se mostra infundada, já que, ao contrário, o fascismo se fez defensor — doutrinária e historicamente — dos corpos intermediários. Sempre admitiu que a sociedade é composta de múltiplos ordens, e, além disso, defendeu e estabeleceu um sistema corporativo (I, 8. Antissocialismo e corporativismo), como o que existia sob o Antigo Regime e que foi incentivado pelas encíclicas papais (Rerum novarum, Quadragesimo anno).

★

“mas, antes de tudo, eles (os indivíduos) formam o Estado”

Por “Estado,” está claro que Mussolini não se refere aqui ao estado institucional, mas à coisa pública — a Cidade. O que ele significa é que os indivíduos que formam um povo, embora façam parte de múltiplos corpos intermediários, pertencem, no entanto, a uma única Cidade, e que esse pertencimento vem primeiro na ordem da natureza (“antes de tudo”) e na ordem da perfeição (“acima de tudo”), comparado ao pertencimento a outros corpos sociais, incluindo a família.

Isso está inteiramente em conformidade com o ensino de Aristóteles, conforme adotado por Santo Tomás, da seguinte forma:

“A Cidade é anterior por natureza e perfeição à família e ao indivíduo. A razão é a seguinte. O todo é anterior à parte, na ordem da natureza e da perfeição. [...] Pois se o homem, como substância, for destruído, o pé não permanece, nem a mão, exceto equivocamente — no sentido em que alguém chamaria uma mão separada de ‘mão’. E isso acontece porque, quando uma parte está corrompida, o todo está corrompido. O que está corrompido não preserva sua natureza, por isso perde sua definição. Está claro, portanto, que a essência, simplificada em nome, permanece no nome sozinho, que é atribuído equivocamente. E que a parte está corrompida se o todo está corrompido pode ser mostrado pelo fato de que cada parte é definida por sua operação e por sua virtude operativa. O pé é definido como o órgão de andar. Portanto, porque ele não cumpre mais essa função, não é mais a mesma espécie; o que resta do pé em um cadáver é chamado de ‘pé’ apenas de forma equívoca. [...]

É, portanto, evidente que o todo é naturalmente anterior às partes, embora as partes sejam anteriores na ordem da geração. Pois cada homem pertence à Cidade como um todo, assim como as partes de um homem pertencem ao homem inteiro. Pois assim como a mão ou o pé não podem existir sem o homem, o indivíduo não pode subsistir sozinho fora da Cidade. [...] A partir dessas premissas, segue-se que a Cidade é anterior por natureza ao indivíduo.
(Saint Thomas, Comentário sobre a Política, I, II, 38–39)

Mas, se a Cidade é anterior ao indivíduo e à família na ordem da natureza — no sentido de que o indivíduo e a família são apenas partes naturais dela — ela também é anterior aos corpos intermediários que dela fazem parte.

E, na medida em que o que vem primeiro na ordem da natureza, do ser, também vem primeiro na ordem da perfeição (isto é, do bem, do ser e dos bens transcendentes, quanto mais perfeito é algo, mais bom é), segue-se que a Cidade é mais perfeita do que os corpos sociais que a compõem, e que pertencer à Cidade vem “antes” — em direito — de pertencer a esses corpos sociais.

Portanto, está de acordo com o Tomismo integral declarar que os indivíduos, sejam agrupados em ordens ou corpos intermediários, pertencem acima de tudo e antes de tudo ao Estado, isto é, à Cidade da qual são membros.

★

"o qual não é mera questão de números, os sóis dos indivíduos formando a maioria. O fascismo é, portanto, contrário àquela forma de democracia que equipara uma nação à maioria, rebaixando-a ao nível do maior número."

Aqui novamente, nenhuma afirmação poderia ser mais "realista."

De fato, embora um todo possa ser matematicamente reduzido à soma de suas partes, isso não é o caso ontologicamente. Pois as partes pertencem ao todo da mesma forma que a matéria pertence à substância, e uma substância é feita não apenas de matéria-prima, mas também de uma forma substancial, que dá à matéria a ordem e, assim, a natureza — sem a qual um corpo seria reduzido a um amontoado de membros, ou — analogicamente — uma casa a um monte de tijolos, o que é absurdo. Pois, para que haja realmente um todo, deve haver partes, mas também uma ordem entre essas partes.

Portanto, a Cidade não pode ser reduzida aos homens que a compõem, e esses homens não podem ser considerados isoladamente, como entidades independentes sem relação.

Os homens estão unidos entre si, numa Cidade, por uma história compartilhada, cultura, e destino; em resumo, por um amor compartilhado por tudo o que os une ("**o amor é a força da união**," São Tomás, Summa Theologica, I, 60, 4).

Um Estado não é redutível a uma coleção de indivíduos. Um Estado é, acima de tudo, uma nação.

★

"o povo ... como uma ideia, o mais forte porque o mais ético, o mais coerente, o mais verdadeiro, expressando-se num povo como a consciência e vontade da minoria, se não, de fato, de um, e que se expressa na consciência e vontade da massa, de todo o grupo etnicamente moldado por condições naturais e históricas em uma nação, avançando, como uma consciência e uma vontade, ao longo da mesma linha de desenvolvimento e formação espiritual... mas um povo, perpetuando-se historicamente; uma multidão unificada por uma ideia e imbuída com a vontade de viver, a vontade de poder, autoconsciência, personalidade."

Assim, o povo, de uma perspectiva fascista, não deve ser entendido como uma coleção de indivíduos, mas como uma unidade — isto é, como a consciência e a vontade de uma multidão unida por uma história, uma cultura e um destino comum; ou, para usar a expressão de José Antonio Primo de Rivera, como uma ***"unidade de destino no universo"*** *e a vontade de dar-lhe vida.*

Agora, se a raça, ou etnia, é o substrato material da nação, a cultura é o seu constituinte formal.

A cultura é a ideia: uma ideia de natureza humana.
Concretamente, é um conjunto de costumes, tradições e hábitos que constituem uma herança comum para os indivíduos do mesmo povo.

“Os costumes, tradições e hábitos de uma nação, bem como as instituições nas quais eles são vividos, constituem verdadeiramente uma herança comum. Porque, antes de tudo, não pode haver colaboração, que é a força coletiva capaz de produzir nascimento e progresso, sem tais costumes partilhados. Em seguida, porque esses costumes repousam sobre a ordem moral e a lei, e porque eles são as condições universais e duradouras da perfeição. Eles estão sempre, para todos, ao serviço do povo, das coisas e dos valores, como uma força organizada oferecida à nação. Cada pessoa, na medida em que se submete a eles, pode extrair um considerável aumento em perfeição a partir deles.

É necessário acrescentar que são especialmente estes [costumes, tradições, hábitos e instituições] os responsáveis pelo modo particular em que o Bem se reveste em cada nação? Enraizados na alma do povo, eles testemunham as condições geográficas e econômicas favoráveis, um tipo de civilização, um temperamento moral, um desenvolvimento intelectual e artístico, e o nível geral de cultura. Quanto mais alguém se afasta da matéria, mais se eleva à causa da limitação ou individuação do espírito. Além disso, sendo instrumentos, meios, eles são o que vem em primeiro lugar no plano de execução. São, portanto, aquilo que participa em maior medida no modo concreto de vida.”
(Père Louis Lachance, *Humanismo Político segundo São Tomás de Aquino*, pp. 247–248)

Os homens reunidos em uma Cidade não estão apenas unidos entre si por interesses semelhantes ou pelo lugar onde vivem; estão, sobretudo, unidos por uma tradição comum. **Sem essa unidade, que seria puramente material e utilitária, sua comunhão em uma herança compartilhada seria frágil e eventualmente inexistente, e assim também o seria a própria Cidade. A Cidade não pode repousar sobre uma mera convergência de interesses materiais.** Deve fundamentar-se, para estar verdadeiramente viva, na unidade cultural do povo, em sua tradição, sua língua e sua memória.

O filósofo Thomas Molnar observou com razão:
“É vivendo em um dado meio, e não de outra forma, que somos moldados por esse mesmo meio; nossa identidade não resulta da soma de escolhas individuais.”
(*L’Américanologie*, p. 99)

É por isso que a felicidade individual, avaliada em nível coletivo — sem uma ideia de nação — é incompleta; isto é, uma ideia de nação que é organizada, dotada de uma existência política real, capaz de dirigir sua totalidade orgânica como uma verdadeira sociedade organizada.

Este foi, infelizmente, o caso da sociedade do **Antigo Regime**, onde a ausência de consciência e vontade coletivas levou ao colapso.

10. Concepção do Estado

“Na medida em que se encarna em um Estado, essa personalidade superior torna-se uma nação. **Não é a nação que gera o Estado**; esse é um conceito naturalista antiquado que serviu de base para a publicidade do século XIX em favor dos governos nacionais. **Ao contrário, é o Estado que cria a nação**, conferindo vontade e, portanto, vida real a um povo consciente de sua unidade moral. O direito à independência nacional não surge de uma forma meramente literária e idealista de autoconsciência; muito menos de uma situação de fato mais ou menos passiva e inconsciente; mas sim de uma vontade política ativa, autoconsciente, expressando-se em ação e pronta a provar seus direitos. Surge, em suma, da existência, ao menos em estado nascente (*in fieri*), de um Estado. Com efeito, é o Estado que, como expressão de uma vontade ética universal, cria o direito.”

“Não é a nação que gera o Estado”

A nação é análoga ao Estado, pois a sociedade política, em essência, deve formar-se como um composto hilemórfico, ou como o corpo em relação à alma em um animal; assim como o princípio de unidade de um composto é a forma, e a alma é o princípio de unidade em um animal, assim também o Estado é o princípio de unidade na nação.

Com efeito, **já que os homens são numerosos e cada um pode prover ao seu próprio bem particular, sua sociedade se desintegraria se não houvesse um princípio voltado ao bem comum dessa multidão — assim como o corpo de um homem ou de qualquer animal se dissolveria se não houvesse uma força diretiva unindo todos os membros em direção ao bem comum.** (São Tomás, *Do Reino*, I, 1) — e o princípio guia ou a forma de uma multidão nacional é precisamente o que chamamos de Estado.

Agora, é evidente que não é a matéria que causa a forma, pois a matéria-prima, que é pura potencialidade, só é capaz de ser um ente natural na medida em que é atualizada pela forma (São Tomás, *Suma Teológica*, I, 76, 14, 2); de fato, ser e unidade são transcendentais — ser é ser uno, e o que não é uno não é ser, mas multiplicidade (Aristóteles, *Metafísica*, X); portanto, uma nação que não é unificada por um Estado ainda não é propriamente uma nação definida, pois não possui sequer a existência de uma nação.

Portanto, é correto dizer que “não é a nação que cria o Estado.”

★

“Ao contrário, é o Estado que cria a nação, conferindo vontade e, portanto, vida real a um povo consciente de sua unidade moral.”

Já que a nação está para o Estado assim como a matéria está para a forma, e visto que é a forma que traz a potencialidade da matéria à atualidade (*Suma Teológica*, I, 9, 2), é necessário afirmar que o que dá existência à nação é o Estado — ou, dito de outro modo, o Estado é o princípio atualizador da potencialidade da nação, trazendo-a de um estado indeterminado a uma existência efetiva.

Assim, o Estado o faz ao encarnar a vontade objetiva da nação, que é a vontade da natureza humana que une os membros do todo nacional.

★

"O direito à independência nacional ... (se funda em) uma vontade política ativa, consciente de si mesma, que se expressa em ação e está pronta para provar seus direitos. Ele surge, em suma, da existência, ao menos in fieri, de um Estado."

Assim como a potencialidade ou o direito de uma substância material de receber uma forma se funda em certa disposição da matéria — uma disposição adequada à forma desejada — também a nação deve ter uma consciência ativa de si mesma, isto é, uma vontade pronta para agir, a fim de ter o direito de existir como comunidade política, isto é, como uma comunidade de ação.

Em outras palavras, já deve haver um Estado em potência — ou *in fieri* — dentro da nação que aspira existir, de modo que ela já efetivamente tenha o direito de existir. O fato de uma nação não estar no estado de matéria-prima, mas já portar o sinal da forma, é o que lhe confere esse direito. Trata-se, de fato, de "matéria marcada por uma quantidade, que é o princípio da individuação" (*Suma Teológica*, I, 75, 4); portanto, é uma certa realização da nação que fundamenta seu direito à independência. **Embora seja verdade que o Estado não é criado pela nação, podemos, contudo, afirmar que ele é seu produto em um sentido reduzido.**

★

"é o Estado que, como expressão de uma vontade ética universal, cria o direito."

O Estado é a realização mais perfeita, em escala coletiva, da natureza humana ou, se preferirmos, a realização mais completa da natureza humana como natureza política; assim, ele encarna a vontade das pessoas que o compõem — isto é, a vontade de sua natureza humana universal.

Ora, a própria razão de ser do direito — entendido como a ordem natural que determina o que pertence a cada pessoa — não é outra coisa senão a natureza humana.

Segue-se, portanto, que é inteiramente correto dizer que **"o Estado cria o direito."**

11. Um Estado Ético

“A nação, como Estado, é uma realidade ética, que existe e vive na medida em que se desenvolve. Para ela, parar é morrer. O Estado é, portanto, não apenas uma autoridade que governa e dá forma legal e um valor de vida espiritual às vontades individuais; é também um poder que afirma sua vontade externamente, ao ser reconhecido e respeitado — isto é, ao demonstrar, por meio de fatos, sua universalidade em todas as manifestações necessárias para o seu desenvolvimento. Daí decorre uma organização e, ao menos, uma expansão virtual. O Estado pode assim ser comparado à natureza da vontade humana, que não conhece limites para o seu desenvolvimento e prova sua infinitude ao realizar-se.”

“A nação, como Estado, é uma realidade ética, que existe e vive na medida em que se desenvolve. Para ela, parar é morrer.”

O Estado, na doutrina do fascismo, não é apenas uma instituição; é também e sobretudo uma realidade orgânica, isto é, uma realidade que vive — ao menos analogamente.

Com efeito, a vida, para São Tomás, é o modo de existência daquilo que se move por si mesmo: *“Chamaremos vivos todos os seres que determinam a si mesmos ao movimento ou a qualquer tipo de ação”* (Suma Teológica, I, 18, 1).
O ser vivo é, portanto, aquele cujo movimento é espontâneo em seu princípio e imanente em seu fim; em termos filosóficos, é o ser cuja causa eficiente operativa é sua causa formal, e cuja causa final é o seu próprio bem.

Ora, o Estado é um todo moral. E um todo moral é um composto de indivíduos racionais (causa material remota) unidos em sua ação por uma autoridade (causa formal como princípio de unidade das pessoas, causa eficiente como princípio de sua ação comum), em vista de um bem (causa final). É, portanto, um todo que é em si mesmo um fim, isto é, cujo propósito não é outro senão o seu próprio bem; e é também um todo que se move por si mesmo, isto é, um ser cujo princípio de movimento é intrínseco, já que sua causa formal, que é o princípio, é também sua causa eficiente. E assim, analogamente, um todo que possui vida.

Portanto, o Estado ou a comunidade política, que é um todo moral, “uma realidade ética,” é também, por isso mesmo, uma realidade orgânica.

Mas um ser vivo só está vivo na medida em que se move por si mesmo: *“Assim que um ser vivo nada mais tem do que um movimento externo, está morto por falta de vida”* (Suma Teológica, I, 18, 1). E ainda: *“Para um ser vivo, viver é ser”* (I, 18, 2).

Daí que uma realidade orgânica existe na medida em que é atualmente orgânica, isto é, na medida em que se move por suas próprias forças.

Portanto, parece bastante correto dizer que a comunidade política, que é uma realidade ética, que é uma realidade viva, *"existe na medida em que se desenvolve"*, e que *"para ela, parar é morrer."*

★

"O Estado é também um poder que afirma sua vontade externamente, ao ser reconhecido e respeitado — isto é, ao demonstrar, através de fatos, sua universalidade em todas as manifestações necessárias para o seu desenvolvimento."

Pois o Estado ou a comunidade política é, como uma *"comunidade perfeita"* (São Tomás, *De Regno*, I, 1), a individuação no nível coletivo da natureza humana — ou, se se prefere, a individuação da natureza humana como natureza política — está na própria natureza de um Estado desejar ser universal e, consequentemente, fazer tudo para universalizar-se — ao menos espiritualmente, isto é, culturalmente.

A aspiração de um Estado ao império é, portanto, algo natural e bom, e um sinal de vitalidade, como teremos ocasião de ver novamente (II, 13. Império e disciplina).

★

"O Estado pode assim ser comparado à natureza da vontade humana, que não conhece limites para o seu desenvolvimento e prova sua infinitude ao realizar-se."

Porque o Estado é uma individuação da natureza humana, e porque a natureza do homem é sua consciência e sua vontade, o Estado pode ser dito analogicamente como consciência e vontade. Portanto, é possível falar da vontade objetiva de todo o povo que o compõe, isto é, a vontade de sua natureza humana.

E essa vontade coletiva é, de certo modo, infinita, já que é a realização da vontade humana, e esta vontade é por natureza feita para o Infinito, para o Universal; de fato, **"a vontade se estende ao bem em sua universalidade; pois seu objeto próprio é o bem universal, assim como o objeto do intelecto é o ser universal"** (*Suma Teológica*, I, 105, 4).

A ação do Estado — em sua própria ordem própria, que é a ordem natural — portanto não tem "limites."

★

"Portanto, não se pode limitar [o Estado] a funções puramente relacionadas à ordem e à proteção, como desejava o liberalismo. Não é apenas um sistema mecânico que limita a esfera das chamadas liberdades individuais."

Aqui está precisamente o que ensina São Tomás: que a autoridade política é responsável pelo bem comum, isto é, pela unidade de todos os membros da comunidade política em uma vida virtuosa — e não simplesmente pela segurança e bem-estar material dos indivíduos:

“É evidente que o objetivo de uma multidão é viver segundo a virtude; de fato, os homens se reúnem para viver bem juntos, o que não poderiam alcançar se cada um permanecesse isolado; ora, viver bem é viver segundo a virtude; **portanto, o fim da sociedade humana é a vida segundo a virtude”** (*De Regno*, II, 3); assim, o Estado é aquele que assume para si o bem comum da Cidade; de modo que o Estado deve se esforçar para tornar todos os cidadãos virtuosos, por todos os meios possíveis. Pode-se dizer que o Estado é responsável pela felicidade de seus cidadãos.

Aqui vemos a nobreza da autoridade política, a qual, como indica a etimologia do termo “autoridade”, tem a missão de tornar os cidadãos virtuosos, isto é, agir de acordo com a natureza humana, que é racional por natureza. Esse é o papel que permite aos indivíduos políticos atualizar sua natureza e assim alcançar a verdadeira felicidade.

É isso também o que ensina o Magistério da Igreja:

“A fim de assegurar essa colaboração orgânica e essa tranquila harmonia [da sociedade], a doutrina católica reivindica para o Estado dignidade e autoridade” (Pio XI, *Divini Redemptoris*).

★

“É uma forma, uma regra interior e uma disciplina do ser inteiro; penetra tanto a vontade como o intelecto. Seu princípio — a inspiração central da personalidade humana que vive em comunidade civil — penetra nas profundezas mais íntimas do indivíduo […]: é a alma de cada alma.”

Isso parece, mais uma vez, estar perfeitamente de acordo com o ensinamento do Doutor Angélico:

“Assim como em cada homem a alma governa o corpo […], assim também toda multidão deve ter um princípio governante” (*De Regno*, I, 1); e o princípio governante de uma multidão nacional, de um povo, é a autoridade política, que se chama Estado: é de fato essa autoridade que se encarrega do bem comum.

Assim, **o Estado é como a forma ou alma do povo, e de cada pessoa na medida em que ela é membro do povo; é, por assim dizer, ‘a alma de cada alma’; é a alma de toda inteligência e de toda vontade.**

O Estado é, em essência, a regra interior de todos os indivíduos que o compõem, já que encarna a sua natureza, e a natureza é uma regra de ação.

E é por isso que ele não só tem o direito, mas também o dever, de impor um modo de vida a todos os cidadãos.

12. Conteúdo do Estado

“O Estado fascista, que é a forma mais elevada e poderosa de personalidade, é uma força, mas uma força espiritual — uma força que reúne todas as formas de vida moral e intelectual do homem. Não pode, portanto, ser limitado a funções puramente relacionadas à ordem e à proteção, como queria o liberalismo. Não é apenas um sistema mecânico que limita a esfera das chamadas liberdades individuais. É uma forma, uma regra interior e uma disciplina de todo o ser; ele penetra, ilumina a inteligência. Seu princípio — a inspiração central da personalidade humana que vive na comunidade civil — penetra na mente do indivíduo e no coração do homem de ação, bem como do pensador, do artista e do estudioso: é a alma de toda alma.”

“O Estado fascista, que é a forma mais elevada e poderosa de personalidade, é uma força, mas uma força espiritual — uma força que reúne todas as formas de vida moral e intelectual do homem.”

O Estado, como vimos, é a realização mais completa da natureza humana. É, de fato, a “comunidade perfeita” (São Tomás, *De Regno*, I, 1); pois é somente na comunidade ou na vida comum que todas as potencialidades latentes da natureza humana são realizadas, já que o homem é essencialmente social e político; de modo que o Estado é a realização mais perfeita da natureza humana.

E, consequentemente, é também a realização do espírito humano, da inteligência e da vontade; é a “força que reúne todas as formas de vida moral e intelectual do homem.”

É a força da vida coletiva e, portanto, também da vida individual de cada pessoa, já que esta última só tem valor quando compreendida dentro da vida coletiva.

★

“Não pode, portanto, ser limitado a funções puramente relacionadas à ordem e à proteção, como queria o liberalismo. Não é apenas um sistema mecânico que limita a esfera das chamadas liberdades individuais.”

Aqui está precisamente o que ensina São Tomás: que a autoridade política é responsável pelo bem comum, isto é, pela unidade de todos os membros da comunidade política na vida virtuosa — e não simplesmente pela segurança e pelo bem-estar material dos indivíduos:

“É evidente que o objetivo de uma multidão é viver de acordo com a virtude; de fato, os homens se reúnem para viver bem juntos, o que não podem alcançar se cada um permanecer isolado; ora, viver bem é viver de acordo com a virtude; **portanto, o fim da sociedade humana é a vida segundo a virtude**” (*De Regno*, II, 3); portanto, o

Estado é aquele que assume para si o bem comum da Cidade; de modo que o Estado deve esforçar-se para tornar todos os cidadãos virtuosos, por todos os meios possíveis. O Estado, pode-se dizer, é responsável pela felicidade de seus cidadãos.

Aqui vemos a nobreza da autoridade política, que, como a etimologia do termo "autoridade" indica, tem a missão de fazer os cidadãos agirem virtuosamente, isto é, agirem de acordo com a natureza humana, que é racional por natureza. É este o papel que permite aos indivíduos políticos atualizarem sua natureza e, assim, alcançarem a verdadeira felicidade.

É isto também o que ensina o Magistério da Igreja:

"Para assegurar esta colaboração orgânica e esta tranquila harmonia [da sociedade], a doutrina católica reivindica para o Estado a dignidade e a autoridade" (Pio XI, *Divini Redemptoris*).

★

"É uma forma, uma regra interior e uma disciplina do ser inteiro; penetra tanto a vontade como o intelecto. Seu princípio — a inspiração central da personalidade humana que vive em comunidade civil — penetra até as profundezas mais íntimas do indivíduo [...]; é a alma de toda alma."

Isto parece, mais uma vez, estar perfeitamente de acordo com o ensinamento do Doutor Angélico:

"Assim como em cada homem a alma governa o corpo [...], assim também toda multidão deve ter um princípio governante" (*De Regno*, I, 1); e o princípio governante de uma multidão nacional, de um povo, é a autoridade política, que é chamada de Estado: é realmente esta autoridade que se encarrega do bem comum.

Assim, **o Estado é como a forma ou a alma do povo, e de cada pessoa na medida em que é membro do povo; é, por assim dizer, 'a alma de toda alma'; é a alma de toda inteligência e de toda vontade.**

O Estado é, em essência, a regra interior de todos os indivíduos que o compõem, já que encarna sua natureza, e a natureza é uma regra de ação.

E é por isso que ele não apenas tem o direito, mas também o dever, de impor um modo de vida a todos os cidadãos.

13. Autoridade

“Em suma, o fascismo não é apenas legislador e fundador de instituições; é também educador e promotor da vida espiritual. Ele busca refazer não as formas da vida humana, mas o seu conteúdo: o homem, o caráter, a fé. E, para isso, deseja uma disciplina e uma autoridade que penetrem as mentes e aí reinem sem rival. É por isso que seu emblema é o fasces dos lictores, símbolo de unidade, força e justiça.”

“Em suma, o fascismo não é apenas legislador e fundador de instituições; é também educador e promotor da vida espiritual. Ele busca refazer não as formas da vida humana, mas o seu conteúdo: o homem, o caráter, a fé.”

O Estado não tem apenas um propósito legislativo e administrativo; ele também possui um fim propriamente espiritual. Esse fim é a busca do bem comum, que é a unidade da Cidade ou da comunidade na virtude (pois a amizade na virtude é verdadeiramente “amizade”, já que amar verdadeiramente o outro é querer o seu bem, e o maior bem para o homem é a virtude).

E é por isso que o Estado tem uma finalidade educativa: deve educar os cidadãos, isto é, conduzi-los ao cume da virtude, não apenas quando são crianças — através da educação nacional — mas também ao longo de toda a vida, por meio do serviço militar obrigatório, do sistema corporativo e do empenho de todos a serviço do bem público, que é a maior das virtudes naturais.

“Contamos como membros da mesma Cidade apenas aqueles que, sob as mesmas leis e o mesmo Estado, são orientados para uma vida conforme a virtude” (São Tomás, *De Regno*, II, 3).

★

“O fascismo quer refazer não as formas da vida humana, mas o seu conteúdo: o homem, o caráter, a fé.”

Essas palavras têm sido frequentemente interpretadas como expressando uma vontade revolucionária de “criar” um “novo homem” ao libertá-lo das leis da natureza.

No entanto, à luz do que foi dito anteriormente, parece que Gentile, com essas palavras, não queria nada além de reformar o homem — ou seja, formá-lo conforme a natureza o formou, contrariamente à Revolução que o deformou.

Reformar o homem é devolver-lhe o seu caráter e sua fé, sua força de vontade, e sua crença em uma “lei superior” e em uma “vontade objetiva” — isto é, em Deus (I, 5. Concepção religiosa). Longe de ser revolucionário, o fascismo é, neste sentido, profundamente reacionário.

★

“E, para isso, [o fascismo] deseja uma disciplina e uma autoridade que penetrem as mentes e reinem ali sem rival.”

Porque a autoridade é necessária para elevar todos os membros de uma comunidade à virtude (De Regno, I, 1), o fascismo quer que o Estado seja autoritário — ou seja, que reclame sua autoridade e a imponha a todos — seja por vontade ou à força; para que todos os indivíduos obedeçam disciplinadamente às ordens do Estado, e que alcancem, graças a este mesmo Estado, a unidade do corpo social e a prática comum da virtude.

E é por isso que o fascismo não hesita em se declarar autoritário.

★

“Por isso, seu emblema é o ‘feixe de lictores,’ símbolo da unidade, força e justiça.”

Unidade, força, justiça: estas três palavras resumem bem a essência do fascismo.

O Estado fascista quer ser justo, ou seja, quer dar a cada cidadão o que lhe é devido — de acordo com a regra do mérito e do demérito — para garantir a lei.

Ele também quer ser forte, ou seja, capaz de reprimir inimigos internos, e travar guerra contra os inimigos externos, para assegurar a ordem necessária à preservação da Cidade.

Por fim, e acima de tudo, ele quer ser uno, aceitando nenhum tipo de “Estado dentro do Estado,” reunindo todos os membros da Cidade em uma unidade e na mesma unidade — uma unidade que leva todos os cidadãos a um espírito coletivo de mútua e benevolente emulação, em direção à perfeição da virtude.

Agora, a lei, a ordem e a unidade da Cidade são, segundo São Tomás, os componentes do Bem Comum político:

“Se as leis são justas ou conformes à lei, elas têm força vinculante. [...] Agora, **dizemos que as leis são justas quando estão ordenadas ao Bem Comum.”** (Summa Theologica, I-II, 95, 4)

“Há preceitos que envolvem diretamente a preservação do **Bem Comum ou da ordem** [...]; por exemplo, em uma Cidade, o preceito que proíbe derrubar o Estado ou entregar a cidade ao inimigo**”** (ibidem, I-II, 100, 8)

“Sedução é oposta à unidade da multidão, isto é, **à unidade do povo ou à unidade da Cidade. [...]** Assim, a sedução é oposta ao Bem Comum**”** (ibidem, II-II, 42, 2).

O Estado fascista, como modelo de justiça, força e unidade, não faz nada além de buscar o Bem Comum.

Capítulo Dois

DOUTRINA POLÍTICA E SOCIAL

(Benito Mussolini)

1. Contra o Pacifismo: A Guerra e a Vida como Dever

Acima de tudo, o fascismo — no que concerne, de modo geral, ao futuro e ao desenvolvimento da humanidade, deixando de lado qualquer consideração da política atual — **não acredita nem na possibilidade nem na utilidade da paz perpétua. Rejeita o pacifismo, que esconde uma fuga da luta e uma covardia diante do sacrifício. Somente a guerra leva todas as energias humanas ao seu mais alto ponto de tensão e deixa uma marca de nobreza sobre os povos que têm a coragem de enfrentá-la.**

Todos os outros testes são apenas secundários e nunca colocam o homem diante de si mesmo, na alternativa entre vida e morte.
Consequentemente, a doutrina pacifista não é a mais adequada ao fascismo, que não acredita nela — ainda que aceite que tais doutrinas possam ter uma utilidade prática limitada em certas circunstâncias políticas. Todas as construções internacionais — como a história mostra — são varridas quando o sentimento, o **ideal** ou o interesse despertam a tempestade nos corações humanos.

O orgulhoso lema das unidades de assalto, *"Me ne frego"* ("Não me importo"), escrito na bandagem de um ferimento, não é apenas uma profissão de filosofia estóica e o resumo de uma doutrina política, **mas também um treinamento na luta, a aceitação dos riscos que ela envolve; é um novo estilo de vida italiana.**

É por isso que o fascismo aceita e ama a vida, ignora o suicídio e o vê como covardia; é por isso que entende a vida como um dever, uma elevação, uma conquista: a vida deve ser nobre e plena, vivida por si mesma, mas sobretudo por todos os outros — próximos e distantes, presentes e futuros.

"O fascismo [...] não acredita nem na possibilidade nem na utilidade da paz perpétua. Rejeita o pacifismo, que esconde uma fuga da luta e uma covardia diante do sacrifício."

O fascismo não acredita na possibilidade da paz perpétua, primeiro porque é realista e sabe que a história é feita de guerras; depois, porque entende que está na própria natureza de uma comunidade política buscar universalizar-se, mesmo ao preço, se necessário, da destruição de uma cultura vizinha; de modo que o homem provavelmente ainda seria levado a travar guerra mesmo em um estado de natureza pura, não pecaminosa. "O sentimento, o ideal ou o interesse" dos povos quase necessariamente os levam à guerra.

O fascismo também não acredita na utilidade da paz perpétua, porque acredita na bondade da guerra, como logo se verá.

Por isso, condena o pacifismo — que é, no fundo, "uma fuga da luta" e "uma covardia diante do sacrifício" — porque entende que a luta é um dever moral de todo homem: **"É necessário que a alma sofra dificuldades e lute para alcançar certos bens ou evitar certos males"** (São Tomás, *Summa Theologica*, I-II, 23, 1), e que o auto-sacrifício pela Cidade é um dever de justiça para todo cidadão: **"Todas as partes são ordenadas à perfeição do todo: o todo não existe para as partes, mas as partes para o todo"** (São Tomás, *Summa contra Gentiles*, III, 112).

"A guerra sozinha eleva todas as energias humanas à sua mais alta tensão e deixa uma marca de nobreza nos povos que têm a coragem de enfrentá-la. Todas as outras provas são apenas secundárias e nunca colocam o homem diante de si mesmo, na alternativa entre a vida e a morte."

O fascismo conhece a bondade da guerra.

Primeiro, entende — seguindo São Tomás — que a guerra é justa quando é comandada pelo chefe de Estado e visa reparar uma injustiça:

"Uma vez que o cuidado dos assuntos públicos foi confiado aos chefes de Estado, cabe a eles velar pelo bem público da Cidade, do reino ou da província sob sua autoridade. Portanto, aqueles que legitimamente defendem esse bem público empunham a espada contra perturbadores e criminosos; da mesma forma, cabe a eles defender o bem público com a espada contra inimigos externos. [...]
Também é necessário que se ataque o inimigo por uma razão de justiça: assim, as guerras são justas quando as injustiças devem ser punidas; por exemplo, castigar um povo ou uma Cidade que não puniu um mal cometido por seus cidadãos, ou para restaurar o que foi injustamente tomado." (*Summa Theologica*, II-II, 40, 1)

A guerra, portanto, não é um mal em si mesma, uma vez que pode ser justa. O que é mal não é a guerra, mas a paixão desordenada que às vezes a acompanha:

"O desejo de ferir, a crueldade na vingança (e não na legítima autodefesa), a violência e a inflexibilidade de espírito, a paixão do orgulho, e outras faltas semelhantes, que em guerras entre povos justos são justamente condenadas." (Santo Agostinho, citado por São Tomás no artigo acima)

Mas o fascismo vai além: entende que a guerra tem uma bondade essencial, na medida em que é a única prova capaz de atualizar plenamente todas as vitalidades da natureza humana, particularmente a virtude e a força.

A força, segundo São Tomás, tem uma importância suprema: é a força motriz da vida moral, como a virtude por excelência da vontade — que é o princípio da vida moral.

"A força, considerada como uma certa firmeza da alma, é virtude em geral, ou melhor, a condição geral de toda virtude" (*ibid.*, II-II, 123, 2).

São Tomás chega a dizer, seguindo Santo Ambrósio, que a força tem uma certa relação com a virtude mais importante:

“Santo Ambrósio diz que **‘a força é como a mais elevada de todas as virtudes’ [...] em termos de utilidade comum, já que é necessária tanto na vida doméstica quanto na vida cívica [que são as principais provas da vida]”** (*ibid.*, II-II, 123, 12).

Ora, é nas grandes provas — e particularmente na guerra, quando se arrisca a própria vida — que a força se manifesta:

“Aristóteles diz que a força é exercida ao máximo no que se refere à morte na guerra. De fato [...], a força arma o espírito humano contra os maiores perigos, que são perigos de morte. Mas, como a força é uma virtude, ela necessariamente se volta para o bem, e segue-se que um homem não foge do perigo a menos que ele o ameace com algum mal contrário à boa razão. A morte é um mal apenas em certos casos, a saber, quando vem da doença, naufrágio, ou pelo ataque de feras ou parasitas; ela é então diretamente contrária à vontade, que persegue o bem. Mas os perigos mortais encontrados na guerra ameaçam o homem diretamente **porque de um bem — a saber, porque ele defende o bem comum.”**

“Portanto, deve-se afirmar que a força diz respeito especificamente aos perigos mortais que se enfrenta na guerra” (*ibid.*, II-II, 123, 5).

Daí a necessidade da bondade da guerra para o fascismo.

“O orgulhoso lema das formações de assalto: *‘Me ne frego’* (‘Não me importo’), escrito sobre a bandagem de um ferimento, não é apenas uma profissão de filosofia estóica [...], mas também um treinamento na luta, a aceitação dos riscos que ela implica.”

Para o fascista, o homem teria que sofrer mesmo em um estado de natureza pura, não pecaminosa. Ele não vê o sofrimento como uma consequência em si do pecado original, mas como algo natural ao homem, do qual ele foi isento no paraíso terreno apenas por um dom gratuito:

“A imortalidade e a impassibilidade do estado primitivo não dependiam das condições naturais da matéria, mas da justiça original” (*Summa Theologica*, I, 81, 5).

“E, já que o sofrimento é algo natural, imposto ao homem, ele deve, portanto, suportá-lo de maneira estoica.”

Mas o fascismo também entende que é necessário ao homem lutar contra os males que ele pode superar, isto é, aqueles dos quais ele mesmo é a origem. E é por isso que a luta fascista dá ao sofrimento uma dimensão essencial da vida.

Se é verdade que a força consiste em sustentar, isto é, paciência e perseverança, também consiste em atacar, isto é, ousadia e luta.

"o fascismo aceita e ama a vida, ignora o suicídio e vê nele covardia; é por isso que entende a vida como um dever, uma elevação, uma conquista: a vida deve ser nobre e plena, vivida por si mesma, mas sobretudo por todos os outros — próximos e distantes, presentes e futuros."

O fascista vê na vida, acima de tudo, um dever para consigo mesmo.

E esse dever se funda na autoestima, que é natural e boa:

"Tudo naturalmente se estima a si mesmo; pela inclinação tende, segundo esse tipo de autoestima inata, a preservar-se na existência e a resistir tanto quanto possa ao que poderia destruí-lo" (*Summa Theologica*, II-II, 64, 5).

Mas, como o homem é dotado de livre-arbítrio, o fascista entende que a verdadeira dignidade do homem reside na retidão da ação moral, isto é, na correção do agir, na honra. É também por isso que o fascista vê na vida uma conquista: precisamente, a conquista de sua dignidade moral, de sua honra. O fascismo vê no homem de honra o homem plenamente realizado.

Como lembrete, a honra, segundo São Tomás, é algo inteiramente louvável: é a retidão da vontade, o estado interior de quem sempre agiu virtuosamente:

"A conduta externa é honrosa quando reflete a retidão interior. Assim, a honra reside radicalmente na escolha interior, mesmo que se manifeste na conduta exterior" (*ibid.*, II-II, 145, 1).

Portanto, já que preservar-se na existência é um dever para consigo mesmo, e visto que a honra consiste em preservar a dignidade moral, segue-se que o homem de honra deve sempre se esforçar para permanecer vivo.

Mas o fascista também vê na vida um dever de justiça para com os outros, para com a sociedade política.

Pois a vida do cidadão, enquanto cidadão, deve ser vivida a serviço do Estado:

"O todo humano é ordenado, quanto ao seu fim, para a comunidade inteira da qual ele é parte" (*ibid.*, II-II, 65).

É por isso que o fascismo despreza o suicídio, no qual vê apenas covardia para consigo mesmo e também uma traição para com a sociedade.

Primeiro, a covardia, a desonra:

“Tudo naturalmente se estima a si mesmo; pela inclinação tende, segundo esse tipo de autoestima inata, a preservar-se na existência e a resistir tanto quanto possa ao que poderia destruí-lo.”

É por isso que o suicídio vai contra essa tendência da natureza, contra a autoestima, que consiste em preservar-se.

Segundo, a injustiça para com a sociedade: a injustiça ocorre quando o homem recusa o dever que lhe advém de pertencer à sociedade da qual é membro. **Ao cometer suicídio, o homem torna-se culpado de injustiça para com a sociedade à qual pertence** (*ibid.*, II-II, 64, 5).

Vê-se aqui, mais uma vez, a concordância entre o fascismo e o tomismo, que são ambos uma “filosofia de vida”.

2. Política Demográfica e o Nosso “Próximo”

“A política ‘demográfica’ do Regime é a consequência dessas premissas. **O fascista ama o seu ‘próximo,’ mas esse ‘próximo’ não é para ele uma ideia vaga e ilusória: o ‘amor ao próximo’ não elimina nem o necessário rigor educativo, nem, ainda mais, as distinções e distâncias. O fascista rejeita abraços universais;** e, vivendo dentro da comunidade dos povos civilizados, olha-os nos olhos com atenção e desconfiança, segue-os em seus estados de espírito e na evolução de seus interesses; não se deixa enganar por aparências mutáveis e enganosas.”

“O fascista ama o seu ‘próximo,’ mas esse ‘próximo’ não é para ele uma ideia vaga e ilusória: o ‘amor ao próximo’ não elimina nem o necessário rigor educativo, nem, ainda mais, as distinções e distâncias.”

O fascista ama o seu próximo, isto é, ama os outros homens — não na medida em que eles são outros, mas na medida em que são homens, por partilharem a mesma natureza humana.

No entanto, esse amor não é irracional: permanece coerente com as exigências da ordem natural. Consequentemente, o fascista ama todos os homens, mas ama primeiro aqueles que lhe são mais próximos, particularmente pelos laços de família, trabalho e pátria. Ele ama sua esposa e seus filhos antes de seus vizinhos, seus vizinhos antes dos estrangeiros, os estrangeiros pertencentes à sua própria Cidade antes dos estrangeiros oriundos de outra cidade, etc. Ele compreende que os seus, naturalmente, vêm antes dos outros, e que não pode haver caridade desordenada.

Além disso, o amor ao próximo, que se concretiza na mansidão, deve conformar-se às exigências da justiça, isto é, à regra do mérito e do demérito. E São Tomás não diz outra coisa:

“A misericórdia não suprime a justiça; mas é, de certo modo, a plenitude da justiça” (Suma Teológica, I, 21, 3).

Se a misericórdia não suprime a justiça, isso significa que, para que o exercício da misericórdia seja bom, é necessário respeitar a ordem da justiça. Portanto, o “amor ao próximo” não elimina nem o necessário rigor educativo, nem, ainda mais, as distinções e distâncias.

★

“O fascista rejeita a ideia de uma fraternidade universal.”

Se o fascismo é uma ideia de unidade e amizade política, ele rejeita, no entanto, a ideia — maçônica — de uma fraternidade universal que aboliria todas as distinções de sexo, condição social, nacionalidade, cultura, religião, inteligência ou mérito.

Ele considera que a única amizade verdadeiramente possível é aquela entre os membros da mesma Cidade e, no máximo, entre os membros do mesmo império, quando este é composto de várias Cidades que compartilham objetivamente a mesma cultura, a mesma língua e a mesma religião — pois as duas são inseparáveis.

A razão também ensina que só se pode verdadeiramente amar alguém quando se compartilha com ele um grande número de coisas. O senso comum confirma o semelhante atrai o semelhante. Não existe amizade possível sem uma verdadeira unidade de corações e de vidas.

A amizade autêntica é

“consensio rerum humanarum et divinarum cum benevolentia et caritate”
(Cícero, *De Republica*),
isto é, unidade de entendimento nas coisas humanas e divinas, com benevolência (amor da vontade) e caridade (amor do coração).

3. Contra o Materialismo Histórico e a Luta de Classes

“Tal concepção de vida faz do fascismo a negação absoluta daquela doutrina que constituiu a base do socialismo pseudocientífico ou marxista: a doutrina do materialismo histórico, segundo a qual a história da civilização humana pode ser explicada apenas pelas lutas de interesses entre diferentes grupos sociais e pela transformação dos meios e instrumentos de produção. Ninguém negaria que os fatos econômicos — descobertas de matérias-primas, novos métodos de trabalho, invenções científicas — têm sua importância. Mas afirmar que são suficientes para explicar a história humana, com exclusão de todos os outros fatores, é absurdo: **o fascismo ainda acredita na santidade e no heroísmo, isto é, em ações nas quais nenhum motivo econômico, próximo ou distante, desempenha qualquer papel.**

A doutrina do materialismo histórico, segundo a qual os homens na história não passam de figuras que atuam e desaparecem conforme as verdadeiras forças diretivas, leva à negação da luta de classes permanente e inelutável, consequência natural da concepção econômica da história, **e sobretudo à negação da luta de classes considerada como fator predominante das transformações sociais.** Uma vez que o socialismo foi atingido nesses dois princípios fundamentais de sua doutrina, nada resta senão a aspiração sentimental — tão antiga quanto a própria humanidade — por uma ordem social na qual os sofrimentos e as dores dos mais humildes sejam aliviados.

Mas aqui, o fascismo rejeita a ideia de “felicidade” econômica, que se realizaria socialmente e quase automaticamente em dado momento da evolução da economia, assegurando a todos o máximo de bem-estar. O fascismo rejeita a concepção materialista de uma possível “felicidade” e a abandona aos economistas da primeira metade do século XVIII; *e por isso nega a equação bem-estar = felicidade, que transformaria os homens em animais* pensando apenas em uma coisa: ser alimentados e engordados, isto é, reduzidos a uma vida puramente e simplesmente vegetativa.”

“*Tal concepção de vida faz do fascismo a negação absoluta daquela doutrina que constituiu a base do socialismo pseudocientífico ou marxista: a doutrina do materialismo histórico, segundo a qual a história da civilização humana pode ser explicada apenas pelas lutas de interesses entre diferentes grupos sociais e pela transformação dos meios e instrumentos de produção.*”

Assim, o fascismo é a negação da luta de classes concebida como fator determinante das transformações sociais. Porque o fascismo é espiritualista, ele se opõe à visão de que a história não é nada além da história da luta de classes, ou de que deve ser interpretada segundo as leis econômicas que supostamente regem o desenvolvimento

dos meios e instrumentos de produção. Isso coloca claramente o fascismo ao lado da doutrina católica.

Como lembrete, eis o que Pio XI disse em *Divini Redemptoris* sobre o comunismo:

“Este perigo era ameaçador, como já compreendestes, Veneráveis Irmãos, é o bolchevismo e o comunismo ateu, que busca derrubar a ordem e minar seus fundamentos na civilização cristã. […] O comunismo moderno, de maneira mais evidente que movimentos semelhantes do passado, esconde sob a aparência de uma falsa redenção uma pseudo-ideia de justiça, igualdade e fraternidade no trabalho, que satura as mentes das massas com seus slogans e um certo fascínio místico. Sua sedução é forte, mas enganosa, espalhando entusiasmo contagioso, especialmente em uma época em que, nota-se que, devido a uma má situação econômica, reina uma miséria anormal entre o povo em meio a uma abundância de bens neste mundo. […]”

“A doutrina que o comunismo esconde sob aparências por vezes tão sedutoras tem como fundamento os princípios de Marx, o materialismo dialético e histórico já defendido por Marx; os teóricos do bolchevismo afirmam possuir uma interpretação única da vida: existe apenas uma realidade, a matéria, que evolui segundo as leis da natureza pela força de elementos cegos; planta, animal, o próprio homem não são senão formas de matéria que evoluem dessa maneira. Negam a existência do espírito, da alma, e, portanto, de todo valor moral, reduzindo tudo a um mero fenômeno da matéria que evolui em um fluxo perpétuo de forças, em direção à síntese final: uma sociedade sem classes. […]”

Esse comunismo é intrinsecamente perverso.

★

“*O fascismo ainda acredita na santidade e no heroísmo, isto é, em ações nas quais nenhum motivo econômico, próximo ou distante, desempenha qualquer papel.*”

Porque o fascismo acredita na realidade do espírito, acredita no heroísmo e na santidade — isto é, em uma vida que ultrapassa a vida material, vegetativa e animal, e devotada ao serviço de um ideal superior — seja esse ideal natural ou sobrenatural, político ou religioso.

Um ideal superior que, para o fascista, é um ideal de força e devoção, um ideal de virtude: ***“O ideal da dignidade está ligado à virtude”*** (São Tomás, *Suma Teológica*, II-II, 168, 1).

★

“O fascismo rejeita a ideia de felicidade ‘econômica’, que seria realizada socialmente e quase automaticamente em um dado momento da evolução da economia, assegurando a todos o máximo de bem-estar.”

Como o fascismo é espiritualista, ele não acredita na felicidade nesta vida terrena, mas apenas na felicidade da alma após a morte. E é por isso que rejeita todas as utopias que procuram estabelecer uma espécie de “paraíso terrestre.”

“Ele [o fascismo], portanto, nega a equação bem-estar = felicidade, que transformaria os homens em animais.”

Como o fascismo é espiritualista, porque considera o homem superior aos animais, não acredita que a felicidade humana possa consistir no prazer da carne ou no conforto material. **“A perfeita bem-aventurança do homem não pode depender do corpo”** (*Suma Teológica*, I-II, 4, 5).

4. Contra as Ideologias Democráticas

Após o socialismo, **o fascismo mina todo o conjunto das ideologias democráticas e as rejeita, tanto em seus pressupostos teóricos quanto em suas aplicações práticas.** O fascismo nega que a multidão, pelo simples fato de ser multidão, possa dirigir a sociedade humana; nega que essa multidão possa governar por meio de uma consulta periódica; **afirma a desigualdade irremediável, fecunda e benéfica dos homens**, que não podem tornar-se iguais por um fato mecânico e extrínseco como o sufrágio universal.

Pode-se assim definir os regimes democráticos: aqueles em que, de tempos em tempos, o povo recebe a ilusão da soberania, enquanto a verdadeira e efetiva soberania reside em outras forças, às vezes irresponsáveis e secretas. **A democracia é um regime sem rei, mas com muitos reis, às vezes mais exclusivo, mais tirânico e mais ruinoso do que um único rei que seria um tirano.**

Isso explica porque o fascismo, que até 1922 — por razões contingentes — havia mostrado tendências republicanas, as renunciou antes da Marcha sobre Roma, convencido de que a questão das formas políticas de um Estado não é, hoje, essencial, e de que o estudo das monarquias passadas e presentes, das repúblicas passadas e presentes, demonstra que **monarquia e república não devem ser julgadas sub specie aeternitatis, mas representam formas nas quais se manifesta a evolução política, a história, a tradição e a psicologia de um determinado país.**

Agora, **o fascismo se eleva acima da antítese monarquia–república, na qual a democracia permaneceu, acusando a primeira de toda insuficiência e apresentando a segunda como um regime de perfeição,** *viu-se repúblicas profundamente reacionárias e absolutistas, e monarquias admitindo as mais ousadas experiências políticas e sociais.*

“O fascismo mina todo o conjunto das ideologias democráticas e as rejeita, tanto em suas premissas teóricas quanto em suas aplicações práticas.”

O fascismo se opõe a todo o conjunto das ideologias democráticas modernas, pois todas se fundamentam na mesma doutrina, a saber, o individualismo teórico, ou a teoria do Contrato Social — segundo a qual os indivíduos não são naturalmente políticos, mas se reuniram em sociedade apenas por interesse individual.

O fascismo, ao contrário, afirma que o homem é **“por natureza um animal político”** (Aristóteles, Política, I, 2).

E nisso, está em plena conformidade com o ensinamento de São Tomás, que — contra o agostinianismo, segundo o qual a sociedade política seria uma consequência

do pecado original, essencialmente punitiva em sua vocação — afirma com firmeza a natureza política do homem:

“Para os outros animais [além do homem], a natureza preparou alimento, cobertura de pelos, meios de defesa como chifres, dentes, garras ou rapidez na fuga; o homem, ao contrário, foi criado sem que nada disso lhe fosse dado pela natureza; em compensação, ele foi provido de razão, o que lhe permite alcançar todas essas coisas com a ajuda de suas mãos. Mas, já que o que um só homem pode preparar não basta para todos, e ele não pode prover inteiramente à sua própria existência, **segue-se que é natural para o homem viver em sociedade.**

Além disso, entre os outros animais foi implantada uma faculdade natural para discernir o que lhes é útil ou nocivo; a ovelha percebe naturalmente no lobo um inimigo; do mesmo modo, por uma faculdade natural, alguns animais conhecem plantas medicinais e todos os seus meios de subsistência. O homem, no entanto, tem por natureza apenas um conhecimento muito geral de seus meios de existência; pela razão, ele pode alcançar o conhecimento das coisas particulares necessárias à vida humana através do raciocínio a partir dos princípios da natureza. Mas como um único indivíduo não pode alcançar isso em sua totalidade, **é necessário que os homens vivam juntos** para se ajudarem mutuamente e se especializarem em estudos diversos de acordo com a diversidade de seus talentos: um em medicina, outro nisso, outro ainda naquilo.”

“Uma vez que convém ao homem viver em sociedade, dado que, sozinho, ele não bastaria para sua existência, uma sociedade será tanto mais perfeita quanto mais ela bastar a si mesma nas necessidades da vida. Uma família sozinha, confinada a um único domínio, de fato fornece alguma suficiência para as necessidades vitais, ou seja, aquelas relacionadas a atos naturais de nutrição, geração e funções semelhantes; uma única cidade bastará para si em um único ofício; **mas somente a Cidade, que é a comunidade perfeita, bastará para si em todas as necessidades da vida**, e ainda mais a província [ou união de várias Cidades], porque poderia também fornecer para a necessidade de assistência mútua na resistência contra inimigos” (De Regno, I, 1).

Assim, o fascismo considera como uma certa verdade que “o homem é por natureza um animal político”, e, portanto, que é natural para ele pertencer a uma família, a corpos intermediários e a uma Cidade ou a um Estado.

“Devemos começar com o homem e seguir por suas unidades orgânicas, e assim elevaremos o homem à família, da família à cidade e ao sindicato, e terminaremos no Estado, que será a harmonia do todo” (José António Primo de Rivera, Textos de doctrina política).

O fascismo, portanto, rejeita a teoria do Contrato Social. E com ela, a ideologia democrática que logicamente dela deriva, bem como com todas as suas consequências práticas, como o sistema eleitoral e o referendo.

★

"O fascismo nega que a multidão, pelo simples fato de ser a multidão, possa dirigir a sociedade humana."

De fato, como o governo de uma comunidade tem como fim a garantia da unidade da ação comum, e como ninguém pode dar o que não tem, conclui-se que a multidão não pode governar.

E São Tomás não diz nada além disto:
"**Se é necessário que o homem viva em sociedade, segue-se que também é necessário que entre os homens haja algum princípio de direção da multidão. Pois, sendo os homens numerosos, e cada um provendo ao seu próprio interesse particular, sua sociedade desmoronaria se não houvesse algum princípio que provesse ao bem desta multidão; assim como o corpo do homem ou de qualquer animal se desintegraria se não houvesse neste corpo alguma força diretiva comum a todos, tendendo ao bem comum de todos os membros. […] Toda multidão deve, portanto, ter um princípio diretivo.**" (De Regno, I, 1).

Assim, o fascismo rejeita a ideologia democrática que faria a multidão, como tal, governar os assuntos públicos.

★

"O fascismo afirma a irremediável, fértil e benéfica desigualdade dos homens."

Em oposição a todas as concepções democráticas e igualitárias, o fascismo deseja ser fundamentalmente anti-igualitário. Ele sustenta que a desigualdade entre os homens é natural, por necessidade, e, além disso, útil e boa.

Alguns católicos talvez possam ficar escandalizados ao ouvir tais coisas. Ou então, admitindo a desigualdade real dos homens, eles afirmarão — com São Gregório ("onde não cometemos uma falta, somos todos iguais") — que a desigualdade é uma consequência do pecado original.

Mas a opinião de São Tomás é bem diferente, para quem a desigualdade é um fato da natureza:

"Portanto, é necessário que tenha havido no estado primitivo [isto é, no estado antes do pecado original] uma certa desigualdade, primeiro quanto ao sexo, pois sem a diferença de sexo não teria havido geração; igualmente quanto à idade; igualmente

neste estado, alguns homens foram gerados por outros, e aqueles que se uniram carnalmente não eram estéreis.

“**Mas mesmo com relação à alma teriam existido diferenças, quanto ao conhecimento, e até mesmo quanto à justiça; de fato, o homem não age por necessidade, mas por virtude de seu livre-arbítrio; agora, por virtude disso, o homem tem o poder de aplicar sua mente mais ou menos para fazer, para querer, ou para saber algo. Assim, alguns teriam feito mais progressos do que outros no conhecimento e na justiça.**

“Quanto ao corpo, também teriam havido desigualdades. Pois o corpo não estava inteiramente livre das leis da natureza e da corruptibilidade; os homens não teriam deixado de receber mais ou menos vantagens e desvantagens de fatores externos, já que sua vida também dependia do uso da alimentação. E pode-se dizer que, de acordo com as diferentes disposições do ar, ou das estrelas, alguns teriam sido gerados mais vigorosos de corpo que outros, mais altos, mais belos, com uma compleição melhor.” (Summa Theologica, I, 96, 3).

Assim, está na *intentio naturae* que haja desigualdade de inteligência, de virtude e de força entre os homens.

Ora, na medida em que a desigualdade é um fato da natureza, deve-se acrescentar que a dominação do homem sobre o homem é também natural — contra Santo Agostinho (“Deus quis o homem, um ser racional, feito à Sua imagem, não para dominar o homem, mas apenas a besta”) — e que essa dominação é, portanto, algo totalmente justo.

Eis como Aristóteles justifica a dominação do homem sobre o homem em sua *Política*:

“**A autoridade e a obediência não são apenas coisas necessárias; elas são também coisas boas. Alguns seres, no próprio momento de seu nascimento, são destinados, alguns a obedecer, outros a comandar, muito antes de haver tantas nuances e variedades para uns como para outros.**” (I, 2. De l’esclavage).

E eis como São Tomás, seguindo Aristóteles, justificou sua visão:

“**A dominação do homem sobre o homem teria existido no estado de inocência por duas razões. Primeiro, porque o homem é por natureza um animal político, tanto que, mesmo no estado de inocência, os homens teriam tido uma vida política. Mas a vida política de uma multidão não poderia existir sem um líder que buscasse o bem comum; pois várias pessoas necessariamente buscam vários fins, mas apenas uma busca um fim único. É isso que faz Aristóteles dizer: ‘Toda**

vez que vários elementos são ordenados para um único fim, sempre se encontra alguém que toma a liderança e dirige.'

A segunda razão é que, se um homem tivesse sido superior a outro em conhecimento e em justiça, ele teria de empregar essa superioridade a serviço dos outros. Nesse sentido, está escrito: 'Cada um de vós, conforme a graça recebida, colocai-vos a serviço uns dos outros' (1 Pedro 4:10)."
(Summa Theologica, I, 96, 4).

Assim, os mais fortes, os mais inteligentes e os mais virtuosos são, por natureza, chamados a governar sobre os outros, para o bem deles próprios.

"É falso que todos os homens tenham os mesmos direitos na sociedade civil e que não exista hierarquia legítima."
(Pio XI, Divini Redemptoris).

E o fascismo não diz nada além disso.

★

"*A democracia é um regime sem rei, mas com muitos reis, às vezes mais exclusivo, mais tirânico e mais ruinoso do que um único rei que seria um tirano.*"

Um tirano é aquele que, sendo—total ou parcialmente—soberano, não busca o bem comum político, mas apenas o seu próprio bem particular. Ora, a democracia é o regime em que todos os indivíduos têm uma parcela de soberania, cada qual buscando seu próprio interesse privado. Uma sociedade democrática—no sentido aristotélico do termo—é, portanto, por natureza, uma sociedade de tiranos.

É isso que São Tomás quer dizer quando afirma que "**num regime democrático […] o povo é como um único tirano**"
(De Regno, I, 1). É também nesse sentido que Étienne Gilson define a democracia como "**a tirania da multidão**"
(Thomas Aquinas: Textos sobre Moralidade), e Claude Polin como "**a tirania de todos sobre todos**"
(Totalitarianism).

Uma democracia entendida desse modo é, portanto, um regime em que cada indivíduo é um tirano soberano, cuidando apenas do seu interesse privado, ao passo que os verdadeiros reis são chamados a governar para o bem da sociedade como um todo.

★

"*monarquia e república não devem ser julgadas sub specie aeternitatis, mas representam formas nas quais se manifestam a evolução política, a história, a tradição e a psicologia de um determinado país.*"

Ao mesmo tempo contra os "republicanos", que fazem da república—ou do governo dos cidadãos—o único regime aceitável, e contra os "monarquistas", que fazem da monarquia—isto é, o governo de um só—o único regime bom, o fascismo considera que monarquia e república são regimes neutros, que só podem ser julgados de acordo com circunstâncias concretas: para uma determinada Cidade uma república pode ser mais adequada, para outra uma monarquia; em uma época o governo dos cidadãos pode ser possível, em outra época o governo de um só pode ser necessário. O fascismo não é uma ideologia, mas um profundo pragmatismo.

Para o fascista, um regime é bom na medida em que busca o bem comum, seja esse regime uma monarquia ou uma república.

Ora, Aristóteles não disse nada diferente:

"Quando o governo de um só tem como objetivo o bem comum, ele é chamado de monarquia, ou comumente realeza. […] E quando um grande número governa no sentido do bem comum, o governo recebe como denominação específica o nome genérico de todos os governos, e é chamado de república."
(Política, III, 5).

E São Tomás retoma a mesma distinção em De Regno (I, 1).

Aqui novamente, vê-se o acordo entre o tomismo e o fascismo, que ambos fazem do bem comum o único absoluto na política.

★

"*o fascismo se eleva acima da antítese monarquia–república, sobre a qual a democracia tem insistido, acusando a primeira de toda insuficiência e apresentando a segunda como um regime de perfeição*"

O fascismo se eleva acima da antítese monarquia–república precisamente porque não concebe esses dois regimes como contraditórios, como se um fosse bom e o outro mau. Ao contrário, ele entende que ambos os regimes podem ser bons, contanto que busquem o bem comum.

Assim, ele se opõe à ideologia democrática, que faz da república—ou do governo dos cidadãos—o único regime aceitável, e da monarquia um regime essencialmente mau.

Pelo contrário, o fascismo pretende ser, nesse sentido, uma "síntese" de monarquia e república—como se verá mais adiante (II, 5)—na medida em que busca integrar tanto as vantagens da monarquia (autoridade, estabilidade institucional) quanto as da

república (unidade orgânica, espírito de iniciativa), a fim de assegurar melhor a unidade da Cidade, que é seu bem comum.

E—como também será visto—essa síntese de monarquia e república, que o fascismo quer encarnar, de fato corresponde à “melhor forma de governo” segundo São Tomás (Summa Theologica, I–II, 105, 1).

5. As Mentiras da Democracia

“A razão, a ciência”, disse Renan (que teve alguns insights pré-fascistas) em um de seus Diálogos Filosóficos, “**são produtos da humanidade; mas querer a razão diretamente para o povo e pelo povo é quimérico.** Não é necessário, para a plena existência da razão, que todo o mundo a perceba. Em qualquer caso, tal iniciação, se viesse a ocorrer, não poderia vir através da baixa democracia, que parece antes destinada a trazer a extinção de toda cultura difícil e de toda disciplina superior... **O princípio de que a sociedade existe apenas para o bem-estar e a liberdade dos indivíduos que a compõem não parece estar em conformidade com os planos da natureza, planos nos quais apenas a espécie é levada em consideração e o indivíduo parece sacrificado.** Pode-se temer fortemente que a palavra final da democracia, assim entendida (apresso-me a dizer que ela pode ser entendida de outra forma), não seja outra coisa senão um estado social no qual uma massa degenerada não teria outra preocupação senão se entregar aos prazeres ignóbeis do homem vulgar.”

“Assim fala Renan. O fascismo rejeita, na democracia, a absurda mentira convencional da igualdade política, o espírito de irresponsabilidade coletiva e o mito da felicidade e do progresso infinitos.

Mas, se a democracia fosse entendida de forma diferente—isto é, **se a democracia significasse não excluir o povo do Estado—então o fascismo poderia ser definido, como o autor deste livro o fez, como “democracia organizada, centralizada, autoritária.”**

Assim, o fascismo se opõe à democracia.

Lembremos que tanto Aristóteles quanto São Tomás de Aquino classificam a democracia entre os regimes degenerados.

Citemos Aristóteles quando ele expõe as diferentes formas de governo:

“Quando o governo de um só tem como objetivo o Bem Comum, chamamos isso de monarquia, ou comumente realeza. Sob a mesma condição, o governo de poucos, desde que não se reduza a um único indivíduo, é chamado de aristocracia […]. Finalmente, quando um grande número governa no sentido do Bem Comum, o governo recebe a denominação especial de politeia entre todos os governos, e é chamado politeia (politeia em grego). […] **As perversões desses governos são: tirania para a monarquia; oligarquia para a aristocracia; e, para a politeia, democracia.** A tirania é o governo para o bem do governante; a oligarquia para o interesse dos ricos; **a democracia tem como objetivo o interesse dos membros do**

povo. Nenhum desses governos tem em vista o Bem Comum da Cidade.”
(Política, III, 5)

São Tomás não diz nada diferente:

“**Se um governo injusto é exercido por muitos, chama-se democracia, isto é, o poder do povo**, quando de fato o povo oprime os ricos pela força da multidão. Assim, se todo o povo fosse tão tirânico quanto um único homem, **todo o povo seria como um único tirano.**”
(De Regno, I, 1)

Alguns dirão que isso é apenas um jogo de palavras, que Aristóteles e São Tomás não entendiam por “democracia” o mesmo que nós, modernos, entendemos.

Mas os nomes não são o que importa: se “democracia” significava a dominação ou o poder do povo, e se esses dois autores a condenaram, foi simplesmente porque o poder exercido pela multidão informe do povo lhes era inaceitável.

De fato, na democracia, os membros do povo buscam apenas seus interesses privados, sem consideração pelo Bem Comum da Cidade. Ora, uma coisa é buscar o bem particular de cada um, outra é buscar o Bem Comum; pois o todo não é redutível à soma de suas partes.

O Bem Comum não é redutível à soma dos bens particulares.

Quanto à forma de governo em que um grande número governa, São Tomás, seguindo Aristóteles, chama-a de “politeia”:

“**Se o governo é exercido por um grande número de cidadãos, ele recebe o nome comum de politeia (politia em latim); é o caso quando o exército exerce o poder na Cidade ou na província.**”
(De Regno, I, 1)

Em tal regime, explica São Tomás (Política, III, 16), os cidadãos não governam de maneira anônima e igualitária, mas hierarquicamente e corporativamente (cada cidadão é membro da Cidade por meio das comunidades às quais pertence).

Devemos notar, de passagem, que o exemplo de politeia dado por São Tomás não é outro senão um governo militar…; isso está muito distante da democracia igualitária tal como é entendida hoje. E se o santo Doutor considera o poder de um grande número como o do exército, é pela seguinte razão:

“**É muito difícil que aqueles que alcançam a perfeição na virtude sejam numerosos; exceto no que diz respeito à virtude dos soldados (a virtude da força), onde é possível que um grande número possa sobressair.**”
(ibidem, III, 16, 393)

Assim, o que Mussolini chama de “democracia organizada, centralizada e autoritária” não é outra coisa senão a politeia tomista.

★

“*querer a razão diretamente para o povo e pelo povo é quimérico.*” afirma Mussolini seguindo Renan.

A doutrina da soberania popular, segundo a qual todos os membros do povo possuiriam a sabedoria e a virtude necessárias para o exercício do poder, é de fato nada além de ficção.

“**É fácil encontrar na Cidade uma pessoa ou algumas poucas que superem os outros em virtude; mas é extremamente difícil encontrar muitos que atinjam a perfeição da virtude.**”
(Política, III, 16, 393).

E é rigorosamente impossível que todos os membros do povo possuam as virtudes necessárias para o exercício do poder e a busca do Bem Comum — a saber, prudência e justiça; a democracia, em princípio, confia o poder aos irresponsáveis.

Observemos de passagem que a doutrina da soberania popular, segundo a qual a autoridade residiria primariamente no povo, foi formalmente condenada pela Santa Igreja por sua oposição à doutrina católica: citemos São Pio X, em sua carta *Le Sillon*:

“Na política, o Sillon não abole a autoridade; ele a estima, ao contrário, necessária; mas deseja compartilhá-la ou, para colocar melhor, multiplicá-la de tal forma que cada cidadão venha a se tornar uma espécie de rei. A autoridade, é verdade, emanaria de Deus, mas ela residisse primariamente no povo, e se desligasse dele por meio de eleição ou, melhor ainda, seleção, sem que todo o povo a abandonasse e se tornasse independente dela; seria exterior a eles apenas em aparência; na realidade, seria interior, porque seria uma autoridade consentida. […] Assim, o Sillon coloca primariamente a autoridade política no povo, da qual ela deriva então para os governantes, de tal modo, porém, que continua a residir neles.

Agora, **Leão XIII condenou formalmente essa doutrina** em sua Encíclica *Diuturnum illud* sobre a Autoridade Política, onde diz: ‘Os homens modernos em grande número […] declaram que toda autoridade vem do povo; que, em consequência, aqueles que exercem poder na sociedade não exercem sua própria autoridade, mas uma delegada a eles pelo povo; donde se segue que a sociedade é livre de sua própria autoridade como lhe aprouver; e que a autoridade nada mais é do que a vontade do povo, de modo que o povo pode revogar o que deu ao seu bel-

prazer. Ao contrário, a opinião dos católicos é que o direito de governar vem de Deus, como de seu princípio natural e necessário.'

Sem dúvida, o Sillon faz essa autoridade descer de Deus, mas a coloca primeiro no povo, de tal modo que, para usar sua própria expressão: 'ela se eleva de baixo para subir, ao passo que, na organização da Igreja, o poder desce de cima para chegar abaixo'
(Marc Sangnier, Discurso de Rouen, 1907, citado por Pio X).

'Mas além do fato de que é anormal essa delegação ascender, uma vez que é de sua natureza descer, Leão XIII já havia refutado essa tentativa de reconciliar a doutrina católica com o erro do democratismo. Ele continua: 'É importante notar aqui: **aqueles que presidem o governo da coisa pública podem, em certos casos, ser eleitos pela vontade e pelo julgamento de um grande número, sem repugnância e Sem oposição à doutrina católica. Mas se essa escolha designa o governante, ela não lhe dá o poder de governar […], mas designa a pessoa em quem esse poder será investido.'"**

★

"O princípio de que a sociedade existe apenas para o bem-estar e a liberdade dos indivíduos que a compõem não parece estar em conformidade com os planos da natureza, planos nos quais apenas a espécie é levada em consideração e o indivíduo parece sacrificado."
— relembra Mussolini, citando Renan.

Essa afirmação está inteiramente em conformidade com o princípio de totalidade, tão caro a São Tomás.

"**Todas as partes são ordenadas à perfeição do todo: o todo não existe para as partes, mas as partes para o todo**" (*Summa contra Gentiles*, III, 112).

Com efeito, a mão existe para o corpo e não o contrário; assim, ela naturalmente o protege se for atacado. Do mesmo modo, a abelha está a serviço da colmeia, a ponto de estar pronta a morrer por ela. E se a parte naturalmente se sacrifica pelo todo, isso é prova de que foi feita para ele.

Agora, o indivíduo está para a sociedade política assim como a parte está para o todo, pois ele é, por natureza, seu membro. Portanto,

"**o homem inteiro é ordenado, quanto ao seu fim, a toda a comunidade da qual ele é parte**"
(*São Tomás, Summa Theologica*, II-II, 65);
a Cidade não existe para os cidadãos, mas os cidadãos para a Cidade.

Além disso,“**o bem da parte é para o bem do todo**” (*ibid.*, I-II, 109, 3), uma vez que a parte existe para o todo. Daí decorre que todos os bens particulares dos indivíduos são ordenados ao Bem Comum da Totalidade.

O Bem Comum é de fato melhor do que os bens particulares. E ele “é melhor, não na medida em que compreenderia o bem singular de todos os singulares — ele então não teria a unidade do Bem Comum na medida em que isso é de alguma forma universal; seria uma mera coleção, não seria materialmente melhor. **“O Bem Comum é melhor para cada um dos particulares que nele participam, na medida em que é comunicável a outros particulares: sua comunicabilidade é da própria essência de sua perfeição”** (Charles De Koninck, *On the Primacy of the Common Good against the Personalists*, I).

Assim, a Cidade é feita para perseguir o Bem Comum, e não para garantir o bem-estar — isto é, a felicidade material — da liberdade dos indivíduos. Daí que ela tem o direito de exigir sacrifícios se necessário, já que o Bem Comum o requer, visto que os bens particulares estão ordenados ao Bem Comum.

★

“*se democracia significasse não excluir o povo do Estado — então o fascismo poderia ser definido, como o autor deste livro fez, como ‘democracia organizada, centralizada, autoritária.’*”

O fascismo, que é inteiramente oposto à democracia igualitária, não pode contudo aceitar uma monarquia absoluta onde os cidadãos seriam inteiramente excluídos da participação nos assuntos públicos.

Aqui novamente, ele se une ao ensinamento de São Tomás: “Devem-se observar dois pontos na boa organização de uma Cidade ou de uma nação. Primeiro, **é necessário que todo o povo participe mais ou menos do governo**, pois, como a segunda parte da *Política* diz, isso é uma garantia da paz civil, e todos estimam e apoiam tal estado de públicos. O outro ponto diz respeito à forma de governo e à organização dos poderes: sabe-se que existem vários, distintos segundo Aristóteles, mas o mais notável é a **monarquia, ou o governo de um só sobre todos**, e depois desta a aristocracia, isto é, o governo dos melhores, ou a dominação de alguns escolhidos pela virtude. **Onde quer que outra forma de governo seja encontrada** para uma Cidade ou um reino, **com uma cabeça colocada acima de todos, em razão de sua virtude, tendo autoridade sobre todos**; então um certo número de chefes subordinados, qualificados por sua virtude; **e, no entanto, a multidão não é excluída do poder assim definido, já que todos têm a possibilidade de ser eleitos**” (Summa Theologica, I-II, 105, 1).

Assim, o melhor regime político é aquele que pode reconciliar a autoridade do Chefe e a organicidade do Todo.

Ele deve repousar sobre a autoridade de um Chefe, pois o bem comum consiste na unidade da Cidade (*De Regno*, I, 2), e apenas uma única autoridade pode perseguir o bem comum na unidade da Cidade.

Ao mesmo tempo, é um regime que deve assegurar a organicidade do Todo, significando o fato de que todos os cidadãos participem, de uma forma ou de outra, dos assuntos públicos, de modo que ninguém mantenha sua vida separado do Todo, e de modo que ninguém pereça sem que o Todo pereça com ele, e nenhuma parte desapareça sem que o Todo seja diminuído.

Assim, **o regime aparece como uma feliz mistura de monarquia, pela preeminência de um; de aristocracia, pela participação de chefes subordinados qualificados pela virtude; e finalmente de república, ou de um regime popular, pelo fato de que cidadãos comuns podem ser escolhidos como chefes** (ibid.).

Deve-se notar aqui que, quando São Tomás fala de monarquia e aristocracia, ele não está de modo algum falando necessariamente de regimes hereditários: por monarquia, ele simplesmente entende o governo por um só homem, seja rei ou imperador, Primeiro-Ministro ou ditador, Duce ou Guia; e por aristocracia, ele entende o poder dos mais virtuosos, que, longe do feudalismo, não deixa de ser submissão ao Chefe único.

Quanto à república da qual ele fala, não tem nada em comum com a república concebida pelos filósofos do Iluminismo; é simplesmente o regime no qual todos os cidadãos participam, de uma forma ou de outra, nos assuntos públicos.

Assim, o regime defendido por São Tomás é, em resumo, uma “mono-arquia” orgânica, ou, considerado em outro sentido, uma “res-publica” autoritária.

Ora, é precisamente isso que Mussolini defende, que considera o regime fascista como uma “democracia organizada, centralizada, autoritária,” ao mesmo tempo que exclui qualquer forma de igualitarismo, e fazendo do Chefe — o “Duce” — o único verdadeiro soberano, isto é, o único detentor da autoridade, de toda a comunidade política.

E se o fascismo aspira a essa “síntese” de autoritarismo e organicismo, é porque deseja nada mais do que o Bem Comum da Cidade, que requer esses dois elementos já que consiste na unidade do Todo.

“O fascismo não é uma tática — violência —; é uma ideia: unidade” (José Antonio Primo de Rivera, *Textos de doctrina política*).

6. Contra as Doutrinas Liberais

Com relação às doutrinas liberais, o fascismo está em estado de absoluta oposição, tanto no domínio político quanto no domínio econômico. Não se deve exagerar — por simples razões de polêmica atual — a importância do liberalismo no último século, e, quando não passava de uma entre muitas doutrinas que surgiram naquele século, transformá-lo numa religião da humanidade para todos os tempos presentes e futuros. O liberalismo teve apenas alguns momentos de favor. Ele nasceu em 1830, como reação contra a Santa Aliança, que queria trazer a Europa de volta aos princípios de 1789, e experimentou um momento de esplendor em 1848, quando até mesmo Pio IX se declarou liberal. Logo em seguida, contudo, começou seu declínio. Se 1848 foi um ano de luz e esperança, 1849 foi um ano de trevas e tragédia. A partir de então, o liberalismo só conseguiu dar à luz a uma única república, a República Francesa. Nesse mesmo ano, Marx lançou o evangelho da religião socialista em seu famoso Manifesto Comunista.

Em 1851, Napoleão III encenou seu golpe de Estado antiliberal e reinou sobre a França até 1870. Foi derrubado por um movimento popular, após uma das mais vergonhosas derrotas militares da história. O vencedor foi Bismarck, que sempre se ateve à religião da liberdade e a seus profetas. É sintomático que um povo de alta civilização, como o povo alemão, tenha ignorado completamente, ao longo de todo o século XIX, a religião da liberdade.

Houve apenas um parêntese, representado pelo que foi chamado de "ridículo parlamento de Frankfurt," que durou apenas um ano. A Alemanha alcançou sua unidade nacional além do liberalismo, contra o liberalismo, uma doutrina que parece estranha ao espírito alemão, até mesmo contrária a ele. E se os liberais afirmaram que o liberalismo é a antecipação histórica ou o equivalente lógico da anarquia, as etapas da unidade alemã são os três anos de 1864, 1866 e 1870, realizados por "liberais" como Moltke e Bismarck.

Quanto à unidade italiana, o liberalismo desempenhou apenas um papel secundário em comparação com a contribuição de Mazzini e Garibaldi, que não eram liberais. Sem a intervenção do antiliberal Napoleão, não teríamos tido a Lombardia; e sem a ajuda do antiliberal Bismarck em Sadowa e Sedan, é muito provável que não tivéssemos tido Veneza em 1866, e em 1870 não teríamos entrado em Roma.

Durante o período de 1870–1915, o próprio liberalismo afundou em decadência, seu próprio credo desmoronando. Na literatura, foi derrotado; na prática, pelo ativismo.

Ativismo: isto é nacionalismo, futurismo, fascismo. O chamado “século liberal” (isto é, o século XIX), depois de ter acumulado uma infinidade de nós teóricos, encontrou-se derrotado pelo hecatombe da Guerra Mundial. Mas que estranha religião é essa que se sacrifica na batalha? Estariam os deuses do liberalismo sedentos de sangue? Agora, depois de vinte anos desse sacrifício, o liberalismo foi expulso do mundo. Liberalismo significa, na política, individualismo; na economia, significa agnosticismo em relação ao Estado; isto é, indiferença em relação ao próprio Estado, reduzido às funções de um guarda-noturno, encarregado apenas da tarefa de registrar nascimentos e mortes. É por isso que o liberalismo é uma palavra destituída de sentido em todas as línguas políticas modernas. O mundo está virando as costas às doutrinas do século XIX, ao liberalismo, que já não é sequer defendido por seus professores, como se o liberalismo fosse o supremo e incomparável verbo da civilização.

Faremos aqui apenas um comentário — visto que a maior parte deste texto é mais histórica do que filosófica — a saber: não se pode realmente encontrar nada mais oposto ao liberalismo, e à democracia que logicamente anda de mãos dadas com ele, do que o fascismo.

“O fascismo, em sua realização concreta, não é outra coisa senão a reação econômico-política contra a liberalismo democrático; uma reação que pode ser saudável, e até mesmo católica, dependendo do ambiente em que se desenvolve.” (abbé Julio Meinvielle, *Conception catholique de la politique*).

Uma reação saudável, isto é, aquela que está em conformidade com as exigências da ordem natural, dos princípios da filosofia tomista — ou realista — e da moralidade. Católica, isto é, em conformidade com as exigências da ordem sobrenatural, da Caridade.

7. O Fascismo Não Retrocede

As negações fascistas do socialismo, da democracia e do liberalismo não devem, contudo, levar a crer que o fascismo pretende trazer o mundo de volta ao que era antes de 1789, data considerada como a inauguração do século liberal-democrático. Não se retrocede. *A doutrina fascista não escolheu de Maistre como profeta. O absolutismo monárquico pertence ao passado, assim como o eclesiolátrico, os privilégios feudais ou os sistemas de castas fechados por barreiras seladas.* A ideia fascista de autoridade nada tem a ver com o Estado policial.

Um partido que governa uma nação "totalitariamente" é algo novo na história. Paralelos e comparações são impossíveis. A partir das ruínas das doutrinas liberais, socialistas e democráticas, o fascismo extrai os elementos que ainda conservam valor vital. *Ele preserva o que se poderia chamar de fatos adquiridos da história; mas rejeita todo o resto, isto é, a ideia de uma doutrina válida para todos os tempos e para todos os povos.* Ao admitir que o século XIX foi o século do socialismo, do liberalismo, da democracia, não se segue daí que o século XX deva igualmente ser o século do socialismo, do liberalismo e da democracia. As doutrinas políticas passam, os povos permanecem.

Pode-se pensar que o século atual é o século da autoridade, da "direita," um século fascista; e que, se o século XIX foi o século do indivíduo (o liberalismo significando individualismo), pode-se pensar que o século XX seja o século do "coletivo," e portanto, o século do Estado. É perfeitamente lógico que uma nova doutrina possa utilizar os elementos ainda vitais de outras doutrinas.

Nenhuma doutrina pode reivindicar uma originalidade "absoluta". Ela está ligada, ao menos historicamente, às doutrinas passadas, às doutrinas futuras.

Assim, o socialismo está ligado ao socialismo utópico de Fourier, Owen, Saint-Simon; assim, o liberalismo do século XIX está ligado ao movimento dos "iluminados" do século XVIII, e as doutrinas democráticas estão ligadas à *Encyclopédie.*

A doutrina tende a direcionar a atividade humana para um fim determinado; mas a atividade humana reage à doutrina, transforma-a, adapta-a a novas necessidades ou desastres. A própria doutrina não deve, portanto, ser uma verdade rígida, mas uma obra em progresso. *Daí provém o caráter pragmático do fascismo, sua vontade de viver, sua vontade de existir, sua posição em relação à "violência" e ao seu valor.*

"As negações fascistas do socialismo, da democracia e do liberalismo não devem, contudo, levar a crer que o fascismo pretende trazer o mundo de volta ao que era

antes de 1789 [...] A doutrina fascista não escolheu de Maistre como profeta. O absolutismo monárquico pertence ao passado, assim como o eclesiolátrico, os privilégios feudais ou os sistemas de castas fechados por barreiras seladas."

Isso certamente não agradará aos legitimistas e outros nostálgicos do Antigo Regime.

Mas sejamos claros: o fascismo de modo algum aprova a Revolução que destruiu a ordem natural; pelo contrário, ele a condena firmemente, e rejeita junto com ela as ideias do Iluminismo que são seus princípios, assim como a democracia, o liberalismo e o socialismo que são suas consequências. Mussolini é extremamente claro nesse ponto.

Entretanto, o fascismo não pretende retornar ao Antigo Regime, porque entende que as causas primárias da queda deste último são suas próprias limitações, a saber, sobretudo, sua ausência de um espírito nacional e sua falta de organicidade.

★

A doutrina fascista não escolheu de Maistre como "profeta", porque este não compreendeu que a ideia nacional, mesmo que tivesse sido promovida acidentalmente pela Revolução, é essencialmente boa, isto é, conforme a ordem natural. Como lembrete, a própria Igreja Católica reconheceu o valor da ideia de nação: *"raça, nação, Estado, a forma do Estado, os depositários do poder"*, recorda Pio XI em *Mit brennender Sorge* — "*valores fundamentais da comunidade humana"* e "*coisas que ocupam no âmbito terreno um lugar necessário e honroso."*

O fascismo também rejeita o "absolutismo monárquico […], assim como o eclesiolátrico, os privilégios feudais, ou as castas fechadas por barreiras impenetráveis", porque entende que estas são as principais razões para a falta de organicidade do Antigo Regime; organicidade que, lembremos, é vista por São Tomás (seguindo Aristóteles) como algo bom e até necessário para a sobrevivência da Cidade: *"é necessário que todos participem mais ou menos do governo, pois nisto reside, de acordo com o segundo livro da Política, uma garantia de paz civil"* (*Summa Theologica*, I–II, 105, 1).

Daí a rejeição da monarquia absoluta, que exclui qualquer participação real dos cidadãos nos assuntos públicos; e, além disso, da monarquia hereditária por direito divino, que torna a pertença a uma família — supostamente escolhida por Deus — o critério de legitimidade, ao passo que esta última se funda apenas na busca efetiva do Bem Comum: *"Qual é o critério último e definitivo para reconhecer a legitimidade? É a comunidade que, em sua adesão habitual, dá eficácia jurídica ao regime de governo […]. Essa adesão habitual testemunha que o Bem Comum é alcançado nesta sociedade" (Abbé Julio Meinvielle, Conception catholique de la politique).*

Daí também a rejeição da aristocracia hereditária, que é contrária à verdadeira natureza da aristocracia, fundada não no sangue, mas na virtude: *"a aristocracia é […] o poder dos mais virtuosos"* (São Tomás, *De Regno,* I, 1).

Daí, por fim, a rejeição do sistema de castas, isto é, das classes fechadas, que impedem os cidadãos pertencentes a uma classe inferior, mas que demonstrem virtude, de alcançar o poder (ou cidadãos pertencentes a uma classe superior, mas que demonstrem vício, de serem depostos de seu posto); enquanto a justiça distributiva exige que *"pela sua virtude […], cidadãos comuns possam ser escolhidos como líderes"* (*Summa Theologica*, I–II, 105, 1).

Quanto à "eclesiolatria" denunciada por Mussolini, isto é, o clericalismo — que faria os clérigos governarem a Cidade por razão de seu status clerical —, ele é de fato contrário a uma concepção sólida da relação entre o poder temporal e o espiritual, e mais geralmente entre a natureza e o sobrenatural:

"Cremos, como está acordado, que a graça floresce de forma natural, age dentro dela como uma espécie de fermento, regenera a partir de dentro, dota-a de uma vitalidade excedente cujo resultado imediato é adaptá-la ao alcance de objetos além de seu alcance nativo. Cremos ainda que, ao elevá-la, a graça também cura e restaura a natureza; ***mas sustentamos que a natureza curada é apenas mais perfeitamente ela mesma, e que, em razão dessa cura, não pode ser destituída de suas funções próprias — natureza curada significando natureza melhor disposta a suas funções próprias."***
(Louis Lachance, *L'Humanisme politique de saint Thomas d'Aquin — individu et État*).

"Portanto, a luta temporal ou política pertence com razão ao leigo, de modo que 'o clero não deve ser levado a participar dessa luta […]. A [tarefa] do leigo é o combate, a guarda, a defesa de sua pátria, de seu lar.'"
(Jean Ousset, Mission politique du laïc).

A rejeição do clericalismo anda de mãos dadas com a rejeição do absolutismo real.

Assim, no que diz respeito à democracia, "o fascismo preserva o que se poderia chamar de fatos estabelecidos da história; mas rejeita todo o resto, isto é, a concepção de uma doutrina válida para todos os tempos e para todos os povos." O fascismo não busca um retorno ao Antigo Regime, pois considera que este já teve seu tempo; e, ainda assim, se opõe inequivocamente às ideias da Revolução e da democracia.

★

O fascismo não anda para trás, porque estabelece uma nova ordem, uma ordem política mais conforme à ordem natural e às suas exigências. Ele não anda para trás, porque faz do Estado um absoluto, algo inédito na história da humanidade.

O fascismo se vê como o fundador do "século coletivo" e, consequentemente, do "século do Estado"; "Estado" entendido aqui não no sentido de uma mera instituição estatal, mas no de um todo político. Para o fascismo, o Estado não se reduz ao Líder; o Estado é a totalidade dos cidadãos, é a Cidade.

Por que o fascismo é coletivista, ou estatista? Porque entende que a coletividade, ou comunidade política, é a mais perfeita das comunidades: *"A comunidade mais perfeita é a do Estado."*

***Cidade, pois ela é ordenada a tudo o que é em si necessário para uma vida humana** (São Tomás, Comentário à Política, Proêmio, 4); e mesmo que seja a mais perfeita das realidades imanentes, pois é, na terra, a única entidade verdadeiramente autônoma, ou autárquica, isto é, "capaz de bastar-se a si mesma" (De Regno, I, 1). Do ponto de vista fascista, **"a Cidade não é uma comunidade de lugar estabelecida para evitar injustiças mútuas e permitir trocas. […] A Cidade é a comunidade ordenada à vida boa, isto é, cuja finalidade é uma vida perfeita e autárquica"** (Aristóteles, Política, III).*

É verdade que o homem pode viver sozinho; mas não pode viver bem, isto é, viver humanamente, apenas por sua própria força. O homem enquanto homem, considerado em si mesmo, ou como entidade independente, não é nada; um homem sozinho não é um homem. **Somente o Estado ou a comunidade política, dentro da ordem natural, é uma realidade em ato por si mesma.**

★

"A doutrina tende a dirigir a atividade humana para um fim determinado; mas a atividade humana reage à doutrina, transforma-a, adapta-a a novas necessidades ou desastres. […] Daí vem o caráter pragmático do fascismo."

O fascismo não anda para trás, porque vê claramente que as circunstâncias concretas mudam, e que a novas circunstâncias devem corresponder novos métodos ou modos de agir. E isto é o que significa ser pragmático — não no sentido de ser relativista, mas no sentido de ser realista.

O fascismo não é relativista, porque entende que existe uma ordem natural, imutável, idêntica em todos os tempos e lugares; Crê em "uma realidade permanente e universal da qual [a realidade passageira e particular] toma emprestado o seu ser e a sua vida" e sabe que "para conhecer os homens é preciso conhecer o homem, é preciso conhecer a realidade e as suas leis" (*A Doutrina do Fascismo, I, 1*). E é por

isso que o fascismo, na medida em que está em conformidade com a ordem natural, se apresenta como uma doutrina universal: “ele possui [...] um conteúdo ideal que o eleva ao grau de uma verdade superior” (*ibid.*).

E, no entanto, o fascismo não é ideológico, mas pretende ser pragmático, porque admite a evolução das circunstâncias concretas, ligadas “às contingências do lugar e do tempo” (*ibid.*). Reconhece o fato de que as mentalidades mudam e, portanto, que modos de agir que eram adequados ontem já não o são hoje.

Em suma, o fascismo é realista. Em termos aristotélicos, poderíamos dizer que o fascismo é uma forma universal de Estado ou de regime político, mas destinada a se individualizar segundo as contingências de tempo e lugar.

★

O fascismo busca pôr fim à ordem corrupta da democracia; pertence, portanto, à Contra-Revolução.

Mas a Contra-Revolução que o fascismo propõe não é um retorno ao passado, ou a “contrarrevolução” defendida por de Maistre; é antes uma revolução contrária. O fascismo sabe, de fato, que antes de reconstruir será necessário primeiro desconstruir: “Se o socialismo é destrutivo e deseja fazer desaparecer os últimos vestígios de espiritualidade antes de construir seu ateísmo e materialismo, **o fascismo também implica uma obra de destruição, destruição de toda a desordem acumulada pela democracia moribunda, antes de construir o seu regime espiritualista, que deve impor o respeito à Caridade em todas as manifestações sociais do indivíduo” (Adrien Arcand, *Serviam*).**

E, na medida em que o fascismo é revolucionário, sua posição pretende ser “pragmática [...] no que diz respeito ao fato da violência e ao seu valor.”

Com efeito, o fascismo admite uma forma de violência. Pois não se destrói uma violência injusta — isto é, algo que se opõe à ordem natural, que é contra a natureza — senão por outra violência, a qual, na medida em que destrói a primeira violência e, assim, restaura as coisas em ordem, é justa em si mesma.

Numa era contra a natureza, só se pode, portanto, opor à violência a violência do fascismo: “A violência que o fascismo emprega é justificada tão logo se compreenda a era presente, que é uma era de violência” (Abbé Julio Meinvielle, *Concepção Católica da Economia*).

A violência não é, certamente, um absoluto, um fim em si mesma; mas é um meio necessário — e, portanto, legítimo — para chegar à restauração de uma sociedade em conformidade com a ordem natural querida por Deus. O fascismo é, simplesmente, realista.

8. Valor e Missão do Estado

O princípio essencial da doutrina fascista é a concepção do Estado — sua essência, seu papel, seus fins. ***Para o fascismo, o Estado é o absoluto diante do qual os indivíduos e os grupos são apenas relativos. Os indivíduos e os grupos só são concebíveis dentro do Estado.*** *O Estado liberal não dirige o jogo nem o desenvolvimento material e espiritual das coletividades, mas limita-se a registrar os resultados. O Estado fascista é consciente, tem vontade, e é por isso que é descrito como um Estado "ético".*

Em 1929, declarei diante da primeira assembleia quinquenal do Regime:
"Para o fascismo, o Estado não é o vigia noturno que se preocupa apenas com a segurança pessoal dos cidadãos. Tampouco é uma organização com fins puramente materiais, como garantir certo bem-estar ou relações sociais relativamente pacíficas, caso em que bastaria um Conselho de Administração. Nem é uma criação de pura política, sem contato com a realidade material e complexa da vida dos indivíduos e dos povos."

"O Estado, tal como o fascismo o concebe e realiza, é um fato espiritual e moral, pois concretiza a organização política, jurídica e econômica da nação; e essa organização, em sua gênese e em seu desenvolvimento, é uma manifestação do espírito. *O Estado é o garantidor da segurança interna e externa,* ***mas é também o guardião e transmissor do espírito do povo, tal como foi formado ao longo dos séculos na linguagem, nos costumes e na fé.*** *O Estado não é apenas o presente, mas também o passado e, sobretudo, todo o futuro.* ***É o Estado que, transcendendo os estreitos limites das vidas individuais, encarna a consciência imanente da nação.*** *As formas sob as quais os Estados se manifestam podem mudar, mas a necessidade permanece."*

"É o Estado que forma os indivíduos nas virtudes cívicas, tornando-os conscientes do seu dever, conduzindo-os à unidade; harmoniza seus interesses na justiça; transmite as conquistas do pensamento no domínio das ciências, das artes, do direito e da solidariedade humana; eleva os homens da vida elementar da tribo à mais alta expressão humana do poder, que é o império; transmite através dos séculos o nome daqueles que morreram por sua integridade ou para obedecer às suas leis; apresenta como exemplo e recomenda às futuras gerações os capitães que expandiram seu território e os gênios que o coroaram de glória. Quando o sentido do Estado enfraquece e prevalecem as tendências dissolventes e centrífugas dos indivíduos ou grupos, as nações caminham para o seu declínio."

★

“Para o fascismo, o Estado é o absoluto diante do qual os indivíduos e grupos são apenas relativos. Indivíduos e grupos só são concebíveis dentro do Estado.”

O Estado é o absoluto, neste sentido: a comunidade política é a “comunidade perfeita” (São Tomás, *De Regno*, I, 1), de modo que indivíduos e grupos estão ordenados a ela, já que “aquilo que é imperfeito está ordenado àquilo que é perfeito” (São Tomás, *Suma Teológica*, I, 68, 1) — isto é, encontram nela seu fim.

★

“Para o fascismo, o Estado não é o guarda-noturno que se preocupa apenas com a segurança pessoal dos cidadãos.”

A concepção fascista do Estado não é liberal. Na doutrina do fascismo, o Estado não é encarregado apenas de vigiar a ordem e a segurança dos indivíduos.

“A Cidade não é uma comunidade de lugar estabelecida para evitar injustiças mútuas e permitir trocas. […] A Cidade é a comunidade ordenada à vida boa, isto é, cujo fim é uma vida perfeita e autossuficiente” (Aristóteles, *Política*, III).

“[Leão XIII] não teme ensinar que o Estado não é apenas guardião da ordem e da lei, mas que também deve esforçar-se energicamente para que, através de todo o sistema de leis e instituições, a constituição e administração da sociedade possam naturalmente fazer florescer a vida boa pública” (Pio XI, *Quadragesimo anno*).

★

“Não é, além disso, uma organização com fins puramente materiais, como o de garantir um certo bem-estar.”

Se a concepção fascista do Estado não é a concepção liberal, tampouco é a concepção socialista, segundo a qual a finalidade do Estado é puramente material ou de ordem econômica; ao contrário, sustenta que a finalidade do Estado é de ordem espiritual.

O fim da sociedade humana é a vida de acordo com a virtude” (*De Regno*, II, 3).

★

“Nem é meramente uma criação da política pura.”

Para o fascismo, o Estado ou a comunidade política não é o resultado de um “contrato social”, mas um fato natural, já que o homem é por natureza social e político, e portanto feito para viver em um Estado.

“É natural que o homem viva em sociedade” (*De Regno*, I, 1).

★

“O Estado, tal como o fascismo o concebe e realiza, é um fato espiritual e moral, pois concretiza a organização política, jurídica e econômica da nação; e essa organização, em sua origem e em seu desenvolvimento, é uma manifestação do espírito.”

Uma vez que o fim da sociedade é a unidade na virtude, e tal fim é espiritual; uma vez que é tarefa do Estado perseguir esse fim, e dado que “o efeito necessariamente se assemelha à sua causa, se a causa é perfeita” (*Suma Teológica*, I, 60, 4), segue-se que o Estado é um “fato espiritual e moral” e que, consequentemente, é “uma manifestação do espírito humano.”

“[O Estado] é também o guardião e o transmissor do espírito do povo, tal como foi formado ao longo dos séculos na linguagem, nos costumes e na fé.”

Como o Estado está a serviço do Bem Comum da Cidade, e como o Bem Comum consiste na unidade (*De Regno*, I, 2), segue-se que o Estado deve ter como objetivo preservar a unidade da Cidade.

Ora, a unidade de uma Cidade se constrói principalmente em torno da moral, de uma fé ou de uma tradição, e de múltiplos costumes.

“Eles [a moral, as tradições e os costumes de uma nação] constituem verdadeiramente um patrimônio comum. […] É necessário acrescentar que são sobretudo eles os responsáveis pelo modo particular em que o Bem Comum de cada nação toma forma?”
(Pe. Louis Lachance, *O Humanismo Político de Santo Tomás de Aquino*, pp. 247–248).

★

“É o Estado que, ultrapassando os limites estreitos das vidas individuais, encarna a consciência imanente da nação.”

A nação é uma individuação da natureza humana em escala coletiva, de modo que possui em si mesma uma consciência e uma vontade — todos os membros da nação, na medida em que pertencem à mesma nação. Assim, o Estado é para o povo o que a alma é para o corpo:

“Como os homens são numerosos e cada um cuida de seu próprio bem particular, sua sociedade se desintegraria se não houvesse algum princípio que cuidasse do bem dessa multidão; assim como o corpo de um homem ou de qualquer animal se desintegraria se não houvesse nele uma força diretiva

comum [uma alma] tendendo ao bem comum de todos os membros.” (*De Regno*, I, 1).

Assim, o Estado é para a nação o que a forma é para a matéria. É, portanto, o Estado que atualiza ou encarna a consciência e a vontade da nação.

★

“É o Estado que forma os indivíduos nas virtudes cívicas, tornando-os conscientes de seu dever, conduzindo-os à unidade; harmoniza seus interesses na justiça; transmite as conquistas do pensamento nos domínios da ciência, das artes e do direito.”

É o Estado que “*forma os indivíduos nas virtudes cívicas, tornando-os conscientes de seu dever”*:

“É evidente que o fim de uma multidão reunida em sociedade é viver segundo a virtude; pois os homens se unem a fim de viver bem juntos, um fim que o homem isolado não pode alcançar; agora, viver bem é viver de acordo com a virtude; portanto, o fim da sociedade humana é a vida de acordo com a virtude.” (*De Regno*, II, 3).

Mas o fim do Estado não é outro senão o bem comum de seus membros, e é o Estado quem tem a responsabilidade sobre o bem comum da Cidade; assim, cabe ao Estado tornar virtuosos os seus cidadãos.

É o Estado que “conduz [os cidadãos] à unidade”:

“É isto que aquele que governa a comunidade humana deve, acima de tudo, aplicar-se a realizar: assegurar a unidade.” (*ibid.*, I, 2).

E é o Estado que governa a comunidade humana.

É o Estado que “harmoniza os interesses [dos cidadãos] na justiça”: de fato, ele é o detentor da força pública, e **“a utilidade geral da força é manter toda a ordem da justiça.”** (*Summa Theologica*, II-II, q.123, a.12).

Finalmente, é o Estado que “transmite as conquistas do pensamento nos domínios da ciência, das artes e do direito”: uma vez que o fim do Estado é a vida boa (*bene vivere*) da multidão, e já que essa vida boa consiste sobretudo em contemplação, ação política e produção construtiva, segue-se que as ciências especulativas (a começar pela filosofia e teologia), o direito —no sentido do corpo de leis que garantem a justiça na Cidade—, e as artes, têm todas um lugar essencial na Cidade. Agora pertence ao Estado assegurar a vida boa de seus cidadãos; assim, ele é o protetor natural das ciências, das artes e do direito.

★

“Quando o senso de Estado enfraquece e prevalecem as tendências dissolventes e centrífugas dos indivíduos ou grupos, as nações marcham para sua decadência.”

Como o Estado desempenha um papel preeminente na sociedade humana, e como é também necessário para garantir sua unidade, segue-se que uma nação que perde o senso de Estado apressa sua própria ruína.

Quando o senso de bem comum desaparece em favor dos bens particulares de indivíduos ou grupos sociais, toda a comunidade política desmorona.

9. A Unidade do Estado e as Contradições do Capitalismo

Desde 1919, os desenvolvimentos econômicos e políticos universais apenas reforçaram essa posição doutrinária. O Estado tornou-se um gigante. É o Estado que pode resolver as dramáticas contradições do capitalismo. O que se chama de “a crise” só pode ser resolvido pelo Estado e dentro do Estado.

Onde estão agora as sombras de Jules Simon, que, no alvorecer do liberalismo, proclamava que o Estado deveria trabalhar para se tornar inútil e preparar sua própria renúncia? Onde estão as sombras de McCulloch que, na segunda metade do século passado, afirmava que o Estado devia tomar cuidado para não governar demais? E o que diria o inglês Bentham — que sustentava que a indústria deveria pedir ao Estado apenas que a deixasse em paz — ou o alemão Humboldt, para quem o Estado “ocioso” deveria ser considerado o melhor, se eles testemunhassem as contínuas intervenções do Estado nos assuntos econômicos, intervenções ao mesmo tempo solicitadas e inevitáveis? É verdade que a segunda geração de economistas liberais foi menos extrema que a primeira, e que até mesmo Smith abriu a porta — ainda que cautelosamente — para intervenções do Estado na esfera econômica.

Se o liberalismo significa o indivíduo, o fascismo significa o Estado. Mas o Estado fascista é único: é uma criação original. Ele não é reacionário, mas revolucionário, no sentido de que antecipa a solução para certos problemas universais:

- ***No domínio político:*** *a fragmentação dos partidos, os abusos do poder parlamentar, a irresponsabilidade das Assembleias.*
- ***No domínio econômico:*** *as funções cada vez maiores e mais poderosas dos sindicatos, tanto de trabalhadores quanto de empregadores, com seus conflitos assim como sua conivência.*
- ***No domínio moral:*** *a necessidade de ordem, de disciplina e de obediência às regras morais da pátria.*

O fascismo busca que o Estado seja forte, organizado e, ao mesmo tempo, se apoie numa ampla base popular. O Estado fascista também reivindicou autoridade sobre a esfera econômica; *e, por meio das instituições corporativas, sociais e educacionais que criou, o sentido do Estado se estende até os confins mais distantes do país, e dentro do Estado circulam todas as forças políticas, econômicas e espirituais da nação, estruturadas em suas respectivas organizações.*

Um Estado que conta com milhões de indivíduos que o reconhecem, o sentem e estão prontos a servi-lo não é o Estado tirânico de um senhor medieval. Ele não tem nada em comum com os Estados absolutistas de antes ou depois de 1789. ***O indivíduo no Estado fascista não é anulado, mas sim multiplicado, assim como um soldado em um regimento não é diminuído, mas multiplicado pelo número de seus camaradas de armas.*** *O Estado fascista organiza a nação, mas ainda assim deixa aos indivíduos uma margem suficiente; restringe as liberdades desnecessárias ou nocivas, mas preserva as liberdades essenciais.*

Nesse domínio, apenas o Estado é juiz, não o indivíduo.

★

"É o Estado que pode resolver as dramáticas contradições do capitalismo."

O capitalismo trouxe consigo a desunião da sociedade. De fato, dividiu a sociedade em duas "classes": de um lado, a burguesia; de outro, o proletariado. Como resultado, surgiram o marxismo e a luta de classes.

No entanto, somente a autoridade política pode restaurar a unidade em uma sociedade desunida. E a autoridade política é o Estado. Portanto, apenas o Estado é capaz de resolver as contradições do capitalismo. Essa é precisamente a missão que o fascismo assumiu: restaurar a unidade da Cidade, por meio do Estado e dentro do Estado.

E é por isso que, "se o liberalismo significa o indivíduo, o fascismo significa o Estado": o fascismo não considera a comunidade política como uma mera soma de indivíduos, mas como uma verdadeira unidade comunitária; equipara-a ao Estado, que por natureza é uno.

★

"O Estado fascista é único, e é uma criação original. Não é reacionário, mas revolucionário, no sentido de que antecipa a solução de certos problemas universais."

O Estado fascista não é reacionário, pois não busca "retroceder" como se a sociedade não tivesse mudado, como se não houvesse novos problemas a serem enfrentados.

Pelo contrário, ele busca enfrentar esses novos problemas; e, nesse sentido, é "revolucionário". Em particular, pretende oferecer ao povo uma nova unidade, que se alcança por meio de uma clara consciência nacional e de uma genuína integração orgânica do Todo é uma unidade de vontade e de ação; e é por isso que é **ao mesmo tempo nacionalista e organicista.**

★

“O fascismo quer que o Estado seja forte, organizado e, ao mesmo tempo, baseado em uma ampla fundação popular.”

Como é responsabilidade do Estado assegurar o Bem Comum da Cidade, é necessário que ele seja forte, ou poderoso — isto é, que possua todos os meios necessários para garanti-lo. Deve também ser organizado, porque a busca do Bem Comum exige que tudo na Cidade seja disposto de modo que possa ser orientado para o Bem Comum.

Entretanto, embora o Estado fascista seja autoritário, ele também é organicista: procura apoiar-se na maior parcela possível de cidadãos — senão em todos — porque compreende que o Bem Comum será mais facilmente alcançado quando todos os cidadãos o perseguirem voluntariamente, de acordo com as diretrizes do Estado.

É por isso que, “o indivíduo no Estado fascista não é anulado, mas sim multiplicado, assim como um soldado em um regimento não é diminuído, mas multiplicado pelo número de seus camaradas de armas.” A comunidade política é como um exército: quando todos os indivíduos sacrificam seus interesses particulares para se alinharem ao Bem Comum — que é o triunfo do Todo — eles de fato alcançam o seu maior bem, já que essa vitória é também a vitória de todos.

★

“O Estado fascista também reivindicou autoridade sobre a esfera econômica.”

Assim como não há forma sem matéria, não há bem-estar sem vida; a prosperidade econômica da nação é, portanto, necessária para que o Bem Comum, ou a felicidade coletiva dessa nação, seja possível.

E é o Estado o responsável pelo Bem Comum. Assim, é inteiramente justificado que ele cuide das questões econômicas, em particular da proteção dos trabalhadores, notadamente por meio de corporações estatais.

Como lembrete: **“Assim como, por todos esses meios, o Estado pode ser útil a outras classes, do mesmo modo pode melhorar grandemente a condição da classe trabalhadora. Ele o fará plenamente dentro de seus direitos e sem medo de censura por interferência, porque pela própria natureza de sua função, o Estado deve servir ao Bem Comum”** (Leão XIII, *Rerum Novarum*).
Os católicos às vezes tendem a esquecer isso…

★

“Nesse domínio [o domínio da lei], apenas o Estado é o juiz, não o indivíduo.”

Pois a lei — isto é, a justa distribuição das coisas — é um dos principais componentes do Bem Comum, e porque é responsabilidade do Estado, e não do indivíduo, determinar o que é benéfico para a comunidade, segue-se que apenas o

Estado é juiz em questões de lei. O Estado fascista não reconhece “direitos subjetivos” que não estejam alinhados ao Bem Comum da Cidade; e não tolera indivíduos reivindicando tais direitos.

É o Estado, e não um indivíduo ou qualquer outra organização, que determina quem tem direito a quê dentro da comunidade política.

10. O Estado Fascista e a Religião

“O Estado Fascista não é indiferente aos fenômenos religiosos em geral nem mantém uma atitude de indiferença em relação ao Catolicismo Romano, a religião especial e positiva dos italianos. O Estado não possui uma teologia, mas tem um código moral. O Estado Fascista vê na religião uma das mais profundas manifestações espirituais e por essa razão não apenas respeita a religião, mas a defende e a protege. O Estado Fascista não tenta, como fez Robespierre no auge do delírio revolucionário da Convenção, estabelecer um “deus” próprio; nem procura inutilmente, como faz o Bolchevismo, apagar Deus da alma do homem. O fascismo respeita o Deus dos ascetas, dos santos e dos heróis, e respeita também o Deus concebido pelo coração ingênuo e primitivo do povo, o Deus a quem suas preces são elevadas.”

“O Estado Fascista não é indiferente aos fenômenos religiosos em geral nem mantém uma atitude de indiferença em relação ao Catolicismo Romano, a religião especial e positiva dos italianos.”

O fascismo é inseparável de uma concepção religiosa. Pois o fascismo é espiritualista: acredita na vocação transcendente do homem; assim, não pode deixar de afirmar a existência de Deus. Mas se Deus existe, então a primeira de todas as formas de justiça é aquela que rende a Deus o culto que Lhe é devido, já que tudo provém de Deus, a começar pela nossa própria existência. Ora, essa virtude é chamada de virtude da religião: **“A religião oferece seus cuidados e seus ritos a uma natureza de ordem superior que é chamada divina”20 (Cícero, *A República*); “Pertence à religião prestar a Deus a honra que Lhe é devida”**21 (Santo Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II-II, 81, 2). E a virtude da religião, na medida em que pertence à ordem natural das coisas, é, portanto, **natural** (tal virtude teria existido mesmo em um estado de pura natureza).

Assim, o fascismo, que não é apenas uma concepção política, mas também moral, não pode permanecer “indiferente ao fato religioso em geral,” isto é, à existência natural da religião.

Mas se não ignora o fato religioso em geral, tampouco pode ignorar “aquela religião positiva particular que é o Catolicismo Italiano.” “Positiva”, porque o Catolicismo não é uma religião “natural”, mas uma religião instituída pelo próprio Deus. E na medida em que é a Religião instituída por Deus, o fascismo só pode considerá-la como a Religião por excelência.

Alguns dirão que se Mussolini assinou um Concórdio com a Santa Sé (em 1929), se ele fez da "Religião Católica, Apostólica e Romana [...] a única Religião do Estado Italiano," foi sobretudo por razões pragmáticas, uma vez que a Religião Católica era a da imensa maioria dos italianos. E isso, sem dúvida, é verdade. **Mas isso mostra, contudo, a ligação do fascismo ao Catolicismo; pois se não tivesse estado ligado a ele, tal Concórdio nunca teria sido assinado; e se tivesse sido contrário a ele, não teria deixado de atacá-lo abertamente: a Convenção o atacou, embora a maioria dos franceses fossem católicos, e o Bolchevismo combateu a religião ortodoxa, embora esta fosse a de quase todo o povo russo.**

E se o fascismo reconheceu a Religião Católica como "a única religião," é porque ela é a única religião — a saber, a única que realmente une o homem a Deus, o finito ao Infinito. Pois para que o finito se una ao Infinito, ou o finito deve tornar-se infinito, ou o Infinito deve tornar-se finito; contudo, o finito não pode tornar-se infinito por sua própria força. Assim, cabe ao Infinito tornar-se finito, a Deus tornar-se homem, fazer-se carne, encarnar-se. Ora, a única religião da Encarnação é a Religião Católica, que sustenta que Cristo não é outro senão a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade encarnada, que Ele é ao mesmo tempo verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

Como lembrete: **"A própria natureza de Deus é a essência da bondade, como mostra Dionísio. Portanto, tudo o que pertence à ideia do bem aplica-se a Deus. Ora, pertence à ideia do bem comunicar-se aos outros […]. Assim, pertence à ideia do Bem soberano comunicar-se soberanamente à criatura. E essa comunicação soberana se realiza somente quando Deus 'se une à natureza criada de tal modo que forma uma só pessoa a partir dessas três realidades: o Verbo, a alma e a carne,' segundo Santo Agostinho. A adequação da Encarnação, portanto, aparece evidente."** (Suma Teológica, III, 1, 1).

Consequentemente, a Religião Católica é a única que pode verdadeiramente portar o nome de "religião"; e é por isso que o fascismo, que não pode permanecer indiferente ao fato religioso — já que é espiritualista — só pode aderir ao Catolicismo.

Quer desagrade a católicos antifascistas — mas tais pessoas são verdadeiramente católicas? — ou a fascistas anticatólicos — mas tais pessoas são verdadeiramente fascistas? — a política fascista e a Religião Católica não estão apenas historicamente, mas também essencialmente ligadas.

★

"O Estado não possui uma teologia, mas tem um código moral. O Estado Fascista vê na religião uma das mais profundas manifestações espirituais e por essa razão não apenas respeita a religião, mas a defende e a protege."

Quando Mussolini afirma que o Estado não é uma "teologia" mas uma "moralidade," ele quer dizer que a ordem política não pertence à ordem sobrenatural, mas sim à ordem natural em sua dimensão espiritual. De fato, no fascismo há uma clara distinção entre a ordem sobrenatural e a ordem natural — mesmo em sua parte mais elevada, que é a do espírito — e, portanto, também uma clara distinção entre as questões religiosas e as questões políticas, juntamente com uma rejeição categórica de qualquer confusão entre esses dois domínios. Ora, isso é inteiramente consistente com o espírito do Catolicismo, que é a única religião a reconhecer a autonomia da esfera política, porque somente ela reconhece uma ordem natural distinta da ordem sobrenatural: **"Há uma ordem natural divina; e outra, sobrenatural"***22 (Abbé Julio Meinveille, Concepção Católica da Política).*

Mas a religião, como já dissemos, é uma virtude natural, e é mesmo a "mais profunda manifestação do espírito humano"; assim, pertence ao espírito, e este não pode ignorá-la. Consequentemente, **é racional que a Religião Católica, que é a única verdadeira religião, deva também ser a religião do Estado, na medida em que só ela realmente merece o nome de religião; e mesmo sendo de essência sobrenatural, cumpre uma virtude natural que o Estado, precisamente enquanto natural, não pode desconsiderar.**

Assim, embora o fascismo distinga claramente a esfera política da esfera religiosa, ele não as separa; ao contrário, as une. E isso é totalmente consistente com uma visão católica sólida das coisas: **"O Estado deve ser católico, pois tudo o que é humano por natureza deve prestar culto a Deus, e o Estado é essencialmente uma realidade humana"** (Abbé Julio Meinveille, *op. cit.*).

E é por isso que a Religião Católica não é "apenas respeitada" pelo Estado fascista, "mas também defendida e protegida."

★

"O Estado Fascista não tenta, como fez Robespierre no auge do delírio revolucionário da Convenção, estabelecer um "deus" próprio; nem procura inutilmente, como faz o Bolchevismo, apagar Deus da alma do homem. O fascismo respeita o Deus dos ascetas, dos santos e dos heróis, e respeita também o Deus concebido pelo coração ingênuo e primitivo do povo, o Deus a quem suas preces são elevadas."

Contrariamente ao que às vezes se afirmou, o fascismo histórico nunca procurou criar uma nova religião positiva, como tentaram os ideólogos da Revolução Francesa; muito menos visou abolir o fato religioso, como fizeram os regimes comunistas, cuja essência materialista logicamente os levou a combater tudo o que procedia do espírito.

Ao contrário, o fascismo, na medida em que é ao mesmo tempo “realista” e “espiritualista,” adere à Religião Católica, que, como Mussolini corretamente observou, é de fato “dos ascetas, dos santos e dos heróis.”

É preciso recordar, a esse respeito, a essência autenticamente viril da Religião Católica, que é uma mensagem de fé e de combate, de paciência e perseverança, de abnegação e de sacrifício.

Uma mensagem com a qual o fascismo está — pode-se prontamente admitir — em perfeita concordância.

11. Império e Disciplina

“O Estado fascista é uma vontade de poder e de dominação. A tradição romana aqui é uma ideia de força. Na doutrina do fascismo, império não é meramente uma expressão territorial, militar ou comercial, mas também espiritual e moral. Pode-se conceber um império — isto é, uma nação que, direta ou indiretamente, guia outras nações — sem que seja necessária a conquista de um único quilômetro quadrado de território. Para o fascismo, a aspiração ao império — isto é, a expansão das nações — é uma manifestação de vitalidade; seu oposto, o espírito de retraimento doméstico, é um sinal de decadência. Povos que nascem ou renascem são imperialistas; povos que morrem são renunciadores.”

O fascismo é a doutrina mais apta a encarnar as tendências e o estado de alma de um povo como o povo italiano, que está ressurgindo após longos séculos de negligência ou servidão estrangeira. Mas o império exige disciplina, a coordenação de esforços, dever e sacrifício. E isso explica muitos aspectos da ação prática do Regime: a direção impressa sobre as múltiplas forças do Estado, e ***a necessária severidade em relação àqueles que se oporiam a este movimento espontâneo e inevitável da vida do século XX,*** *opondo-se a ele brandindo as ideologias ultrapassadas do século XIX — ideologias repudiadas onde quer que tenham sido empreendidas ousadas experiências de transformação política e social. Neste momento mais do que nunca, os povos têm sede de autoridade, de direção e de ordem. Se cada século tem sua doutrina, inúmeros sinais indicam que a do século presente é o fascismo. O fascismo é uma doutrina de vida, pois inspirou uma fé; e essa fé conquistou almas, pois o fascismo teve seus mortos e seus mártires.*

“A doutrina do fascismo possui agora, em todo o mundo, a universalidade que pertence a todas as doutrinas que, ao se atualizarem, encarnam uma época na história do espírito humano.”

“O Estado fascista é uma vontade de poder e de dominação. ***A tradição romana aqui encarna uma ideia de força.***

À primeira vista, essa afirmação pode parecer mais próxima de uma perspectiva niilista e paganizante de Nietzsche do que da filosofia tomista.

Entretanto, é importante recordar que a virtude da fortaleza, e a disposição que a acompanha de superar, têm um lugar legítimo dentro do quadro moral de São Tomás — e, pode-se até dizer, um lugar relativamente significativo.

Portanto, parece apropriado fazer uma pausa por um momento e considerar a importância dessa virtude.

Entre as quatro virtudes cardeais — prudência, justiça, fortaleza, temperança — a fortaleza é talvez a mais negligenciada em nosso tempo, lamentavelmente até mesmo entre um grande número de católicos.

É um fato que as noções associadas à virtude da fortaleza — convicções, os valores e bens pelos quais alguém se mantém, a fidelidade exigida por tais compromissos, e os sacrifícios demandados por essa fidelidade — são em grande parte desvalorizadas hoje. Como se pode falar de convicções em uma sociedade saturada de liberalismo e para a qual a verdade é considerada inexistente? Como se pode falar de fidelidade quando uma das fidelidades primárias, a fidelidade conjugal, é ridicularizada? Como se pode falar de sacrifício em um mundo devotado ao conforto? A virtude da fortaleza se coloca em oposição direta ao próprio espírito da modernidade.

Para referência, a fortaleza é, acima de tudo, a firmeza da alma em buscar o bem: **"A fortaleza, considerada como uma certa firmeza da alma, é a virtude em geral, ou melhor, a condição geral de toda virtude"** (São Tomás, *Suma Teológica*, II-II, 123, 2); **"A fortaleza, resumindo eminentemente em si a condição necessária para toda virtude — a saber, firmeza no bem — é com razão considerada uma virtude cardinal"** (ibid., II-II, 123, 11). Assim, a fortaleza ocupa um lugar central dentro da filosofia moral.

A fortaleza é uma firmeza da alma diante dos perigos corporais e daqueles que ameaçam a própria essência do homem:

"[A virtude da fortaleza] não consiste apenas em manter-se firme contra o perigo corporal, mas em preservar a essência do homem e, sobretudo, sua natureza como 'animal político', tanto na ordem natural quanto na ordem sobrenatural, contra os perigos cada vez mais numerosos que o ameaçam de morte, e em contra-atacar os inimigos que o cercam e tentam escravizá-lo, transformá-lo ou aniquilá-lo" (Marcel De Corte, *De la force*).

O objetivo último da fortaleza é o bem, isto é, a justiça: **"A fortaleza tem uma utilidade geral, que é sustentar toda a ordem da justiça"** (*Suma Teológica*, II-II, 123, 12).

O princípio da fortaleza é duplo: natural e sobrenatural. **"São Tomás não separa sequer aqui [na questão da fortaleza] a ordem sobrenatural da ordem natural. O martírio, para ele, é um ato de fortaleza humana elevado pela graça. Portanto, existe apenas uma única virtude da fortaleza, mas ela atua em dois níveis verticalmente distintos, de acordo com os fins que sustenta. 'No ato da fortaleza, duas coisas devem ser consideradas: o bem no qual os fortes permanecem firmes, que a fortaleza visa alcançar; e a firmeza que torna alguém invencível a qualquer coisa que pudesse afastá-lo desse bem, o qual constitui a própria**

essência da fortaleza natural mantém o homem fiel à justiça humana e o capacita a defendê-la mesmo com risco da própria vida; do mesmo modo, a fortaleza sobrenatural torna o homem firme na justiça de Deus, que é acessada pela fé em Jesus Cristo (Romanos 3:22). A fé, à qual alguém permanece ligado, é, portanto, o fim do ato do mártir; a fortaleza é o *habitus* que produz esse ato" (Marcel De Corte, *op. cit.*). Em outras palavras, é a mesma virtude exercida pelo soldado que morre por sua pátria e pelo mártir que morre pela fé.

A fortaleza possui dois aspectos primários: *sustinere*, que é o ato de suportar as provas que nos são impostas, e *agredi*, que é enfrentar os males que nos cabe superar. **"A virtude da fortaleza funciona para remover obstáculos que impedem a vontade de obedecer à razão. Recuar diante da dificuldade é característico do medo, que se retrai diante de um mal difícil de vencer. Portanto, a fortaleza trata principalmente do medo das dificuldades, que poderiam de outro modo impedir a vontade de permanecer fiel à razão. Além disso, ela exige não apenas suportar firmemente os choques da adversidade reprimindo o medo, mas também enfrentá-los ativamente de maneira medida quando necessário para assegurar o futuro, o que é evidentemente função da coragem. Assim, a fortaleza lida tanto com o medo, que ela reprime, quanto com a audácia, que ela dirige"** (*Suma Teológica*, II-II, 123, 3).

Marcel De Corte esclarece o significado de "medida" aqui: **"Não se deve mal-entender o sentido que Aristóteles e São Tomás atribuem à moderação, à medida. Moderar não significa fraco ou débil […]. Medida não implica apenas restrição ou lentidão. Moderação não implica a total exclusão do medo […]. A fortaleza inclui um certo temor que é dominado e, assim, capacita aquele que o experimenta a não recuar diante da aspereza do objeto, preservando ao mesmo tempo a plena consciência de sua dificuldade. Ela inclui também uma audácia disciplinada que não se lança cegamente ao perigo. A fortaleza não é um meio-termo entre o medo e a audácia, nem uma mistura dos dois no mesmo plano. Ela ocupa um plano superior, controlando a realidade concreta de seu objeto […]. A fortaleza é uma virtude da alma. Ela informa o medo e a audácia assim como a forma informa a matéria. Assim, determina sua qualidade e quantidade, avalia-os, marca seus limites. Sendo sua regra, impõe-se a eles. Numa hierarquia, ocupa um posto acima deles." (De la force).**

Assim, enquanto o medo deve ser contido, a audácia deve ser dirigida — isto é, orientada para um fim conforme à razão. Dos dois aspectos da fortaleza, o mais essencial é o primeiro, a saber, *sustinere*, pois é mais difícil reprimir o medo do que dirigir a audácia:

“A virtude da fortaleza, definida em sua essência pelo seu grau mais elevado, será assim encontrada mais no ato de suportar o perigo dissipando o medo do que no ato de trazer a audácia à sua justa medida” (*ibid.*).

Todavia, agredi não deve ser esquecido, pois também é importante, especialmente em uma época em que não somente a ordem sobrenatural, mas também a ordem natural, estão sendo atacadas de todos os lados:

“Porque o ato principal da fortaleza é resistir, não se deve concluir que consiste unicamente em defesa […]. A virtude da fortaleza implica, secundariamente mas necessariamente, o ataque” (*ibid.*).

A fortaleza, juntamente com a justiça — que é radicalmente o ato de ordenar-se ao bem comum da Cidade — são as duas virtudes cardeais mais importantes; de fato, estão intimamente ligadas:

“A correlação entre justiça e fortaleza,” diz São Tomás, “consiste nisto: a fortaleza tem por objeto as dificuldades, e é algo vasto — não apenas realizar as obras de virtude comumente chamadas de obras de justiça, direcionadas ao bem comum […], mas também fazê-lo com aquele desejo insaciável que pode ser chamado de fome e sede de justiça” (ibid.).

Infelizmente, muitos católicos rejeitam a ideia de fortaleza em nome da mansidão de Cristo (assim como muitos rejeitam a honra ou o serviço à Cidade em nome de Sua humildade pregada).

A tais católicos, é preciso lembrar que:

“Se é necessário aprender de Jesus Cristo que Ele é manso, não é menos necessário aprender d’Ele que Ele é forte. Assim como há uma mansidão necessária, há também uma mansidão proibida; e assim como há ódio proibido, ira proibida, violência proibida, há também um ódio, uma ira e uma violência que são devidamente ordenados” (Mgr Gay, *Sermons d’Avent*).

Do ponto de vista tomista, a fortaleza é uma virtude cardeal, e em certo sentido até mesmo a virtude mais elevada. É isso que Mgr Freppel, o grande arquiteto do renascimento do tomismo no século XIX, disse:

“Entre as virtudes cardeais, há uma que possui um caráter mais marcado de grandeza e nobreza. É aquela que nos sustenta tanto na boa quanto na má fortuna, elevando-nos acima de todas as vicissitudes deste mundo. As almas se erguem ou caem com ela — ativas e generosas quando comunicam o seu impulso a elas, languidescentes e inertes quando falham em fazê-lo. Toda a energia do mundo moral flui desta fonte primária: coragem civil, virtude militar, devoção

sacerdotal, firmeza no exercício da autoridade soberana" (*Carta Pastoral sobre a Virtude da Fortaleza, 9 de fevereiro de 1890*).

O que é certo é que a fortaleza, em nossa era contemporânea marcada pelo liberalismo, é a mais necessária das virtudes:

"A virtude da fortaleza — desaparecida [em nosso século] do vocabulário dos políticos e eclesiásticos — é hoje a virtude por excelência, sem a qual o retorno da saúde intelectual, estética, moral, política e religiosa para a humanidade, atacada por todos os lados, é estritamente impossível" (Marcel De Corte, op. cit.).

Quando Mussolini, portanto, define a tradição romana em geral, e o fascismo em particular, como uma "ideia de força," ao expressar seu desejo de reviver o povo italiano em um tempo em que a fraqueza já havia ganhado espaço entre os indivíduos — incluindo católicos, a sociedade política e a própria Igreja — acreditamos que ele está inteiramente em harmonia com a filosofia tomista e com a verdadeira moral católica.

★

"Na doutrina do fascismo, império não é meramente uma expressão territorial, militar ou comercial, mas também espiritual e moral. Pode-se conceber um império — isto é, uma nação que, direta ou indiretamente, guia outras nações — sem que seja necessário conquistar um único quilômetro quadrado de território."

O fascismo é colonialista, sim. Mas não no sentido em que a República Francesa entendia a colonização.

Para o fascismo, a colonização é a dominação "espiritual e moral" de uma cultura objetivamente superior — isto é, uma cultura que é objetivamente mais universal, mais representativa da natureza humana — sobre uma cultura inferior. Seu propósito é, portanto, elevar os povos colonizados, não explorá-los.

Mas isso pressupõe, de fato, que existam culturas objetivamente destinadas a dominar e outras destinadas a serem dominadas — não apenas em um nível material ou econômico, mas em um plano espiritual, intelectual e moral. Isso pressupõe a aceitação de uma desigualdade entre culturas.

Tal visão das coisas se apoia em um inegalitarismo fundamental: a doutrina segundo a qual não existem indivíduos iguais e, com mais razão ainda, não existem povos iguais. Esta é precisamente a doutrina dos Antigos, em particular Aristóteles e São Tomás:

“Autoridade e obediência não são apenas coisas necessárias; elas são também coisas boas. Alguns seres, desde o momento em que nascem, são destinados, uns a obedecer, outros a comandar, ainda que com graus e nuances muito diversos para cada um” (*Política, I, 2, Sobre a Escravidão*).

“Se um homem é superior a outro em conhecimento e justiça, é chocante que ele não empregue essa superioridade a serviço dos outros. Nesse sentido está escrito: ‘Cada um conforme recebeu um dom, colocai-o a serviço uns dos outros’ (1 Pedro 4:10)” (*Suma Teológica, I, 96, 4*).

Assim, os mais fortes, os mais inteligentes e os mais virtuosos são chamados, pela natureza, a governar sobre os outros — para o bem deles. O próprio Pio XI recordava:

“É falso que todos os homens tenham os mesmos direitos na sociedade civil, e que não exista nenhuma hierarquia legítima” (*Divini Redemptoris*).

É, portanto, legítimo que as nações mais espiritualmente avançadas governem, em certo sentido, as outras nações—sem, contudo, retirar-lhes a soberania, já que a Cidade permanece “a comunidade perfeita.”

★

“A aspiração ao império—isto é, à expansão das nações—é uma manifestação de vitalidade; o seu oposto, o espírito doméstico e sedentário, é um sinal de decadência. Povos que estão nascendo ou renascendo são imperialistas; povos que estão morrendo são renunciadores.”

Como a cultura é, por assim dizer, uma individuação da natureza humana no nível político—isto é, a individuação mais universal da natureza humana—é natural e legítimo que uma cultura deseje a universalidade e, consequentemente, busque universalizar-se quando tem os meios para isso.

É, portanto, de fato um sinal de vitalidade, para uma nação, esforçar-se por exercer um certo magistério sobre outras nações.

★

Mussolini fala então da **“severidade necessária contra aqueles que se oporiam a este movimento”**, a saber, o movimento fascista.

O Estado fascista foi frequentemente censurado pela violência que exerceu contra seus opositores.

Mas, uma vez que se entende que ele não propunha nada além da busca do Bem Comum, e que aqueles que se opõem a esse Bem Comum são “piores do que as

bestas” (S. Tomás), porque se opõem ao bem supremo de todos; compreende-se, então, que exista uma “violência ordenada” (Mons. Gay) contra tais pessoas. E é por isso que o Estado Fascista não hesitou em mostrar severidade contra os seus inimigos, incluindo os chamados “democratas-cristãos”, que de fato estavam objetivamente alinhados à causa revolucionária.

★

“O povo tem sede de autoridade, de direção e de ordem.”

Mais uma vez, isto está perfeitamente de acordo com uma visão realista das coisas. Com efeito, numa sociedade política, a multidão é a causa material, a ordem dessa multidão é a causa formal, a autoridade que a governa é a causa eficiente, e a direção ou o bem buscado pela autoridade é a causa final. Ora, por natureza, a matéria deseja forma a fim de alcançar o seu bem; mas essa forma só pode ser recebida por meio de um agente externo, já que a matéria não pode informar-se a si mesma. Assim, por natureza, um povo deseja uma autoridade que, para conduzi-lo ao seu bem, lhe dê ordem — isto é, unidade dentro da pluralidade.

“Também é necessário que haja entre os homens um princípio que dirija a multidão. Pois os homens são muitos, e cada um provê apenas ao seu interesse particular; sua sociedade perderia a unidade se não houvesse um princípio que previsse o bem dessa multidão; assim como o corpo de um homem, ou de qualquer animal, se desintegraria se não houvesse nele alguma força diretiva comum tendendo ao bem de todos os membros. […] Portanto, toda multidão deve necessariamente ter um princípio diretivo.” (S. Tomás, *De Regno*, I, 1)

Tal princípio de direção e unidade do povo é o que propriamente chamamos de autoridade política.

O tríptico “autoridade, direção, ordem” resume, portanto, perfeitamente tanto a política realista quanto a política fascista.

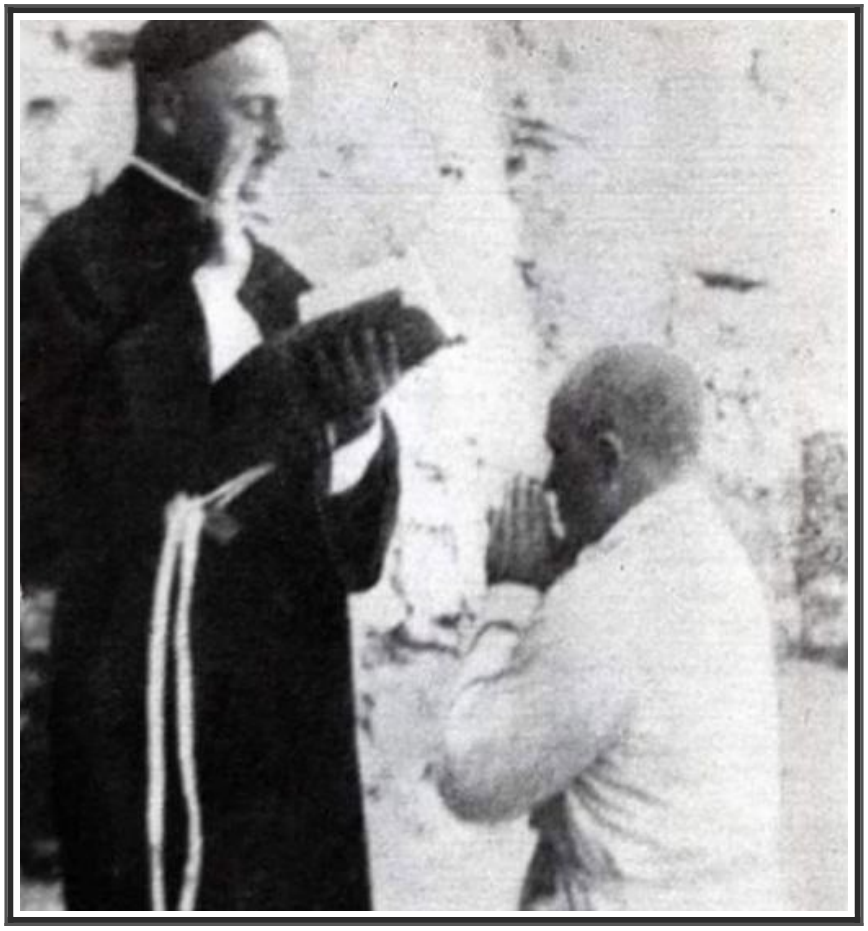
★

Finalmente, “a doutrina do Fascismo agora possui, em todo o mundo, a universalidade que pertence a todas as doutrinas que, tornando-se realidade, representam uma época na história do espírito humano.”

Assim conclui Mussolini sua *Doutrina do Fascismo*.

É uma conclusão que prontamente fazemos nossa, na medida em que — de acordo com o que foi estabelecido — está claro que o Fascismo é, para a nossa época contemporânea, a encarnação da doutrina política de São Tomás, e mais geralmente da política realista.

Que os tomistas que ainda não são fascistas venham, enfim, a compreender isso.



"Alguns afirmam que nós, fascistas, apenas fingimos ser católicos por conveniência política, a fim de atrair as simpatias católicas para a nossa causa. Mas isso não é verdade. Somos católicos por convicção. **Eu sou católico por convicção,** porque acredito que o catolicismo possui doutrina adequada e suficiente para resolver todos os problemas da vida individual, social, nacional e internacional, e porque, na luta entre espírito e matéria, o catolicismo sustenta e deseja a superioridade e a vitória do espírito" – Benito Mussolini, Discurso em Cremona, 28 de março de 1944